

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	8

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	9
3.2 - Medições Não Contábeis	10
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	14
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	15
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	17
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	18
3.7 - Nível de Endividamento	19
3.8 - Obrigações	20
3.9 - Outras Informações Relevantes	21

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	22
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	31
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	34
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	42
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	43
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	44
4.7 - Outras Contingências Relevantes	46

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	47
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	48
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	50
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	52
5.4 - Programa de Integridade	54
5.5 - Alterações significativas	57
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	58
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	59
6.3 - Breve Histórico	60
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	63
6.6 - Outras Informações Relevantes	64
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	65
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	74
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	75
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	77
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	94
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	95
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	107
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	108
7.8 - Políticas Socioambientais	109
7.9 - Outras Informações Relevantes	110
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	111
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	113

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	114
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	115
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	116
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	117
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	118
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	122
9.2 - Outras Informações Relevantes	124
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	126
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	149
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	155
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	159
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	160
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	164
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	166
10.8 - Plano de Negócios	167
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	170
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	171
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	172
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	173
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	181
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	185
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	186

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	187
12.7/8 - Composição Dos Comitês	193
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	195
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	196
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	200
12.12 - Outras informações relevantes	201

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	203
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	207
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	211
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	212
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	213
13.6 - Opções em Aberto	214
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	215
13.8 - Precificação Das Ações/opções	216
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	217
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	218
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	219
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	220
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	221
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	222
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	223
13.16 - Outras Informações Relevantes	224

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	225
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	226
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	227
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	229
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	230
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	231
15.3 - Distribuição de Capital	238
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	239
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	240
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	246
15.7 - Principais Operações Societárias	247
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	248
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	249
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	251
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	258
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	260
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	261
17.2 - Aumentos do Capital Social	262
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	263
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	264
17.5 - Outras Informações Relevantes	265
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	266

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	267
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	272
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	273
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	274
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	275
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	276
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	277
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	278
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	279
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	280
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	281
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	282

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	283
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	285
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	286

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	287
--	-----

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	288
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	289
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	291
21.4 - Outras Informações Relevantes	292

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Mauro do Valle Pereira

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cláudio Ávila da Silva

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Portobello Grupo

Declaração do Diretor Presidente

Mauro do Valle Pereira, brasileiro, casado, CPF nº 376.466.139-91, e Carteira de Identidade nº 3.879.178-1, expedida por SSP/SC, com endereço na SC-401, nº 4756, Saco Grande em Florianópolis, SC; na qualidade de Diretor Presidente da **PBG S/A** (“Companhia”), vem nos termos do anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declara que:

- a) Reviu o Formulário de Referência da Companhia referente ao ano de 2021;
- b) Todas as informações contidas no Formulário de referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c) O conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.



Mauro do Valle Pereira

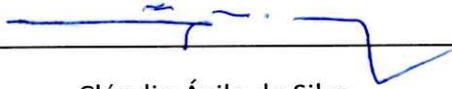
Diretor Presidente

Portobello Grupo

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Cláudio Ávila da Silva, brasileiro, casado, CPF nº 179.169.099-87, e Carteira de Identidade nº 112010, expedida por SSP/SC, com endereço na SC-401, nº 4756, Saco Grande em Florianópolis, SC; na qualidade de Diretor Vice-Presidente de Relações com os Investidores da **PBG S/A**. (“Companhia”), vem nos termos do anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declara que:

- a) Reviu o Formulário de Referência da Companhia referente ao ano de 2021;
- b) Todas as informações contidas no Formulário de referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c) O conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.



Cláudio Ávila da Silva

Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

As declarações individuais do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com investidores estão disponíveis no item 1.1 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0024-17
Data Início	01/01/2019
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração, referente a honorário, pelos serviços de auditoria prestados totalizaram de R\$ 305 mil, sendo R\$ 286 mil serviço de auditoria e R\$ 19 mil serviço de consultoria.
Justificativa da substituição	Não possui.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não possui discordância

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA	01/01/2019	174.820.538-24	Avenida Rio Branco, 847, 4 andar, sala 401, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88015-205, Telefone (11) 36742030, Fax (11) 36742030, e-mail: leandro.camilo@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	01/01/2020
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração, referente a honorário, pelos serviços de auditoria prestados totalizaram de R\$ 513 mil sendo R\$ 354 mil de serviço de auditoria e R\$159 mil de serviço de consultoria
Justificativa da substituição	Não possui.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não possui

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA	01/01/2019	174.820.538-24	

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0024-17
Data Início	01/01/2021
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total pelos serviços de auditoria prestados em 2021 foi de R\$ 2.868 mil. Deste montante, para a Controladora e Consolidado foram R\$ 360 mil de serviço de auditoria e R\$ 107 mil de serviço de consultoria. O restante, R\$ 2.401 mil são referentes à auditoria individual das Investidas, sendo R\$ 2.011 mil de serviço de auditoria e R\$ 390 mil de serviço de consultoria.
Justificativa da substituição	n/a
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	n/a

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA	01/01/2021	174.820.538-24	

2.3 - Outras Informações Relevantes

Dentro do programa de auditoria externa, foi renovada a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”), referente ao exercício de 2021, sendo iniciada a partir da revisão das informações trimestrais (“ITRs”) do primeiro trimestre. A Companhia permanece com serviço, dentro de escopo abrangente, que engloba o trabalho executado de acordo com as aprovações de escopo de auditoria independente e condições comerciais alinhadas às propostas de mercado para a renovação do contrato.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	356.157.000,00	417.168.111,00	367.636.124,08
Ativo Total	2.157.347.000,00	2.034.288.000,00	1.836.292.001,34
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.912.127.000,00	1.331.780.464,97	1.114.269.177,73
Resultado Bruto	827.088.000,00	460.441.628,21	362.618.682,45
Resultado Líquido	216.222.000,00	128.199.519,67	13.163.246,92
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	140.986.886	154.529.361	158.488.517
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	2,412612	2,699604	2,284834
Resultado Básico por Ação	1,533632	0,829620	0,082830
Resultado Diluído por Ação	1,53	0,83	0,08

3.2 - Medições Não Contábeis

a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza o LAJIDA/EBITDA (“Lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização” ou “*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*”) e LAJIR/EBIT (“Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido” ou “*Earnings before interest, and taxes*”) com a finalidade de apresentar uma medida de seu desempenho econômico operacional. Essas medidas consistem no resultado líquido do período, acrescido dos tributos, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

O LAJIDA/EBITDA é de divulgação voluntária, de natureza não contábil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos. A medida foi apurada no valor de R\$ 360.957 mil, 175.379 mil e R\$ 128.891 mil para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, de 2020 e de 2019, respectivamente. O LAJIR/EBIT foi apurado no valor de R\$ 288.741 mil, R\$ 115.579 mil, R\$ 75.071 mil para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, de 2020 e de 2019.

A Companhia utiliza também outra medição não contábil que se refere ao LAJIDA/EBITDA Ajustado e LAJIR/EBIT Ajustado, essa medição retira do montante de LAJIR/EBIT e de LAJIDA/EBITDA, os itens não recorrentes auferidos pela Companhia durante o período. Para os períodos dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, de 2020 e de 2019 os montantes de LAJIR/EBIT Ajustado foram R\$ 293.241 mil, 114.779 mil e R\$ 22.092 mil respectivamente. Os montantes do de LAJIDA/EBITDA Ajustado e recorrente foram R\$ 365.457 mil, R\$ 174.579 mil e R\$ 75.912 mil respectivamente.

O ROCE (*Return On Capital Employed*), obtido através da divisão do LAJIR/EBIT pelo capital empregado no negócio composto pelo passivo de longo prazo mais patrimônio líquido, atingiu nos períodos de 2021, 2020 e 2019 respectivamente 20,0%, 8,9% e 6,1%.

Por fim, a Companhia realiza também a avaliação do ROCE Ajustado, o qual é obtido através da divisão do LAJIR/EBIT Ajustado pelo capital empregado no negócio. As porcentagens de ROCE Ajustado nos períodos de 2021, 2020 e 2019 foram de 20,3%, 8,9% e 1,8%, respectivamente.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

- **Composição do EBIT (LAJIR) e margem operacional/EBIT:**

Composição do EBIT (LAJIR) (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro Líquido	216.222	128.242	13.163
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	13.287	(42.677)	(13.204)
(+) Resultado Financeiro	59.232	30.014	75.112
EBIT (LAJIR)	288.741	115.579	75.071
Receita Operacional Líquida	1.912.127	1.331.780	1.114.269
<i>Margem operacional (EBIT) %</i>	15,10%	8,7%	6,7%

3.2 - Medições Não Contábeis

- **Composição do EBIT (LAJIR) Ajustado e margem operacional/EBIT Ajustado:**

Composição do EBIT (LAJIR) Ajustado <i>(Em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro Líquido	216.222	128.242	13.163
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	13.287	(42.677)	(13.204)
(+) Resultado Financeiro	59.232	30.014	75.112
EBIT (LAJIR)	288.741	115.579	75.071
Itens não recorrentes (1)		(800)	
	4.500		(52.979)
EBIT (LAJIR) Ajustado	293.241	114.779	22.092
Receita Operacional Líquida		1.331.780	1.114.269
	1.912.127		
<i>Margem operacional (EBIT) %</i>	15,3%	8,7%	2,0%

- **Composição do EBITDA (LAJIDA) e margem EBITDA:**

Composição do EBITDA (LAJID) <i>(Em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro Líquido	216.222	128.242	13.163
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	13.287	(42.677)	(13.204)
(+) Resultado Financeiro	59.232	30.014	75.112
(+) Depreciação e Amortização	72.216	59.800	53.820
EBITDA	360.957	175.379	128.891
Receita Operacional Líquida		1.331.780	1.114.269
	1.912.127		
<i>Margem EBITDA %</i>	18,9%	13,2%	11,6%

3.2 - Medições Não Contábeis

- Composição do EBITDA Ajustado (LAJIDA) e margem EBITDA Ajustado:**

Composição do EBITDA AJUSTADO (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro Líquido	216.222	128.242	13.163
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	13.287	(42.677)	(13.204)
(+) Resultado Financeiro	59.232	30.014	75.112
(+) Depreciação e Amortização	72.216	59.800	53.820
EBITDA	360.957	175.379	128.891
Expurgo do ICMS sobre PIS e COFINS	-	-	(45.900)
Polo Ativo	-	(16.200)	(7.079)
Honorários advocatícios sobre indêbitos tributários	2.600	-	-
Honorários advocatícios sobre crédito prêmio IPI	1.900	-	-
COVID (Custos e Ociosidade)	-	28.600	
Outros Ganhos Judiciais	-	(13.200)	
Total de itens não recorrentes	4.500	(800)	(52.979)
EBITDA AJUSTADO	365.457	174.579	75.912
Receita Operacional Líquida	1.912.127	1.331.780	1.114.269
<i>Margem EBITDA AJUSTADO %</i>	<i>19,1%</i>	<i>13,1%</i>	<i>6,8%</i>

(1) Os itens não recorrentes são compostos principalmente por ganhos tributários como por exemplo o expurgo do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS e custos de ociosidade, conforme especificado na tabela acima.

- Composição do ROCE e do ROCE Ajustado**

Composição do ROCE e ROCE ajustado (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
EBIT/LAJIR	288.741	115.579	75.071
CAPITAL EMPREGADO	1.443.220	1.293.668	1.222.568
Passivo de Longo Prazo	1.087.063	876.484	854.932
Patrimônio Líquido	356.157	417.184	367.636
ROCE	20,0%	8,9%	6,1%

3.2 - Medições Não Contábeis

EBIT/LAJIR	288.741	115.579	75.071
Itens não recorrentes (1)	4.500	(800)	(52.979)
EBIT/LAJIR AJUSTADO	293.241	114.779	22.092
CAPITAL EMPREGADO	1.443.220	1.293.668	1.222.568
Passivo de Longo Prazo	1.087.063	876.484	854.932
Patrimônio Líquido	356.157	417.184	367.636
ROCE ajustado	20,3%	8,9%	1,8%

c) Motivos pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

A Companhia entende que a utilização do LAJIDA/EBITDA é mais apropriada para a correta compreensão de sua situação econômica e financeira, auferindo de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, embora possam ser calculados de maneiras distintas.

A Companhia calcula o LAJIDA/EBITDA nos termos da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, ("Instrução CVM 527"), onde determina que no cálculo do LAJIDA/EBITDA e do LAJIR/EBIT deve ser considerado o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

O LAJIDA/EBITDA é uma informação adicional às suas demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição às informações auditadas, pois não é reconhecido pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao Lucro Líquido e aos fluxos de caixa operacionais.

O LAJIDA/EBITDA Ajustado corresponde ao LAJIDA/EBITDA excluindo os itens não recorrentes auferidos pela Companhia durante o período conforme especificado no demonstrativo deste item 3.2., do formulário de referência, sub-item "b" contendo as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

O ROCE tem por objetivo determinar o nível de eficiência de uma companhia na aplicação do capital nela empregado e é obtido através da divisão do LAJIR/EBIT pelo total do capital empregado (passivo de longo prazo mais patrimônio líquido) e o ROCE Ajustado que tem por objetivo determinar o nível de eficiência de uma companhia na aplicação do capital nela empregado desconsiderando o efeito dos itens não recorrentes auferidos pela Companhia durante o período. O ROCE Ajustado foi calculado através da divisão do LAJIR/EBIT Ajustado considerando os itens não recorrentes pelo total do capital empregado (passivo de longo prazo mais patrimônio líquido).

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

A Companhia identificou, do período do fechamento de exercício de 2021 até a data de publicação das Demonstrações Financeiras, o seguinte evento subsequente:

a) Em 16 de março de 2022, foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 3.489.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Exercício Social encerrado em:	2021	2020	2019
a) Regras sobre a retenção de lucros	A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Prevista na lei 6.404/76, art. 196 e no Estatuto Social, art. 37, alínea c, a Reserva para Retenção de Lucros pode ser constituída mediante orçamento de capital previamente aprovado. Poderá ainda ser formada conforme previsto no art. 195 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social, art. 37, alínea b, a Reserva para Contingência, mediante proposta dos órgãos da administração. Além das reservas citadas, não há outras previstas pelo Estatuto Social da Companhia. Aplicam-se ainda todas as outras reservas de lucros dispostas na Lei 6.404/76.		
Valor total das reservas de lucros	R\$ 236 .608 mil	R\$ 250.941 mil	mil R\$ 184.036
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	Os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia (art.37 alíneas d) correspondem a 25% do lucro líquido do exercício após a destinação à Reserva Legal e demais deduções e acréscimos previstos no art. 202, II e III da Lei 6.404/76. O estatuto também prevê no art. 38 a possibilidade de a Companhia pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Através de acordo de acionistas firmado em 18 de fevereiro de 2019, através do tópico 8.1 estabelece que, salvo se diversamente acordado pelos acionistas, em Reunião Prévia, os acionistas e a Companhia deverão fazer com que, durante a vigência do acordo, a Companhia anualmente declare, distribua e pague dividendos (ou, em seu lugar, juros sobre o capital próprio, conforme legislação aplicável) em montante igual a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei) do exercício social em questão, observada a existência de caixa disponível na Companhia para efetuar o pagamento dos dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório acima estabelecido. Os valores distribuídos nos períodos foram com base em 50% do lucro líquido ajustado, exceto para 2018 em que foi acordado com os acionistas a distribuição de 25% do valor.		
Valores dos dividendos e juros sobre capital próprio	R\$ 102.682 mil	R\$ 60.894 mil	R\$ 6.236 mil
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	O artigo 39 do Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.		
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Companhia tem restrições à distribuição de dividendos impostas em casos de não cumprimentos de cláusulas de <i>Covenants</i> apresentadas em contrato firmado junto ao Banco do Brasil e referentes à emissão de Debêntures..		
e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação dos resultados formalmente aprovada. Porém, no Estatuto Social a destinação dos lucros é definida com: a) 5% dos lucros líquidos apurados serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e d) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório. Entretanto, em conformidade com o acordo de acionistas, durante a vigência do mesmo, será distribuído um montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido		

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	(conforme ajustado nos termos da lei e conforme o disposto no item 8.1 do acordo de acionistas).
--	--

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado	216.172.495,66	121.789.257,30	12.472.136,41
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	50,000000	50,000000	50,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	30,700000	30,700000	3,600000
Dividendo distribuído total	102.681.935,44	60.894.485,45	6.236.068,20
Lucro líquido retido	67.348.000,00	60.894.771,85	6.236.068,20
Data da aprovação da retenção	28/04/2022	27/04/2021	28/04/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	102.861.935,44	05/04/2022	43.898.405,53	13/05/2021	6.236.068,20	20/11/2020
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária			16.996.079,92	13/05/2021		

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Não houve declaração de dividendos na conta de lucros retidos ou reservas nos últimos três exercícios sociais.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	1.801.190,00	Índice de Endividamento	5,05729200	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		67.729.602,12	277.568.052,79	79.906.186,98	0,00	425.203.841,89
Empréstimo	Garantia Flutuante		25.425.625,66	145.805.362,92	88.777.877,14	57.532.718,80	317.541.584,52
Empréstimo	Quirografárias		6.806.950,74	17.205.599,82	0,00	0,00	24.012.550,56
Total			99.962.178,52	440.579.015,53	168.684.064,12	57.532.718,80	766.757.976,97
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

Efeitos da COVID-19 e ações tomadas pela Companhia

A Companhia permanece trabalhando ativamente nas medidas de prevenção do COVID-19, seguindo todas as orientações de prevenção sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como as determinações governamentais nos níveis Federal, Estadual e Municipal.

Através do Comitê de Crise, a Companhia implementou uma série de ações com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade. Além disso, vem monitorando os impactos econômicos, bem como os efeitos em suas demonstrações e informa que:

- As unidades industriais operaram em sua capacidade normal no ano de 2021.;
- Não houve necessidade de captação de linha de crédito para atender aos impactos da pandemia;
- Não houve novas perdas de créditos de liquidação duvidosa com necessidade de constituição de impairment;
- Não houve prorrogação de prazos para com clientes, fornecedores ou para pagamentos de tributos.

As restrições geradas pela pandemia não foram suficientes para impactar os números da Companhia em 2021, mantendo-se as previsões de produção, vendas e expedição de seus produtos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco considerados relevantes, na data deste Formulário de Referência, e que a Companhia conhece e acredita que possa influenciar a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários emitidos. Caso esses riscos venham a se materializar, a reputação, os negócios, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos podem ser adversamente afetados.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversos riscos inerentes aos segmentos em que atuam que são resultantes de possíveis alterações das condições competitivas, econômicas, políticas, sociais e climáticas que podem prejudicar seus negócios, os resultados das suas operações ou a sua situação financeira. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, nas nossas demonstrações financeiras, incluindo as respectivas notas explicativas, bem como os fatores para os fins exclusivamente desta seção “4. Fatores de Risco”, a menção ao fato de que um risco poderá incorrer em um “efeito adverso” para a Companhia significa que este poderá ou poderia causar efeito negativo relevante nos seus negócios e, conseqüentemente, no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Apesar disso, outros riscos não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir:

a) com relação à Companhia:

Riscos relacionados à nossa estrutura operacional.

Atualmente, a Companhia possui oito unidades operacionais produtivas e seis centros de distribuição em funcionamento localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, responsáveis pela comercialização e distribuição integral dos produtos da Companhia. Se a operação normal das plantas produtivas ou de um desses centros de distribuição for interrompida por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do nosso controle, como questões ambientais (incluindo processos de licenciamento ambiental ou incidentes ambientais, tais como incêndios e desastres naturais, contaminação e resíduos sólidos), falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID19), entre outros, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

A volatilidade do cenário político-econômico brasileiro pode impactar diretamente o ambiente de negócios e os resultados financeiro e operacional da Companhia.

O cenário político-econômico no Brasil pode trazer instabilidade aos negócios da Companhia, impactando a realização do seu planejamento estratégico, impedindo a melhor aplicação dos ativos e impossibilitando os investimentos no longo prazo.

Variáveis como crescimento econômico, inflação, renda, taxa de juros, condições de crédito, câmbio, política fiscal, os mercados de capitais e de empréstimos, disponibilidade de profissionais específicos, entre outros, podem impactar os resultados da Companhia.

O cenário político pode influenciar o ambiente econômico nacional, seja em função das políticas monetária, fiscal e cambial conduzidas pelo governo brasileiro ou em função de crises institucionais que reduzem a confiança dos investidores e aumentam a volatilidade dos mercados.

A proliferação da pandemia de COVID-19 continua sendo um sinal de preocupação para a economia global, apesar da diminuição das taxas de infecção e das vacinas distribuídas em todo o mundo. Embora esses riscos tenham diminuído principalmente para países desenvolvidos, podendo reduzir o interesse dos investidores nos ativos no Brasil e em outros países nos quais fazemos negócios, o que afetaria de forma adversa o valor dos ativos e o preço das ações da Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Greve no transporte pode resultar em problemas logísticos para recebimento de insumos e escoamento dos produtos

Para escoamento da sua produção e recebimento de insumos, a Companhia utiliza rodovias. Em caso de greve no sistema de transporte a Companhia poderia enfrentar problemas em receber insumos para produção e escoar os produtos. Esses fatos podem gerar a impossibilidade de entregas nos prazos definidos, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

Falhas nos sistemas de tecnologia de informação

As operações da Companhia estão diretamente ligadas ao uso dos sistemas da tecnologia de informação, para o registro das vendas, apoio na geração de relatórios financeiros, ferramentas da web, controle de custos e estoques, contas a pagar e contas a receber, entre outros. Possíveis falhas na execução desses sistemas poderão afetar as operações e o desempenho da Companhia de forma adversa.

Caso haja violação externa de seus sistemas, podem ocorrer outros riscos, como vazamentos e/ou perda de informações financeiras e de dados pessoais. Adicionalmente, qualquer interrupção ou lentidão dos sistemas de informação poderia causar perda ou atraso no processamento de informações. Como por exemplo: dados relacionados a solicitações de clientes, ou a entrega de determinadas informações aos clientes com atraso ou erros, o que poderia reduzir a procura pelos serviços e produtos.

A Volatilidade dos mercados pode impactar negativamente no valor médio e na atratividade das ações da Companhia

Uma vez que se trata de um investimento em renda variável, há a implicação em riscos. Logo, ao adquirir ações de emissão da Companhia, o investidor se sujeitará à volatilidade dos mercados de capitais. Essas características poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações pelo preço e momento desejados, o que poderá ter efeito adverso nos preços das ações.

Eventuais falhas na execução e atrasos na execução da estratégia de crescimento poderão afetar adversamente a Companhia

Vários fatores podem interferir na execução da estratégia de crescimento, bem como, das demais operações da Companhia e de suas controladas: aumento da inflação; taxas de juros; taxas de câmbio; variações nos custos e principais insumos, incluindo disponibilidade de matéria prima e variações nos preços; impactos e variações nos ciclos econômicos nacionais, notadamente em construção civil; variação nos níveis de renda e emprego; políticas fiscais; disponibilidade de mão de obra qualificada; restrições resultantes da pandemia do COVID-19, entre outros. A ocorrência de um ou mais desses eventos poderá gerar o atraso na execução da estratégia de crescimento da Companhia, ocasionar paralisação, parcial ou temporária, das linhas de produção, aumentar os custos de produção, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e nos expor a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades.

A Companhia pode não ser capaz de manter o mesmo ritmo de crescimento de vendas

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o ritmo de crescimento de vendas, por estar sujeita a diversos fatores, como: (i) capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) confiança do consumidor na Companhia, pois um declínio nesta percepção pode levar o consumidor a priorizar concorrentes em detrimento da Companhia; (iv) situação econômica nos mercados onde a Companhia está localizada, pois um cenário adverso pode impactar negativamente a demanda pelos produtos oferecidos pela Companhia; (v) mudanças nas políticas de crédito, propaganda e marketing, que se não forem assertivas podem influenciar negativamente a propensão de consumo, afetando adversamente as vendas; (vi) concorrência que pode utilizar de práticas, como uma precificação abaixo do usualmente visto no

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mercado, prejudicando o crescimento das vendas; (vii) cenário econômico mundial influenciando a economia nacional em decorrências de diversas frentes, desde crises políticas que limitam a confiança de investidores e refletem na decisão de consumo. A Companhia não tem controle sobre esses fatores e poderá ser afetada adversamente caso ocorram.

Violação de obrigações contratuais previstas em contratos de financiamento “covenants”

Como a Companhia recorre a bancos e ao mercado de capitais na busca de crédito para o financiamento das suas operações, os agentes financiadores incluem dispositivos contratuais com vistas à manutenção de indicadores financeiros em determinados patamares que garantam a liquidez da Companhia para fazer frente às obrigações assumidas, mais conhecidos como “*covenants*”.

Estes itens, quando não observados, podem acionar cláusulas de vencimento antecipado das linhas de crédito assumidas, se assim desejarem as contrapartes que possuam contratos com tais cláusulas. Adicionalmente, a obrigação de evitar a inobservância de tais cláusulas implica na limitação, pela gestão, de decidir sobre a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio em excesso ao mínimo estatutário, pela alienação de bens, realização de operações de fusões ou aquisições e também de propor/negociar junto às instituições financeiras, oportunamente e por período determinado. Poderá ser negociado um *waiver* para tal indicador, com o compromisso de retomar aos patamares acordados em determinado período.

A alteração de membros da nossa alta administração, assim como de funcionários qualificados, e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores e funcionários qualificados podem causar um efeito adverso sobre as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais

Nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte de esforços e da capacidade da nossa alta administração. A perda dos membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nos negócios. Além disso, caso venhamos a perder algum desses profissionais-chave, inclusive em virtude da inabilitação de administradores decorrentes de eventuais processos, podemos não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. Nosso sucesso também depende de nossa habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa, e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, bem como se perdermos os serviços de quaisquer membros da alta administração, poderemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

A extensão e desmembramento de pandemias podem gerar crises na saúde pública e na economia

O negócio da Companhia pode ser afetado de modo adverso por crises públicas de saúde e/ou caos generalizado sobre possíveis novas crises. Recentemente testemunhamos o surto da pandemia do Coronavírus de 2020 (“COVID-19”) que impactou negativamente toda a economia global e consecutivamente o mercado de capitais. Nós, assim como outras companhias, não estamos imunes a esse risco, que pode impactar as nossas operações por tempo indeterminado, seja por medidas impostas pelo governo ou por adotadas pela própria Companhia, além de nossas operações, toda a cadeia de fornecedores pode ser comprometida por um período de tempo indeterminado até que as execuções das atividades voltem a ser seguras. Também não é possível assegurar que novas pandemias globais não venham a ocorrer, causando efeitos adversos na saúde pública, na economia e, por consequência, nos negócios da Companhia.

A Companhia pode enfrentar novas restrições impostas pelos reguladores e autoridades, dificuldades relacionadas com absenteísmo de empregados que resultariam em insuficiência de contingente para

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

operar, interrupção da nossa cadeia de suprimentos, deterioração da saúde financeira dos seus clientes, custos e despesas mais elevados associados à suspensão do trabalho dos contratados em projetos não essenciais, dificuldades operacionais, tais como a postergação da retomada de capacidade de produção devido a atrasos em inspeções, avaliações e autorizações, entre outras dificuldades operacionais.

O cenário atribui incertezas quanto à possibilidade de manutenção de hábitos de consumo da população, bem como mudanças permanentes. Dessa forma, os negócios podem ser impactados por aspectos macroeconômicos que compreendem o aumento significativo do nível de desemprego e consequente redução da renda e do poder de consumo da população, a contração significativa da atividade econômica e redução do PIB, o agravamento da situação do déficit das contas públicas em relação ao PIB com a expansão da política fiscal promovida pelo governo; o rebaixamento de ratings de crédito do Brasil por agências de avaliação de risco; a volatilidade na flutuação das taxas de câmbio; bem como instabilidades sociais e políticas e outras consequências de ordem econômico financeiras. Adicionalmente, não temos previsibilidade quanto à extensão dos impactos mencionados, bem como quanto a duração dos efeitos adversos mencionados

Decisões desfavoráveis associadas a possíveis perdas nos processos judiciais e/ou administrativos podem afetar adversamente a Companhia

Atualmente a Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais, conforme detalhado neste formulário (Item 4.3). Caso ocorram decisões desfavoráveis e/ou caso as perdas sejam significativamente superiores aos montantes provisionados, existe o risco de impacto na condição financeira da Companhia. Vale ressaltar que não é possível garantir que os resultados dos processos sejam favoráveis à Companhia, visto que envolve forças externas ao seu ambiente. Além disso, a Companhia não pode assegurar que terá provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios poderão afetar adversamente, inclusive em aspectos reputacionais à Companhia.

Redução da oferta ou aumento de exigências para obtenção de linhas de crédito

Em caso de redução de oferta, as linhas de crédito poderão ter aumento no custo ou mesmo com elevados níveis de exigência. Em ocorrendo tais fatores, a possibilidade de captação de recursos de forma competitiva é reduzida bem como em caso de refinanciamento. Esses fatos geram a possibilidade de não obtenção, através do mercado, de recursos financeiros necessários para honrar os vencimentos vigentes, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

É possível que não possamos renovar ou manter os contratos de locação das nossas lojas.

Grande parte dos imóveis onde funcionam as lojas e a totalidade de nossos centros de distribuição é objeto de contrato de locação. Nós podemos ser adversamente afetados se não conseguirmos negociar com sucesso os contratos de locação, atuais ou futuros, em condições aceitáveis; se não conseguirmos apresentar a ação renovatória no prazo legal ou se não satisfizermos as condições acima elencadas, ou, ainda, se os contratos de locação em localidades consideradas como relevantes não forem renovados (por decisão judicial ou não) ou se forem renovados em condições menos favoráveis às atuais. Nós podemos ser obrigados a desocupar a propriedade, se não conseguirmos chegar a um acordo na renovação, ou caso nosso locador decida vender sua propriedade e nós não consigamos alcançar um acordo com o novo proprietário, ou que não consigamos firmar tal acordo em condições que consideremos favoráveis. Portanto, a perda de qualquer de nossas localizações estratégicas, incluindo por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de nossas lojas, pode afetar adversamente nossas operações, resultados financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de nossa marca.

Atraso na adoção de Inovações Tecnológicas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia visa acompanhar as tendências no mercado tecnológico para sempre manter sua operação alinhada ao mercado, apesar de não ser possível prever o momento em que as novas tecnologias serão lançadas ao mercado de consumo e consecutivamente o momento exato de adoção das novas tecnologias por parte de nossos clientes. O atraso na adoção de novas tecnologias produtivas pode levar a redução de competitividade versus mercado, enquanto o atraso na adoção de inovações de Digital e TI podem levar a piora na experiência de venda ao cliente e operação de venda em loja.

Riscos relacionados a interrupções nos Centros de distribuição for interrompida por qualquer motivo

Atualmente, a Companhia possui seis centros de distribuição em funcionamento localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, por onde passa grande parte de seus produtos vendidos. Se a operação normal de um desses centros de distribuição for interrompida por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do nosso controle, como questões ambientais (incluindo processos de licenciamento ambiental ou incidentes ambientais, tais como incêndios e desastres naturais, contaminação e resíduos sólidos), falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID19), entre outros, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

Riscos relacionadas à Compliance

A Companhia iniciou em 2021 a implementação de um Programa de Compliance, considerando as diretrizes da Lei nº 12.846/13 e Decreto nº 8.420/15, da ISO 37301:2021 e melhores práticas de mercado. Como parte deste processo, foi realizado um diagnóstico de perfil no primeiro semestre e uma avaliação de riscos de compliance no segundo semestre de 2021. Para esta avaliação, a Companhia considerou como relevantes à sua operação os fatores de risco relacionados ao relacionamento com o setor público, ao cumprimento de obrigações regulatórias e ambientais e outros fatores envolvendo a conduta de colaboradores (como conflitos de interesses, assédio moral e sexual, discriminação e preconceito).

Embora o registro histórico da Companhia com relação à riscos de compliance não seja significativo, em razão de a conformidade estar presente em sua cultura organizacional, foi identificada a necessidade de melhoria nos controles internos para mitigação desses riscos, especialmente em relação à cadeia de fornecimento e demais terceiros que se relacionam com a Companhia. Estas ações foram iniciadas em 2021 e serão executadas no curso de 2022.

A materialização desses riscos poderá sujeitar a Companhia à aplicação de sanções financeiras e operacionais, tais como multas e embargos, bem como impactar negativamente na imagem e reputação da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle:

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus acionistas controladores.

Os gestores não detectaram risco ao negócio, pois foi protocolado na Companhia em fevereiro de 2019 um acordo de acionistas com cerca de 54% do capital votante, com validade de vinte anos, podendo ser renovado automaticamente por dois períodos iguais e sucessivos de vinte anos e restrições por cinco anos para negociação das ações integrantes deste bloco.

c) Com relação aos acionistas da Companhia:

Eventuais vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer, podem causar volatilidade devido à baixa liquidez atual, e impactar adversamente o valor de mercado das ações.

d) Com relação a suas controladas e coligadas:

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis solidários das dívidas trabalhistas de fornecedores terceirizados.

e) Com relação a seus fornecedores

A empresa possui dependência na utilização do gás natural, o principal item para a produção de cerâmica, que tem seus preços ligados ao petróleo e ao câmbio, ainda que a compra seja realizada em moeda local. Desta forma, uma oscilação significativa nos custos de fornecimento do gás natural poderá impactar os custos de produção da Companhia. Por enquanto, o uso de alternativa energética ainda possui um custo mais alto.

Aumento de preços de matérias primas e insumos decorrentes de eventual desequilíbrio de oferta e demanda, variação na legislação que regula a tributação dos insumos, e flutuações de taxa de câmbio, podem aumentar a volatilidade operacional da Companhia. Ressalte-se, no entanto, que se tais mudanças ocorrerem, elas afetam os vários participantes do segmento, o que significa que a competitividade relativa da Companhia é preservada. Atualmente, a composição do custo industrial da Companhia é a seguinte:

	2021		2020		2019	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Insumos - Nacionais	435.523	44,6%	124.370	23,3%	221.043	33,8%
Insumos - Importados	67.297	6,9%	87.396	16,4%	102.736	15,7%
Energia/Gás Natural	265.349	27,2%	146.480	27,5%	161.804	24,7%
Mão de Obra	172.208	17,6%	141.048	26,4%	141.327	21,6%
Depreciação e Amortização	36.955	3,8%	34.136	6,4%	27.458	4,2%
Total	977.333	100%	533.430	100%	654.368	100%

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

f) Com relação aos clientes da Companhia:

A inadimplência de clientes para vendas a prazo pode afetar os resultados da Companhia.

As vendas a prazo são comuns no mercado em que a Companhia opera, dessa maneira, o desempenho da economia, associado à diminuição das linhas de financiamento e risco de crédito dos clientes influenciam os níveis de inadimplência, impactando os recebíveis da Companhia.

A Companhia reconhece montantes voltados para provisão de crédito de liquidação duvidosa e entende que esta provisão é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber, sendo seu valor representado pela estimativa de risco de não realização dos recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 2,6% (3,4% para 2020 e 2,4% para 2019) dos seus recebíveis classificados como provisão para perda.

Caso ocorra uma taxa de inadimplência maior que a estimada, que tem sido historicamente baixa, ou qualquer deterioração do risco de crédito de clientes, poderá causar um efeito adverso sobre o valor dos ativos, patrimônio, resultados e liquidez da Companhia.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia:

O consumo de produtos cerâmicos está profundamente ligado ao desempenho do setor de construção civil, imobiliário e do varejo de material de construção, que dependem das disponibilidades de crédito e incentivos aos consumidores e construtores. Em caso de haver agravamento neste cenário poderá haver um efeito adverso na demanda por produtos e nos resultados operacionais da Companhia. Cumpre ressaltar que o setor possui um consumo cíclico, onde os produtos cerâmicos são consumidos na última fase do ciclo médio da construção civil.

A empresa tem foco em suas atividades no setor de construção civil no Brasil e do exterior. Desta forma, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia são integralmente dependentes do ritmo de negócios desse segmento que, historicamente, pode ser afetado positiva ou negativamente por intervenções do Governo Federal, principalmente no que tange a concessão de crédito através dos bancos públicos.

A construção civil também pode ser impactada pelo nível de confiança do consumidor, além de outras situações que afetaram o nível de novos lançamentos de edifícios pelas construtoras, como por exemplo, investigações conduzidas pelo Ministério Público e pela Política Federal em relação a corrupções envolvendo o setor de construção civil.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no seu setor de atuação e possui concorrentes relevantes nos principais mercados em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação de mercado e sua rentabilidade.

Uma deterioração no ritmo dos negócios do setor de Construção Civil pode impactar negativamente as operações da Companhia e conseqüentemente seu nível de receita. Essa desaceleração poderá ser causada pelo alto nível de desemprego registrado em um dos principais mercados de atuação da Companhia, o mercado brasileiro que atualmente registra uma taxa de desemprego de 11,1%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia:

A carga tributária sobre os produtos cerâmicos, como exemplo o IPI que teve a redução dos percentuais das alíquotas incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor. Em 01 de dezembro de 2021 a alíquota do IPI para o setor passou a ser de 1%, e atualmente é de 0,65%. Um aumento repentino das alíquotas pode impactar diretamente as vendas da Companhia.

A regulamentação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pode afetar o suprimento de matérias primas.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a regulamentação ambiental, incluindo licenças, autorizações e alvarás. Não é possível assegurar que novas regulamentações ou regulamentações existentes nas esferas federais, estaduais e municipais não possam interferir na condução normal das atividades da Companhia e de suas controladas, incorrendo em novos custos.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. A estrutura regulatória que rege as instituições financeiras brasileiras está em contínua evolução, inclusive em decorrência de tratados e acordos internacionais. Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e a maneira com que as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas também pode mudar, assim como novas leis e regulamentações podem ser adotadas. Não possuímos controle sobre as regulamentações governamentais aplicadas às nossas atividades, incluindo as relativas a requerimentos de capital mínimo; investimento em capital fixo; limites e outras restrições de crédito; gestão de riscos; contábeis e estatísticos; dentre outros. Tais mudanças podem afetar de forma adversa nossas operações e rendimento.

i) Com relação às questões socioambientais:

A produção da Companhia pode ser impactada negativamente devido à falta de abastecimento de gás natural, por ocasião de enchentes ou outros eventos naturais que possam causar danos do gasoduto que abastece o Estado de Santa Catarina e de Maceió.

Em se tratando da empresa de mineração detida pela Companhia, as operações estão sujeitas a regulamentação ambiental, incluindo licenças, autorizações e alvarás. Não é possível assegurar que novas regulamentações ou regulamentações existentes nas esferas federais, estaduais e municipais não possam interferir na condução normal das atividades da Companhia e de suas controladas, incorrendo em novos custos.

Outros riscos que podem ser destacados para as empresas de mineração seriam a falta de energia e água no seu processo produtivo, visto que esses são itens essenciais para a produção.

Por fim, as operações ligadas à cadeia produtiva possuem uma propensão de grau de risco maior nos ambientes industriais e para minimizar os riscos, a empresa entende que saúde e segurança são interdependentes e que os treinamentos técnicos e de conscientização são chave para a melhoria dos indicadores em ambas as áreas.

A gestão eficiente das políticas e ferramentas de saúde e segurança são indispensáveis para alcançar e sustentar as melhorias, a gestão envolve políticas corporativas e análise de indicadores centralizadas, combinada com a aplicação das políticas e controle dos números implementada pela liderança de cada área.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

K) Riscos relacionadas a LGPD e riscos cibernéticos

A nova Lei Geral de Proteção de Dados pessoais, Lei Federal nº 13.709/18, estabeleceu diversas obrigações para que as empresas que atuem no mercado brasileiro tratem dados pessoais. Apesar de a companhia não utilizar o tratamento de dados pessoais para geração de receita, diversos são os procedimentos internos, indispensáveis ao bom funcionamento da companhia, que dependem, direta ou indiretamente, do tratamento de dados pessoais. A companhia vem adotando as melhores práticas para adequação de seus processos, mas dada a carência de regulação ou de precedentes dos tribunais sobre o tema, novas normas ou entendimentos dos tribunais quanto à aplicação da LGPD podem impactar a companhia.

Os controles internos são adaptados às operações e atividades da Companhia. Entretanto, podem acontecer interrupções totais ou parciais nos sistemas operacionais, como consequência de circunstâncias de inadequação dos sistemas, falhas, defeitos, não conformidades, processos e controles, bem como, riscos cibernéticos, lapsos humanos, desvio de conduta ética, fraude ou violação de leis, códigos e normativos internos e deficiências operacionais. A Companhia não pode assegurar que seus processos de controles serão suficientes para evitar situações de não conformidade.

Qualquer um desses eventos poderá sujeitar a Companhia, a despesas, multas, litígios, investigações, perdas de licenças operacionais, entre outros, impactando negativamente os resultados e a reputação corporativa da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios, também descritos no item 4.1.

Os contratos de financiamento firmados pela Companhia são, em geral, indexados às taxas de CDI, SELIC e índices de inflação além das variações de taxas de câmbio.

As vendas são normalmente feitas por negociações isoladas, sem a necessidade de contratos de longo prazo. Os prazos de venda são relativamente curtos, a preços fixos em reais, exceto na exportação ou distribuição realizada fora do Brasil, onde a maior parte das vendas é precificada em dólar e uma parcela pequena em euro. Como a Companhia atua através de quatro canais de venda (rede de lojas franqueadas e próprias, lojas multimarca, construtoras/incorporadoras, exportação e distribuição fora do Brasil). Não há regulamentação sobre preços de venda no setor. Os principais tributos incidentes sobre as vendas da Companhia no mercado interno são o ICMS, o IPI (1%), PIS e COFINS

i) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

As despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic. Em 31 de dezembro de 2020 a Administração considerou como cenário provável a alta da taxa CDI para 2,88% ao ano, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e da Selic para 2,88% ao ano. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano (os valores abaixo estão em milhares de reais, exceto os percentuais):

		Consolidado em Reais						
	31 de dezembro de 2021	Risco	Taxa Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações financeiras	67.141	Alta CDI	11,32%	7.600	14,15%	9.500	16,98%	11.401
Empréstimos e financiamentos	(130.646)	Alta CDI	11,32%	(14.789)	14,15%	(18.486)	16,98%	(22.184)
Debêntures	(304.598)	Alta CDI	11,32%	(34.480)	14,15%	(43.101)	16,98%	(51.721)
Parcelamento de obrigações tributárias	(33.069)	Alta Selic	11,32%	(3.743)	14,15%	(4.679)	16,98%	(5.615)
	(401.172)			(45.413)		(56.766)		(68.119)

ii) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2021 a Administração considerou como cenário provável a alta da taxa CDI para 11,65 % ao ano, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e da Selic para 11,75 % ao ano. e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então agravada em

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

25%,50%, -25%, -50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Apresentamos a seguir a simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro (os valores abaixo estão em milhares de reais, exceto os percentuais):

	31 de dezembro de 2021 (Pagar) Receber		Cenário Provável	Consolidado			
				Valorização da moeda		Desvalorização da moeda	
				Possível +25%	Remoto +50%	Possível - 25%	Remoto - 50%
Saldos em Dólar	Dólar	Reais	5,3912	6,7390	8,0869	4,0434	2,6956
Contas a receber	21.801	121.660	(4.127)	25.257	54.641	(33.510)	(62.893)
Conta corrente	3.892	21.717	(737)	4.509	9.754	(5.982)	(11.227)
Fornecedores de imobilizado e intangível	(3.156)	(17.610)	597	(3.656)	(7.909)	4.850	9.104
Fornecedores	(4.506)	(25.147)	853	(5.221)	(11.294)	6.926	13.000
Empréstimos e financiamentos	(3.813)	(21.280)	722	(4.418)	(9.557)	5.861	11.001
(-) Contrato de Swap	679	3.790	(129)	787	1.702	(1.044)	(1.959)
Exposição líquida	14.897	83.130	(2.821)	17.258	37.337	(22.899)	(42.974)

27

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31 de dezembro de 2021 (Pagar) Receber		Cenário Provável	Consolidado			
				Valorização da moeda		Desvalorização da moeda	
				Possível +25%	Remoto +50%	Possível - 25%	Remoto - 50%
Saldos em Euro	Euro	Reais	6,1712	7,7140	9,2568	4,6284	3,0856
Contas a receber	264	1.670	(39)	369	777	(447)	(854)
Fornecedores	(1.419)	(8.964)	209	(1.979)	(4.168)	2.398	4.587
Fornecedores de imobilizado e intangível	(3.795)	(23.980)	560	(5.295)	(11.150)	6.415	12.270
Exposição líquida	(4.950)	(31.274)	730	(6.905)	(14.541)	8.366	16.003

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa futura provável do euro e do dólar para 90 dias, obtida junto ao site da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) em 09 de fevereiro de 2022.

A Companhia mantém a exposição cambial passiva no montante equivalente até um ano de suas exportações de acordo com a diretriz do conselho de administração. .

iii) Risco de mercado, crédito e liquidez

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Tesouraria e a Diretoria financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A Companhia e suas controladas mantém controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

O risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados descontados e estão em milhares de reais:

Controladora										
31 de dezembro de 2021					31 de dezembro de 2020					
	Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	98.115	8.036	322.176	11.663	439.953	223.908	7.594	280.943	9.290	521.735
Entre um e dois anos	136.218	11.049	188.167	11.590	347.024	210.603	4.763	151.364	9.290	376.020
Entre dois e cinco anos	431.752	4.334	1.767	9.816	447.669	215.592	8.117	18.357	25.127	267.193
Acima de cinco anos	96.307	-	-	-	96.307	77.663	-	-	-	77.663
	<u>762.392</u>	<u>23.419</u>	<u>512.110</u>	<u>33.069</u>	<u>1.330.953</u>	<u>727.766</u>	<u>20.474</u>	<u>450.664</u>	<u>43.707</u>	<u>1.242.611</u>

Consolidado										
31 de dezembro de 2021					31 de dezembro de 2020					
	Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	98.115	19.456	365.652	11.663	494.849	223.908	34.803	295.244	9.354	563.309
Entre um e dois anos	136.218	28.016	188.167	11.663	364.064	210.603	11.963	151.364	9.354	383.284
Entre dois e cinco anos	431.752	15.626	1.767	9.743	458.888	215.592	24.878	18.357	25.298	284.125
Acima de cinco anos	96.307	1.755	-	-	98.062	77.663	1.538	-	-	79.200
	<u>762.392</u>	<u>64.853</u>	<u>555.586</u>	<u>33.069</u>	<u>1.415.863</u>	<u>727.766</u>	<u>73.182</u>	<u>464.965</u>	<u>44.006</u>	<u>1.309.919</u>

Os riscos descritos acima são inerentes ao ambiente em que a Companhia está inserida, no entanto, é prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e ao acompanhamento do cenário macroeconômico, ajustando suas estratégias operacionais conforme necessário, de forma a minimizar o efeito sobre os seus negócios de forma adversa.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

(i) Processos Tributários

A Companhia e suas controladas figuram como requerentes ou requeridas em 210 ações, no âmbito da Justiça Comum, Justiça Federal e na Receita Federal, dos quais 96 são processos administrativos e 114 processos na esfera judicial, compreendendo apenas o risco possível e remoto.

Processo nº 10983-721.445/2014-78

Juízo	Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	CARF – Recurso Especial
Data de instauração	10/11/2014
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados.
	1ª Instância – Autuação julgada procedente
	2ª Instância – CARF – Parcial provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia, para afastar o lançamento fiscal sobre a exclusão da receita tributável proveniente de benefícios fiscais.
	Instância Superior - Após o julgamento do recurso voluntário, tanto a Companhia quanto a Fazenda Nacional manejaram os Recursos Especiais à Câmara Superior de Recursos Fiscais – CARF, que atualmente aguardam julgamento.
Principais fatos	
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 0,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

 Processo nº 11516.721813/2019-61

Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil
Instância	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil
Data de instauração	01/08/2019
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Autos de Infração que constituíram créditos tributários de contribuição previdenciária por ter a Cia. deixado de recolher e declarado os valores correspondentes a contribuição social de que trata o artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91, especificamente a contribuição adicional para custeio e aposentadoria especial decorrente de exposição habitual e permanente de seus segurados empregados ao agente nocivo RUÍDO. 1ª Instância – Autuação julgada procedente 2ª Instância – CARF – Interposto recurso voluntário pela Companhia, que ainda aguarda julgamento.
Principais fatos	
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 0,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

 Processo nº 10340.720236/2021-00

Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil
Instância	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil
Data de instauração	15/03/2021
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Autos de Infração para o lançamento do crédito tributário no valor de R\$ 6.421, que originou o processo administrativo nº 10340.720236/2021-00, relativamente ao período de 2017 a 2018, pelo não recolhimento de contribuição previdenciária incidente sobre a) pagamentos de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) realizados a segurados contribuintes individuais; b) pagamentos de verba nominada pela empresa, de "Bônus Assiduidade", realizados a segurados empregados; e, c) contribuição destinada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não confessada na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), incidente sobre o pagamento realizado a segurados empregados.

Principais fatos	
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 620.000,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2021.

 Processo nº 2170000027193

Juízo	Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina
Instância	Tribunal Administrativo Tributário
Data de instauração	22/04/2021
Partes no processo	Autor: Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Notificações Fiscais relativos aos seguintes fatos geradores: i) apropriou crédito de imposto não permitido pela legislação tributária, relativo ao estorno do DIFAL recolhido conforme a Emenda Constitucional nº 87/2015 em operações interestaduais de saída de mercadorias destinadas a empresas de construção civil, no valor de R\$ 16.000 e ii) apropriou crédito de imposto não permitido pela legislação tributária, relativo a operações de aquisição de mercadorias de empresas optantes pelo Simples Nacional, cujo destinação não é a industrialização ou comercialização, no valor de R\$ 6.000.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Principais fatos 1ª Instância – A Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, as quais foram rejeitadas pelo Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina.

2ª Instância - Em decorrência da decisão administrativa, a Companhia apresentou recursos ordinários e aguardam julgamento pelo Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina.

Chance de perda Remota
Análise do impacto em Impacto financeiro
caso
de perda do processo
Valor provisionado*

(ii) Processos Trabalhistas

A Companhia e suas controladas figuram como reclamadas em 567 reclamações trabalhistas (458 reclamações em 31 de dezembro de 2021), movidas por ex-funcionários e terceiros. As ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais.

(iii) Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 429 ações cíveis (393 ações em 31 de dezembro de 2021), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis.

O saldo dos valores provisionados é composto por ações indenizatórias propostas por Consumidores Finais, Cliente Construtoras da Companhia, em que reclamam de produtos adquiridos, ainda, das

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

ações civis públicas ajuizadas pela Advocacia Geral da União (AGU) em face da Mineração Portobello LTDA (controlada) em que objetiva o ressarcimento pela suposta extração ilegal de minérios, e ações relacionadas à rede de Franquias Portobello Shop.

Processo nº 5014615-66.2012.404.7201

Juízo 2ª Vara Federal de Joinville
 Instância STJ – Agravo que inadmitiu Recurso Especial.
 Data de instauração 23/10/2012

Partes no processo Autor: Advocacia Geral da União
 Ré: Mineração Portobello LTDA

Valores, bens ou direitos envolvidos

Principais fatos 1ª Grau – Sentença de improcedência

2º Grau – TRF 4ª REGIÃO – Acórdão de parcial provimento ao Apelo da União para, condenação ao pagamento de indenização à União, pelos danos materiais causados em decorrência da exploração ilegal de minérios, que deve ser arbitrada em 50% (cinquenta por cento) do valor obtido com a extração irregular (a ser apurado oportunamente, tendo como base de cálculo a mesma adotada para o recolhimento da CFEM durante o período, observada a prescrição), deduzido o montante já recolhido a título de CFEM. Apuradas a ocorrência de dano ambiental e a viabilidade de recuperação da área degradada, por meio do pertinente PRAD, este deverá ser executado, após a aprovação pelo órgão competente, a fim de que seja restabelecido, na medida do possível, o status quo ante. E o desempenho de qualquer atividade no local deverá ser precedida, necessariamente, de licenciamento, com o respectivo EIA/RIMA.

STJ – Aguarda julgamento ao recurso de Agravo interposto em face decisão que inadmitiu os Recursos Especiais manejados pelas Partes.

Chance de perda Provável

Análise do impacto em caso de perda do processo Impacto financeiro

Valor provisionado* R\$ 2.452.946,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 .

Processo nº 5003588-47.2012.404.7214

Juízo 1ª Vara Federal de Mafra
 Instância STF – Agravo contra decisão denegatória de Recurso Extraordinário
 Data de instauração 15/04/2013

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Partes no processo	Autor: Advocacia Geral da União Ré: Mineração Portobello LTDA
Valores, bens, ou direitos envolvidos	
Principais fatos	1ª Grau – Sentença de PARCIAL PROCEDÊNCIA para indenizar a União pelos danos patrimoniais decorrentes da extração irregular de argila, no período de 2002 a 2010, observada a prescrição quinquenal e o valor de R\$ 11,71 (onze reais e setenta e um centavos) por tonelada de argila em fevereiro 2011, cujo montante total deverá ser apurado e atualizado em liquidação do julgado 2º Grau – TRF 4ª REGIÃO – Acórdão de parcial provimento ao Apelo da União e negar provimento ao recurso de apelação apresentado pela Mineração Portobello. Apresentado recursos especial e extraordinário. STJ – Recursos especiais denegados provimento. STF – Aguarda julgamento dos Agravos interpostos contra decisões denegatórias dos Recursos Extraordinários das Partes.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 4.418.949,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 .

Processo nº 5005926-57.2017.4.04.7201

Juízo	6ª Vara Federal de Joinville
Instância	TRF 4ª Região – Recurso de Apelação
Data de instauração	15/05/2017
Partes no processo	Autor: Advocacia Geral da União Ré: Mineração Portobello LTDA
Valores, bens ou direitos envolvidos	
Principais fatos	1ª Grau – Sentença de reconhecendo a prescrição e decadência. 2º Grau – TRF 4ª REGIÃO – O Recurso de Apelação interposto pela União foi julgado para negar provimento. A União interpôs Recurso especial e extraordinário, os quais foram admitidos. Instâncias Superiores – Aguardando julgamento do Recurso Especial interposto pela União.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 2.188.576,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 .

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 5002112-40.2013.4.04.7213

Juízo	2ª Vara Federal de Rio do Sul
Instância	TRF 4ª Região – Recurso de Apelação
Data de instauração	19/06/2013
Partes no processo	Autor: Advocacia Geral da União Ré: Mineração Portobello LTDA
Valores, bens ou direitos envolvidos	
Principais fatos	1ª Grau – Sentença de parcial procedência para condenar a Mineração Portobello ao pagamento de R\$ 99.448. 2º Grau – O recurso de apelação interposto pela Mineração Portobello foi desprovido, enquanto que o recurso manejado pela União foi parcialmente provido para determinar a alteração do termo inicial dos juros moratórios. Ainda, a Mineração Portobello obteve provimento noutra recurso para que, do valor a ser indenizado sejam expurgados os valores de CFEM já recolhidos. Apresentado recursos especial e extraordinário pela Mineração Portobello LTDA.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 1.168.303,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2021

Processo nº 0001746-52.2011.8.24.0072

Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Tijucas
Instância	Superior Tribunal de Justiça
Data de instauração	29/04/2011
Partes no processo	PBG S/A e outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Procuradoria da Fazenda Nacional Trata-se de ação declaratória proposta com vistas à obter provimento jurisdicional para a descaracterização de grupo econômico entre a PBG S/A e as demais empresas dos Acionistas Controladores
Principais fatos	1ª Instância - Ação julgada improcedente. 2ª Instância - Recurso de Apelação desprovido. Instâncias Superiores - Aguardando julgamento do Recurso Especial interposto pela Companhia.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Valor provisionado* R\$ 1. 658.102,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2021.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não se aplica, tendo em vista que a Companhia e suas Controladas não são partes em processos administrativos, judiciais ou arbitrais movidos em face ou por seus administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Até o presente momento a Companhia não foi comunicada sobre a existência de processos sigilosos.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

(i) Processos Tributários e Previdenciários

A Companhia e suas controladas figuram como requerentes ou requeridas em 210 ações, no âmbito da Justiça Comum, Justiça Federal e na Receita Federal, dos quais 96 são processos administrativos e 114 processos na esfera judicial, compreendendo apenas o risco possível e remoto, conforme descrito no item 4.3 (i). O saldo de provisão para demandas tributárias e previdenciárias é de R\$ 34.994 mil.

a) ATIVOS TRIBUTÁRIOS POSSÍVEIS

-Polo Ativo

O ativo tributário refere-se ao reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', que já teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. A Companhia já está promovendo a execução de sentença, tendo o juiz da causa determinado à contadoria judicial que se pronunciasse sobre a correta aplicação dos critérios definidos em liquidação de sentença para posterior homologação do valor devido ('quantum'). A contadoria judicial da Justiça Federal pronunciou-se no sentido de ratificar os cálculos apresentados pela Companhia, pois "está em conformidade com a sentença". Apresentada manifestação da Fazenda Nacional que, em resumo, reconheceu como incontroverso o valor de R\$ 187.091 mil (base agosto/15) ao tempo em que divergiu do valor de R\$ 66.056 mil. Em setembro de 2018, o valor da execução foi homologado pelo juízo da 6ª Vara Federal de Brasília. O valor foi apurado em R\$ 220.260 mil, base novembro de 2018.

A Companhia, nos termos da Reunião do Conselho de Administração nº 11, realizada em 30 de setembro de 2019, que aprovou a negociação deste ativo tributário, constituído através da Requisição de Pagamento (Precatório) distribuído sob o nº 0154107-24.2019.4.01.9198, expedido em 16 de abril de 2019, tendo como valor original da importância de R\$ 180.708 mil, base agosto de 2015, que após submetido aos índices legais de correção monetária pelos órgãos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o valor deste ativo tributário passou a ser de R\$ 200.549 mil, base junho de 2019.

A Companhia, considerando que o crédito executado já ter sido objeto de concordância pela Contadoria Judicial, tendo sido homologados os valores apresentados pela Companhia e, diante da manifestação prestada pela Contadoria Judicial anexadas ao processo em março/2020, em que informa não possuir conhecimento técnico para apresentar manifestação técnica acerca das impugnações apresentadas pela União Federal, realizou o reconhecimento da parcela tida como controverso no valor de R\$ 75.107 mil concomitantemente, no passivo não circulante, na rubrica de "Dívidas com pessoas ligadas" foi constituído no valor de R\$ 56.330 mil referente ao montante a ser pago a Refinadora Catarinense. Adicionalmente, foram registrados no passivo não circulante R\$ 1.737 mil referentes a PIS e COFINS, R\$ 3.380 mil referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados nas respectivas contas de impostos diferidos, sendo passivo não circulante e resultado. Também foi provisionado o valor de honorários de sucesso. O valor líquido que coube à Companhia foi R\$ 4.166 mil, sendo este quitado em outubro de 2020.

Atualmente, aguarda-se pronunciamento jurisdicional acerca do requerimento formulado para a rejeição à impugnação apresentada pela União e, por consequência, a expedição da requisição de pagamento – Precatório referente a parcela complementar.

(ii) Processos Trabalhistas

A Companhia e suas controladas figuram como reclamadas em 567 reclamações trabalhistas (458 reclamações em 31 de dezembro de 2021), movidas por ex-funcionários e terceiros. As ações referem-se

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não**Sigiloso e Relevante em Conjunto**

Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigiloso e Relevante em Conjunto. Processos judiciais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais. O saldo de provisão para demandas trabalhistas é de R\$ 15.166 mil.

(iii) Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 429 ações cíveis (393 ações em 31 de dezembro de 2021), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis.

O saldo dos valores provisionados é composto por ações indenizatórias propostas por Consumidores Finais, Cliente Construtoras da Companhia, em que reclamam de produtos adquiridos, ainda, das ações civis públicas ajuizadas pela Advocacia Geral da União (AGU) em face da Mineração Portobello LTDA (controlada) em que objetiva o ressarcimento pela suposta extração ilegal de minérios, e ações relacionadas à rede de Franquias Portobello Shop. O saldo de provisão de demandas cíveis é de R\$ 38.379 mil.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos para a liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se, em meados de 2009, definindo o marco extintivo desse incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato, a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a "Refinadora".

Em setembro de 2020, a Companhia assinou um "Termo de Entendimento e Quitação de Obrigações" com a Refinadora Catarinense S.A., referente a quitação de uma dívida da Refinadora com a Companhia, no montante de R\$ 101.990. Neste termo, ajustaram as partes que a Refinadora concedeu em pagamento os numerários transferidos, no montante de R\$ 89.517, para os processos de execução fiscal ajuizados em face da PBG S.A, valor este registrado em outubro de 2020 em uma conta de depósitos em garantia, classificada no ativo não circulante, pois apesar de a Administração ter a expectativa de recebimento deste valor dentro dos próximos meses, ainda não há data definida para a sua realização.

A Companhia vem obtendo decisões judiciais favoráveis ao levantamento dos depósitos em garantia, originários do precatório

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados
Não aplicável.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia possui uma estrutura multidisciplinar de gerenciamento de riscos que inclui as atividades de Controles Internos e *Compliance*, as quais são independentes e reportam-se diretamente ao Comitê de Auditoria. Este Comitê é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e conta com independência de atuação e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração. O processo de avaliação e gestão de riscos da Companhia é periodicamente avaliado pela Auditoria Interna, a qual reporta os resultados ao Comitê de Auditoria

A Companhia formalizou em abril de 2022 a Política de gerenciamento de riscos, adequando às exigências ao regulamento no Novo Mercado, com relação aos órgãos de fiscalização e controle, foram implementados: Comitê de Auditoria e as áreas de *Compliance*, Auditoria Interna e Controles Internos. Neste contexto, os riscos são gerenciados através de uma estrutura organizacional que envolve principalmente papéis e responsabilidades do Conselho de Administração, Comitê de auditoria, Controles Internos, Auditoria Interna, *Compliance* e Diretoria Corporativa. Os instrumentos atualmente utilizados para gestão de risco são:

Políticas Regulatórias e Políticas Internas

- Políticas Regulatórias (regulamento Novo Mercado): definem requisitos como por exemplo, observação de prazos, obrigações e procedimentos previstos para manutenção da Companhia no segmento regulatório do Novo Mercado.
- Diretrizes Internas: Definem ações e estratégias sólidas para a condução dos negócios, assim como conduzir, gerir e orientar os colaboradores para atingirem os objetivos esperados pela Companhia.

Código de Ética e Conduta

- O Código de Ética é compartilhado com o público interno, o que orienta e dá transparência às relações com a marca. Um Comitê de Ética e a Coordenação de *Compliance* apoiam a governança da empresa na aplicação e cumprimento dos princípios éticos;
- Objetiva estabelecer os princípios éticos que atendem a visão, a missão e os valores da Companhia;
- Normas de conduta que devem orientar as relações internas e externas de nossos colaboradores.

Plano Orçamentário Anual com validação do Conselho de Administração e acompanhamento periódico

Em um mercado competitivo, para se manterem ativas e prósperas, as empresas devem possuir um bom planejamento voltado ao desenvolvimento empresarial em seu mercado de atividade - voltado para a situação econômica do negócio - para, desta forma, traçar as diretrizes para a estratégia financeira correta, com foco anual e revisada com frequência.

A Companhia, com intuito de atentar as finanças, utiliza como planejamento o plano orçamentário anual, permitindo antecipar possíveis problemas e indicar os objetivos que devem ser alcançados pelos gestores com validação do Conselho de Administração.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Realização de procedimentos de manutenção contínua e preventiva dos ativos industriais.

A Companhia realiza procedimentos de manutenção nos seus ativos industriais visando manter a eficiência e a disponibilidade dos equipamentos, atuando na prevenção e correção de falhas.

Os serviços realizados pela equipe de manutenção são classificados em 5 tipos de manutenções, como: a corretiva; preventiva anual; preventiva cíclica e condicional e inspeção.

As rotinas previstas acima possuem manuais a serem seguidos, com programas de manutenção.

Os treinamentos e manutenções - preditivas e preventivas - garantem a operação de forma sustentável.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a. Caso o emissor possua uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destaque, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia aprovou em 28/04/2022 a Política de Gestão de Risco e conseqüentemente está em fase de implementação de um processo estruturado de Gestão de Risco e controles internos.

O objetivo da Política de Gestão de riscos é estabelecer melhores práticas aplicáveis aos processos de Gestão de riscos no Grupo, de forma a endereçar adequadamente a identificação, avaliação, resposta, monitoramento, comunicação e mecanismos de priorização e mitigação de riscos. As principais intenções do processo de gestão de risco compreendem:

- preservar e desenvolver valores, ativos, reputação, competitividade e continuidade dos negócios;
- Melhorar a capacidade de identificar, analisar e gerenciar riscos de acordo com o grau de tolerância ao risco, elevando a probabilidade de alcançar seus objetivos estratégicos;
- Entender, avaliar e definir ações de resposta aos riscos;
- Integrar a análise de riscos na definição da estratégia, planejamento do negócio e outros processos de criação de valor;
- Apoiar a administração na tomada de decisões mais consistentes com o conceito de riscos.

O entendimento dos objetivos estratégicos do negócio e alinhados aos objetivos operacionais é primordial para o gerenciamento de riscos e identificação dos riscos. A identificação dos riscos leva em consideração fatores internos e externos através de entrevistas, benchmarking, recomendações e resultados de auditoria externa e interna considerando no escopo a tipologia de riscos como: estratégico, operacional, financeiro, conformidade, tecnologia da informação e Cibernético e Imagem.

A partir da identificação dos riscos na fase de avaliação é determinada a criticidade que considera o impacto e a probabilidade direcionando quais os principais riscos de enfoque no curto, médio e longo prazo. Finalizada a fase de avaliação, o processo de decisão considera a matriz de priorização para tratamento do risco (plano de resposta) de acordo com o limite de apetite a riscos. O plano de resposta inclui possíveis alternativas como: a) evitar, b) reduzir, c) compartilhar/transferir e d) Aceitar os riscos. Os planos de resposta aos riscos são aprovados pelo Comitê de Auditoria.

A Comunicação dos Riscos a todas as partes relacionadas é de extrema importância de forma a permitir a efetividade das medidas de prevenção, detecção e correção dos riscos, desta forma, a área de Controles Internos deve auxiliar as áreas de negócios e os donos dos riscos na identificação e proposição de indicadores e plano de ação para mitigação dos riscos.

O Plano de Gerenciamento de Riscos e controles internos deve considerar o conceito de melhoria contínua reportando a Diretoria Corporativa e Comitê de Auditoria os resultados dos indicadores, avaliações e as ações das melhorias recomendadas.

Por fim, a Política Gestão de Riscos estabelece a abrangência, Conceito de Gerenciamento de riscos, papéis e responsabilidades de todas as partes relacionadas: Conselho de Administração, Comitê de auditoria, Diretoria Corporativa, Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, Diretores de Unidades de Negócios, Gestores das áreas e Colaboradores.

As aprovações, vigência e alterações são aprovadas pelo Conselho de Administração.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo os seguintes pontos:

A política específica de gerenciamento de riscos de mercado está em desenvolvimento.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A companhia adequou sua estrutura de Governança implementando a estrutura de Compliance, Auditoria e Gestão de Riscos e controles internos. Todas as decisões relativas às operações que envolvam algum risco para a Companhia são avaliadas e aprovadas antecipadamente pela Administração, a estrutura de gerenciamento dos riscos e Controles internos já está atuante na forma de responder aos riscos levantados pelas áreas de auditoria Externa e Interna. Em paralelo um plano amplo e estruturado de Gestão de Riscos e controles internos está em construção levando em consideração as melhores práticas de Mercado.

A Companhia já possui diretrizes e indicadores internos para o cumprimento dos processos para os quais enxerga potenciais riscos, os quais são revisados periodicamente para garantir o atingimento dos objetivos operacionais e estratégicos da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Conforme mencionado anteriormente neste formulário de referência, a administração entende que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiáveis para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

As áreas envolvidas na assegurar a elaboração das demonstrações financeiras e práticas internas é a Controladoria, a Diretoria e o Conselho de Administração. A área de Controles Internos, criada em 2022, dá o devido suporte necessário na elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria tem como papel avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugerir soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Em 2022 a Companhia implementou a área de Controles internos, direcionando as melhorias às áreas envolvidas, sempre com a supervisão da administração.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

De acordo com análise realizada pelos auditores independentes em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Seguem abaixo os principais pontos apresentados para o aprimoramento dos controles internos da Companhia:

- Ausência de processo formalizado e controles acerca do fechamento contábil e financeiro;
- Inexistência de rotinas de aprovação dos lançamentos manuais;
- Reconhecimento de receitas em desacordo ao IFRS 15 / CPC 48;
- Ausência de contabilização dos saldos de ajuste a valor presente;
- Fragilidade sobre o controle de consolidação;
- Inconsistência no processo de capitalização de ativos;
- Empresa terceira possui acesso genérico privilegiado ao ERP Oracle;
- Divulgação de contingências passivas com probabilidade de perda remota ;

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotada

Os Diretores da Companhia avaliaram que os processos adotados após as melhorias indicadas abaixo são suficientes para assegurar a precisão dos dados e a confiabilidade da elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia entende que embora haja recomendações para melhorar os controles, identificados na revisão da auditoria externa, os Diretores da Companhia entendem que os itens não impactaram a confiabilidade das demonstrações financeiras.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Durante o ano de 2021, foram criadas as áreas de *Compliance*, subordinada à Vice-Presidência Jurídica e *Compliance*, e a área de Auditoria Interna, subordinada ao Comitê de Auditoria. Em 2022, foi criada a área de Controles Internos, subordinada à Vice-Presidência de Finanças e Relações com Investidores

5.4 - Programa de Integridade

- a. **Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia possui regras e práticas vigentes para combater possíveis fraudes ou ilícitos contra a administração pública, descritas em seu Código de Ética, o qual estabelece as diretrizes das interações entre seus administradores e colaboradores com seus públicos de relacionamento, em especial, neste caso, com o poder público.

A Companhia não permite o oferecimento ou a entrega, direta ou indiretamente, de qualquer tipo de contribuição, doação, favores ou envio de presentes a entidades governamentais ou funcionários públicos, a fim de que estes ajam ou utilizem sua influência com o objetivo de auxiliar a Companhia a ganhar um negócio ou obter vantagem imprópria.

Para complementar o seu compromisso anticorrupção, o Programa de Compliance da Companhia foi desenhado levando em conta os requisitos da Lei nº 12.846/13, Decreto nº 8.420/15 e melhores práticas de mercado.

No curso do segundo semestre de 2021, foi realizado um mapeamento de riscos de compliance, considerando nove fatores para análise, dentro deles três diretamente ligados ao relacionamento com o setor público: (1) corrupção pública, (2) corrupção privada e fraudes, (3) uso de interposta pessoa, (4) dificultar investigações e fiscalizações, (5) assédio, discriminação e preconceito, (6) conflitos de interesses, (7) insider trading, (8) compliance regulatório e (9) compliance ambiental .

Com base nos resultados desta avaliação, foi realizada uma revisão do Código de Ética da Companhia, trazendo complementos às diretrizes já vigentes, a criação do Manual de Condutas Éticas, para facilitar a comunicação interna dos temas abordados no Código, bem como estabelecida a necessidade dos seguintes instrumentos, em implementação no curso do exercício de 2022: (1) criação de política anticorrupção e de relacionamento com o setor público, contendo diretrizes para prevenção à corrupção, regras para prevenção da contratação de ex-agentes públicos em período de quarentena, procedimentos para atuação em fiscalizações e investigações, participação em reuniões e eventos com agentes públicos, brindes, presentes, entretenimentos e hospitalidades, patrocínios e doações à instituições públicas e sem fins lucrativos, bem como a vedação à pagamentos de facilitação e à contribuições políticas; (2) implementação de uma política de gestão de terceiros (franqueados, fornecedores, parceiros de negócios, donatários), contendo diretrizes de condutas específicas; (3) criação e implementação de um procedimento de due diligence de terceiros; (4) ajustes contratuais; (5) implementação de um canal de denúncias independente; e (6) realização de treinamentos periódicos.

i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados

A Companhia está atenta às exigências da Lei e do Decreto Federal Anticorrupção (nº 12.846/13 e nº 8.420/15, respectivamente), estabelecendo em seu código de conduta práticas consideradas ilícitas na condução de nossos negócios.

Dentre essas práticas são destacadas: (1) a proibição, no exercício de sua função, de obter ganhos para si, para terceiros ou para a empresa, mediante fraude; (2) proibição de praticar atos de suborno, corrupção (ativa ou passiva) ou “Pagamentos Facilitados”, seja oferecendo/recebendo dinheiro ou quaisquer outros benefícios, para conquistar alguma vantagem indevida para si, para terceiros, para agentes públicos ou para a empresa; (3) a comunicação ativa com gestores para prevenir oferecimentos ou solicitações de favores; (4) a intolerância a práticas ilícitas de fornecedores na condução de nossos negócios; e (5) a proibição de aceitação de benefícios pessoais impróprios com o intuito de ganhar ou manter um negócio ou outras vantagens de terceiros, sejam eles do setor público ou privado.

5.4 - Programa de Integridade

ii. Estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento dos procedimentos de integridade

Comitê de Ética: formado por cinco membros entre diretores não estatutários e média gerência do Grupo, o Comitê está vinculado à Presidência da PBG. É responsável pela gestão e aplicação do Código de Conduta Ética da Portobello, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade. Além disso, este comitê analisa e gerencia os casos de violação do código, recomendando as medidas necessárias para as alçadas responsáveis. Cabe também ao Comitê de Ética a supervisão da efetividade do Programa de Compliance e dos canais de comunicação.

Coordenação de Compliance: A Coordenação de Compliance está vinculada à Vice-presidência Jurídica e de Compliance e à Gerência Jurídica e de Compliance. É responsável por acompanhar a implementação e pela gestão do programa de Compliance da PBG S/A, de modo a garantir que suas atividades estejam em conformidade com as políticas e procedimentos internos e com os padrões éticos e regulamentares. Também são responsabilidades da Coordenação de Compliance (i) a avaliação e proposta de revisão das políticas e procedimentos internos relacionados à conformidade e do Código de Ética, (ii) a condução de treinamentos relacionados às normas e instrumentos e (iii) a gestão dos canais de comunicação e de denúncias.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta

Sim. O Código de Ética vigente no ano de 2021 se aplica a todos os administradores e colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo disponibilizado a todos os funcionários na sua admissão e comunicado a toda a Companhia sempre que modificações são realizadas no seu conteúdo.

O Código institui os valores éticos da Companhia e aborda diretrizes e regras de condutas aplicáveis a todos os seus colaboradores, incluindo aspectos de integridade, conflito de interesses, valorização das pessoas, relacionamentos internos, com meio ambiente, com fornecedores, com órgãos governamentais e com clientes, aspectos de fraude, corrupção e suborno, entre outros itens.

Em maio de 2022 foi publicada a atualização do Código, denominado “Código de Conduta Ética”, aprovada pelo Conselho de Administração em xx/05/2022. A nova versão abrange, além do público interno, franqueados, parceiros de negócios, fornecedores e quaisquer outros terceiros que se relacionem com a Companhia. O Código de Conduta Ética é mantido disponível para consulta na intranet da Companhia, bem como no site do Canal de Denúncias.

Para facilitar a comunicação com o público interno, a Companhia também elaborou o Manual de Condutas Éticas, o qual traz orientações complementares ao Código, com foco em sua aplicação prática no cotidiano dos colaboradores.

Todos os temas abordados no Código de Conduta Ética e no Manual de Condutas Éticas da Companhia serão abordados em campanhas de comunicação e conscientização, bem como por treinamentos a serem executados no curso de 2022.

O não cumprimento ou a violação das premissas existentes no Código pode implicar em sanções administrativas, a depender da gravidade, podendo chegar ao desligamento de um colaborador ou à rescisão contratual, em caso de empresas contratadas, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, conforme o previsto no procedimento interno de aplicação de medidas disciplinares..

A Companhia também possui um Código de Conduta voltado a fornecedores, não disponibilizado ao público em geral. Este documento transcreve as diretrizes que norteiam a conduta nos negócios realizados pela Companhia e está sendo incorporado à nova Política de Gestão de Terceiros da PBG S/A, a qual irá contemplar procedimentos de due diligence e diretrizes de conduta para fornecedores e demais públicos que se relacionam com a Companhia, tais como franqueados, representantes comerciais e parceiros de negócios.

5.4 - Programa de Integridade

a. Se o emissor possui canal de denúncia

A Companhia possui canal de denúncias independente, administrado pela empresa laux Brasil Assessoria Empresarial Ltda, denominado “Canal da Ética”. O Canal da Ética está aberto para o público interno e externo e pode ser acessado através do link www.canalintegro.com.br/Portobello (disponível 24 horas por dia, sete dias por semana) ou do telefone 0800 580 2831 (disponível de segunda a sexta, das 08h às 20h).

b. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Está prevista a elaboração de uma Política para Fusões e Aquisições contemplando critérios de due diligence de conformidade e integridade no exercício de 2022. No entanto, a temática não foi avaliada como um risco significativo de compliance no mapeamento realizado no exercício de 2021.

c. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública previstos em seu Código de Conduta Ética, bem como diretrizes complementares, cuja implementação está em andamento, como parte de um processo de melhoria contínua.

5.5 - Alterações significativas

Não aplicável.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não aplicável.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	22/12/1977
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/01/1991

6.3 - Breve Histórico

BREVE HISTÓRICO DA PORTOBELLO

História

A Portobello foi constituída em dezembro de 1977 e iniciou suas atividades produtivas em 1979. Uma trajetória que nasceu já orientada para o novo, com a responsabilidade de transformar a vida da cidade e região de Tijucas (Santa Catarina) e o propósito de levar design para o maior número de pessoas.



Inauguração Fábrica Portobello em 16 de junho de 1979

Em 1991, a Portobello tornou-se uma empresa de capital aberto. Já em 2008 passou a ser integrante do Novo Mercado da B3 e hoje é marca líder no varejo de revestimentos, de acordo com o ranking a SBVC- Sociedade Brasileira de Consumo e Varejo. Sua filosofia tem como base estruturar e entregar um modelo ágil, integrado e puxado pelo mercado, pois este é o caminho correto a ser percorrido; seu desafio é ser protagonista na transformação digital, evoluir na internacionalização e consolidar a marca de design democrático Pointer, sempre com forte senso de propósito e visando a sustentabilidade da empresa.

Os colaboradores e parceiros, engajados em oferecer a melhor experiência de design aos clientes, são seu principal ativo.

Atualmente, a Portobello está estruturada em quatro (04) unidades de negócios, integra seis (06) fábricas em dois (02) pólos industriais, possui seis (06) centros de distribuição, dezessete (17) lojas próprias, produzindo aproximadamente 42,9 milhões de m² de produtos anualmente, com distribuição para todo o território brasileiro e atingindo mais de 70 países em todos os continentes.

Durante sua trajetória de 42 anos, a empresa agregou importantes eventos corporativos, destacados na linha do tempo a seguir.

6.3 - Breve Histórico

LINHA DO TEMPO

1977	<i>Constituição da Portobello com sede em Tijucas, Santa Catarina.</i>		
		<i>Início das atividades</i>	1979
1981	<i>Início das exportações</i>		
		<i>Inovação em produto com lançamento da linha Carga Pesada.</i>	1984
1987	<i>Ampliação do parque fabril, atingindo 1 milhão de m²/mês</i>		
		<i>Início das operações da Portobello América</i>	1990
1991	<i>Inovação com a produção de revestimento externo para fachadas (mosaico).</i>		
		<i>Primeira empresa a comercializar no Brasil o porcelanato italiano, dando início ao programa de outsourcing</i>	1992
1994	<i>Certificação de qualidade ISO</i>		
		<i>Instalação do polimento de porcelanato</i>	1996
1998	<i>Rede das franquias Portobello Shop</i>		
		<i>Utilização de gás natural, uma energia limpa para fornos e secadores</i>	2000
2001	<i>Início da produção de porcelanato</i>		
		<i>Exportação atinge 60% das vendas</i>	2005
2008	<i>Adesão ao Novo Mercado. Expansão do Parque Fabril. 100 lojas Portobello Shop.</i>		
		<i>Lançamento do extrafino e forte incremento em outsourcing</i>	2010
2011	<i>Produção com tecnologia de impressão digital Marketing digital Portobello</i>		
		<i>A Portobello torna-se a maior empresa de revestimento cerâmico da América do Sul e a maior rede de lojas especializadas de revestimentos cerâmicos do Brasil, com 110 lojas.</i>	2012
2013	<i>Instalação da nova fábrica de Porcelanato Grandes Formatos. Lançamento Pedra Fundamental Fábrica Nordeste.</i>		
		<i>Abertura dos centros de distribuição. Investimentos na Fábrica do Nordeste.</i>	2014
2015	<i>Início das operações Fábrica do Nordeste Lançamento da marca Pointer com inauguração da nova fábrica em Alagoas. Instituição do Portobello Grupo (PBG).</i>		
		<i>Relatório de Sustentabilidade Padrão Global GRI. Início do projeto Oficina Portobello. Lançamento Coleção Portobello: Arquitetura em Movimento. In and Out. Projeto Loja Padrão Green Building LEED.</i>	2016
2017	<i>Lançamento Coleção Pointer: Morada Brasileira – Raízes, com participação de Marcelo Rosenbaum; Lançamento projeto Oficina Portobello nas lojas de SC. Primeiro Coletivo Criativo Portobello Shop, em Copenhagen Dinamarca</i>		
		<i>Lançamento projeto Oficina Portobello nas lojas de SP, PR e RS. Lançamento dos grandes formatos de porcelanato esmaltado e aumento de capacidade dos produtos beneficiados. A unidade de Maceió (Pointer) inicia a produção de produtos retificados e cortados. Restabelecimento da Portobello América, nos Estados Unidos. Início da comercialização das categorias Louças e Metais na Portobello Shop.</i>	2018

6.3 - Breve Histórico

2019	<p><i>Aniversário de 40 anos da Portobello / Inauguração do Projeto Lastras /A Portobello Shop ganha seu primeiro Prêmio Internacional de Franchising da CV Primeiro Prêmio Reclame Aqui</i></p>		
		<p><i>Início da produção de Lastras. LANÇAMENTO da Coleção Unlimited, com Lastras que ampliam as possibilidades da arquitetura sustentável. PORTOBELLO SHOP conta com 136 lojas em todo o Brasil. A primeira convenção Portobello Shop 100% digital. Primeira edição da Mostra Unlimited, 100% online, para arquitetos e especificadores. Lançamento Concierge Digital PBA.</i></p>	2020

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não aplicável.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não aplicável.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A PBG S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 - Bolsa de Valores Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código PTBL3. É controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011 e aditado em 18 de fevereiro de 2019, que detinha no momento da assinatura aproximadamente 54% das ações da Companhia. Este grupo é formado pela família Gomes, sócios-fundadores. Os 46% remanescentes são ações *free float* detidos por aproximadamente 25 mil acionistas pessoas físicas representando 52,5% das ações em circulação, cerca de 260 acionistas institucionais correspondentes a 24,0% das ações em circulação e mais 70 acionistas estrangeiros, com aproximadamente 23,5% das ações em circulação em dezembro de 2021. A Companhia mantinha também 4,4% das ações mantidas em tesouraria naquela data, que foram canceladas no início de 2022.

Constituída em 1977, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, onde atualmente está localizado seu maior site industrial, a empresa tem como objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelanatos em geral - como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas - e também a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Suas atividades são divididas entre o Mercado Interno e Mercado Externo. Esta divisão é feita com base em relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas e revisados pela Diretoria Estatutária, que analisa o negócio e indica a segmentação sob a perspectiva de cada mercado, nas seguintes divisões: Portobello, Portobello Shop, Pointer e Portobello América.

Geograficamente a distribuição nacional é mais concentrada nas regiões Sul e Sudeste. O grupo atua em todo o território brasileiro com lojas em 25 Estados e demais canais.

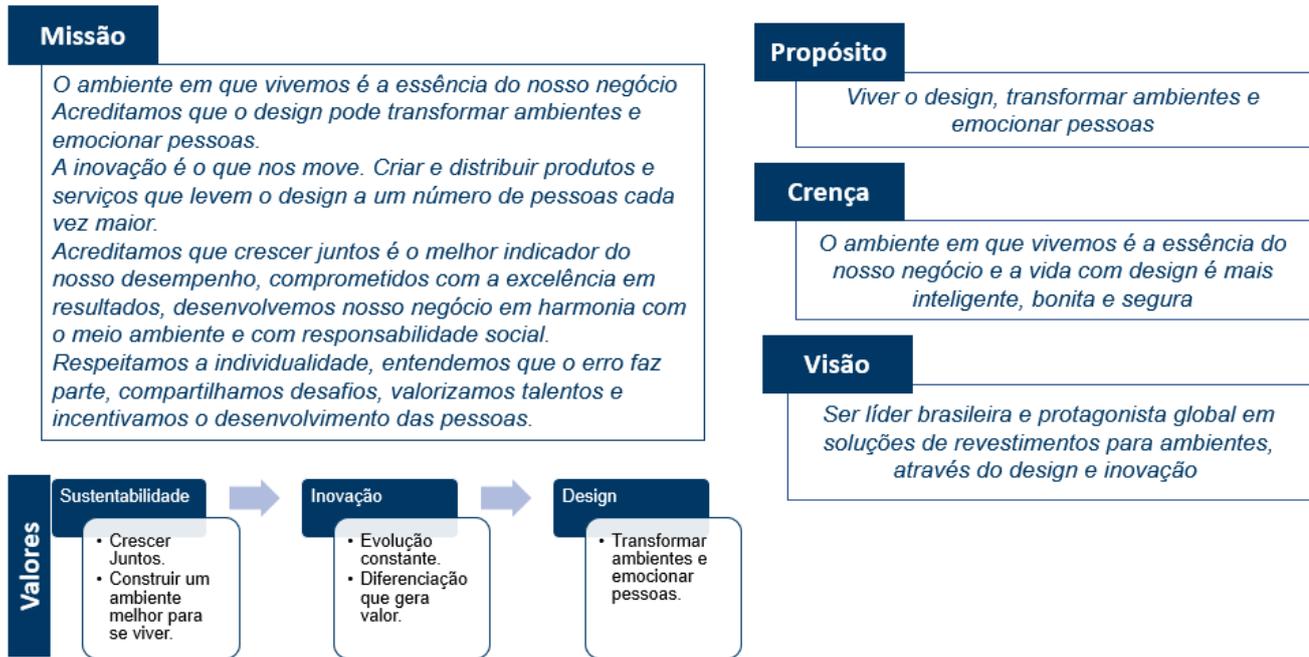
Atualmente exporta para mais de 60 países, com maior participação no mercado norte-americano, através da Portobello América, e na América Latina, onde há rede de distribuidores em todos os países.

Cultura Organizacional

O Portobello Grupo é conduzido por executivos com experiência e conhecimento técnico no setor, parte formada na própria Companhia e parte vinda do mercado, com sólida formação acadêmica, permitindo a disseminação do conhecimento para o desenvolvimento das atividades e o aprimoramento dos negócios.

Com o objetivo de definir e descrever nosso negócio e evidenciar o patamar que desejamos atingir, estabelecemos nossa missão, nosso propósito, nossa crença, nossa visão e nossos valores, reforçando a cultura, promovendo o engajamento e o processo de sustentabilidade da empresa:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Visando a mensuração dos negócios de maior abrangência, foi iniciado em 2019 a reestruturação organizacional com a implementação dos segmentos de negócios que estão representados pela atuação no mercado através das seguintes unidades:



É a marca de *design* que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimento para pessoas e empresas que buscam a viabilização de projetos e sonhos, com originalidade e qualidade a um preço justo.



A Portobello Tijucas é a unidade de negócio pioneira do grupo, que se diferencia pela combinação da unidade fabril com foco em inovação e pela eficiência comercial na distribuição multicanal. Atualmente,

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

o polo industrial de Tijucas, considerado um dos maiores do hemisfério Sul, produz 2,4 milhões m²/mês, sendo que 75% é produto de revestimento com beneficiamento.

A atuação comercial da unidade destaca-se no mercado tradicional do setor, tanto pelo portfólio diferenciado, principalmente de grandes formatos e lastras, quanto por lançamentos constantes e pela excelência operacional, em especial nas áreas de logística e serviços.

O canal multimarcas da Portobello Tijucas tem foco nos *home centers*, onde se consolida como principal marca de revestimentos, presente em mais de 700 lojas no Brasil, com as ações reforçadas em 2020, incorporando um novo conceito de exposição, composto por estruturas autoportantes que permitem a reutilização na troca de produtos, uma solução mais sustentável e prática. Essa solução também viabiliza a exposição de portfólio de lastras, o novo produto de inovação e exclusividade da empresa.

O canal de projetos e grandes obras tem vocação técnica, que demanda um portfólio com características específicas para usos em diferentes nichos de mercado, serviços especializados e escala compatível com obras comerciais e com o mercado imobiliário. Com equipe exclusiva de atendimento, a Portobello já ultrapassou a marca de 6 mil grandes obras com seus produtos, entre as quais o piso xadrez no saguão do Aeroporto de Congonhas (SP), Aeroporto de Florianópolis (SC), Fachada do Barra Shopping (RJ), Paróquia São Paulo Apóstolo (SP) e outras obras icônicas por todo o país. A Portobello exporta para 73 países com operações comerciais de longo prazo e marca reconhecida pelo posicionamento de *design* e inovação nos principais clientes, ocupando uma posição de protagonismo global no setor de revestimentos.

O complexo industrial da Portobello Tijucas, em Santa Catarina, reúne seis fábricas contemplando, principalmente, a produção de grandes formatos.

Foi concluída em 2020 a implantação da primeira fábrica de Lastras do Brasil, em Tijucas-SC, com capacidade para formatos até 1,80m x 3,20m. A fabricação de lastras marca um grande avanço para a Companhia, com tecnologia italiana de ponta, é a primeira indústria a fabricar lastras no Brasil, para uma maior acessibilidade à categoria e reafirmando a vocação de inovação da marca. As Lastras representam um novo paradigma para o mercado e ampliam as fronteiras de uso do porcelanato na arquitetura e no *design* e revitalizando a estratégia de inovação, com desdobramentos em todas as áreas da empresa com desafios logísticos e, principalmente, comerciais. A transformação digital nos canais tradicionais de distribuição acelerou-se em 2020, seja em sistemas estruturais e inteligência de dados, que proporciona avanços na gestão e prestação de serviços, seja na experiência dos clientes com a marca, através de ferramentas digitais para especificação e substituição de catálogos por TVs interativas nos pontos de vendas.



Rede de varejo, especializada em revestimentos cerâmicos e complementos, que oferece uma experiência de compra diferenciada, na loja e nos ambientes digitais, para profissionais de arquitetura e seus clientes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Maior rede de varejo especializado do país, com 138 lojas, sendo 18 lojas próprias, a Portobello Shop oferece uma experiência de compra centrada no cliente com uma solução completa para revestimentos e complementos. A Portobello Shop caracteriza-se como pioneira na criação de uma rede franquias de varejo especializado em revestimentos cerâmicos. A expertise da Companhia reflete-se no diferencial de posicionamento dos melhores franqueadores brasileiros. Pelo décimo quarto ano consecutivo, a empresa é reconhecida com o selo de excelência em franquias pela ABF – Associação Brasileira de *Franchising*.

A solução completa incorpora revestimentos cerâmicos, porcelanatos, lastras e complementos como: argamassa, rejuntas, assentamento, itens de louças e metais, além da Oficina Portobello, traduzindo-se em vantajosa experiência de compra para clientes e profissionais de arquitetura.

A Oficina Portobello, marca de porcelanateria do grupo, é um dos diferenciais dessa experiência, com portfólio autoral de bancadas e mobiliário em porcelanato, traduzindo inovação e sustentabilidade em produto *premium* exclusivo. A expertise de porcelanista, excelência técnica e design contemporâneo combinados com presteza aos detalhes, da matéria-prima ao ambiente pronto, quando incorporados a um sistema de personalização inteligente possibilitam soluções únicas. São estes resultados que fazem da Oficina Portobello uma referência em Arquitetura, incluindo revestimento em porcelanato e móveis de alto padrão.



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

As lojas Portobello Shop são referências em Arquitetura e exposição para que o profissional da área e seus clientes tenham uma experiência de design com a marca. Durante o ano de 2020, as lojas receberam a exposição do Sistema Lastras, um novo patamar para essa experiência. As lojas contam com iniciativas próprias de sustentabilidade, como coleta seletiva, captação de água da chuva e painéis fotovoltaicos.

Através do Programa Mais Arquitetura, a empresa mantém diálogo constante para trocas criativas e identificação de necessidades do mercado, de forma estruturada e potencializando a visibilidade da marca. O Coletivo Criativo, projeto de criação de uma linha de produtos Portobello com grupo de arquitetos destaque, é realizado anualmente em destinos de interesse arquitetônico e expressa a importância desse processo para a marca. O grupo reúne em média 25 profissionais da área.

A presença da marca nas redes é focada em conteúdo inspiracional, técnico e didático, além de ferramentas para execução de projetos. A Plataforma Archtrends, com referências e tendências é uma das líderes para os profissionais de Arquitetura. Nas lojas, além de tornar os processos de orçamento e compra mais fluidos possíveis, a presença digital surpreende em ferramentas de projeto e especificação.

A capilaridade da rede de varejo, o portfólio diverso para compor a solução completa e o atendimento ao cliente final compõem as razões para a marca ter em logística uma de suas principais atribuições e competências, atribuindo know-how para atender projetos diferenciados, como os especificados de construtoras responsáveis por obras a exemplo do piso do Aeroporto de Congonhas e do Hospital Albert Einstein em São Paulo e a fachada do Barra Shopping, no Rio de Janeiro, entre outros diversos empreendimentos de grandes incorporadoras.

A Portobello Shop possui rede de distribuição nacional para atender diretamente a todos os clientes, proporcionando experiência completa com a marca desde a inspiração até a entrega do produto. Como prova da estratégia do grupo, a Portobello Shop direciona o Modelo Integrado de Varejo, que permite à marca ter controle de toda a cadeia - da matéria prima às vendas ao consumidor final - e é a base para a visão da evolução de uma indústria com uma rede de lojas para uma rede de varejo com indústria.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

POINTER
Mais design em sua vida



A marca de *design democrático* do grupo exercita seu desafio de acessibilidade e diferenciação em produtos na região Nordeste do país, além de exportar para diversos países. O ponto de vendas Pointer diferencia-se no mercado pela exposição despojada e contemporânea, um sistema padrão que facilita a troca de produtos e rápida implantação e atualização nas lojas.

A unidade de negócios Pointer representou 14,1% das receitas do grupo em 2021

Em 2021, o Digital impulsionou o desenvolvimento de novos modelos de comunicação e treinamentos para as equipes comerciais, através das Lives Start Pointer, Live Conecta e Reuniões Comerciais em plataformas on line. Destaque, também, para o Simulador de ambientes, Simula Pointer, que levou para o mercado uma nova tecnologia para simulação de produtos Pointer, proporcionando uma nova experiência com ambientes reais, através de fotos tiradas pelo próprio usuário.

Na gestão, foi remodelado o sistema de avaliação para equipes, Novo SAV, com foco na categoria de supercerâmicos, capacitação e boas práticas dentro do ponto de vendas, reforçando o posicionamento estratégico da marca. Também foi inaugurado o novo centro de distribuição em Petrolina/PE, para melhorar o posicionamento logístico na região.

A unidade fabril da Pointer está localizada em Marechal Deodoro (AL) e é uma das mais modernas e sustentáveis do mundo na tecnologia de produção via seca, processo que não utiliza água na moagem da matéria-prima.

A Pointer ampliou sua distribuição, mesmo com os desafios da pandemia, atingindo a marca de mais de mil clientes atendidos. A pulverização e interiorização da operação é central na estratégia de acessibilidade e demanda cada vez com mais avanços nas tecnologias digitais, tanto na gestão comercial, quanto na conexão da marca com seus públicos. A Planta fabril operou a pleno em 2021 com todos os fornos em funcionamento e excelentes níveis de qualidade acima de 91%.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Pointer é uma marca conectada, principalmente nas redes sociais, onde apresenta crescimento constante e consistente de interações, compartilhando conteúdos que ajudam pessoas interessadas em planejar e executar uma reforma envolvendo revestimentos, sem o apoio de um profissional de Arquitetura.

O portfólio Pointer é a materialização de sua estratégia de *design* democrático, alia estética e tecnologia, traduzidos no conceito Supercerâmico, exclusivo da Pointer desde 2018. É expresso pela combinação de grandes formatos em cerâmica com lançamentos constantes alinhados às tendências mais atuais de decoração de interiores, com características semelhantes ao porcelanato, que têm grande aceitação no mercado de atuação da marca Pointer.

O Supercerâmico criou uma categoria de produtos com maior valor agregado frente às cerâmicas tradicionais e maior acessibilidade com relação ao porcelanato. Além dos grandes formatos, o Supercerâmico inovou com os acabamentos retificados, que permite juntas de assentamento reduzidas, e com as superfícies polidas, características típicas da categoria de porcelanatos.

Portobello
America

Marca com *know how* Portobello e DNA americano, que cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento.



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Internacionalizar as operações, potencializando a sustentabilidade do negócio, expressa uma das prioridades estratégicas do grupo. O mercado americano foi escolhido para o início da internacionalização da empresa tanto por ser atrativo comercialmente para o segmento quanto pela localização, que viabiliza negócios com outras regiões importantes nas Américas.

A Portobello América foi apresentada aos clientes em dezembro de 2018, como um projeto estruturado para implantação em etapas, com foco inicial no desenvolvimento da marca em distribuidores B2B nos Estados Unidos, através de *sourcing* global que inclui Brasil, Europa e Estados Unidos, seguido por uma produção local própria. A empresa possui depósitos que atendem uma rede de distribuidores no mercado americano, estrategicamente localizados na Flórida e no Tennessee, sede da futura unidade industrial da Portobello América.

Em 2020, um ano atípico devido à pandemia, a Portobello América avançou na consolidação de seus clientes, adotando posicionamento focado em serviços e soluções únicas, com portfólio exclusivo e diferenciado, expertise em varejo e logística, além de atuação comercial com uso intensivo de tecnologias digitais. Em 2021, o volume de vendas atingiu 3,7 milhões de m².

O Concierge, plataforma de negócios B2B - Business to Business, pioneira no mercado americano no segmento, foi disponibilizada com serviços de compra, consulta de estoques, entre outros. Com as restrições de interações pessoais e a ausência da *Coverings*, principal feira de negócios do mercado americano, foi desenvolvida estratégia de lançamentos que combinou o envio de amostras de produtos sob o conceito “unboxing” - forma especial de surpreender os clientes: eles abriram a caixa em uma reunião *online* com os representantes da marca e viveram a experiência de apresentação do *storytelling*.

A Companhia, por meio de suas iniciativas, busca cada vez mais aumentar sua exposição no mercado externo, como grande exportadora de revestimentos cerâmicos para toda América Latina, Europa e América do Norte. Este último continente, especificamente nos Estados Unidos, é onde a Companhia aposta para firmar seus planos de expansão.

O projeto está estruturado para implantação em etapas. Inicialmente, o foco é a distribuição, por meio de abastecimento global que inclui: Brasil, Europa e Estados Unidos, seguido por produção local própria. A PBA cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento.

Alinhada à estratégia de internacionalização da marca e dando continuidade à PBA, a Portobello prepara-se para instalar, futuramente, unidade produtiva na cidade de Baxter, no Estado de Tennessee, Estados Unidos, após atingir um nível de maturidade mínimo no mercado norte-americano. O projeto já incorpora aquisição do terreno, as licenças pertinentes, disponibilidade de matéria-prima, especialmente a argila. A etapa de construção civil foi iniciada a partir de 2022, com previsão de implementação da fábrica em 2023. A perspectiva é atingir escoamento para 80% da região, especialmente com fornecimento aos distribuidores com marcas próprias (*private label*) e dentro dos padrões de especificação da preferência de consumo americano. Os investimentos previstos consideram em torno de USD 160 milhões até 2025, sendo que cerca de USD 90 milhões serão financiados por um contrato de BtS – Built to Suit assinado com um parceiro estratégico – a Oak Street Real Estate Capital, empresa especializada neste segmento, com mais de USD 15 bilhões em ativos

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Participações Societárias

Com relação às suas controladas, a Companhia tem participação societária em:

- (i) Portobello Shop - Administradora da rede de franquias de lojas Portobello Shop, com uma rede de lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos;
- (ii) PBTech - Responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra dezessete lojas;
- (iii) Mineração Portobello - Responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos como a argila, fonolito, filito e argilito;
- (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica - Desde o segundo trimestre de 2018, começaram as operações da Officina Portobello, cujo processo de fabricação combina maestria artesanal e tecnologia de ponta para bancadas, cortes especiais, objetos de design e mobiliário no Sudeste;
- (v) Portobello América - Constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano;
- (vi) Portobello América Manufacturing, LLC - Constituída em 2019 é uma subsidiária da Portobello América e sua criação com o intuito da construção da fábrica nos EUA.

Entre os principais diferenciais competitivos, destacamos:

Marca - Tradução dos atributos da Marca: Design, Inovação, Confiança, Qualidade.

Produto - Expressão do estilo, da consistência no design, da inovação e do portfólio adequado para cada marca.

Serviços - Soluções que gerem valor na experiência de loja, no modelo integrado, na elaboração de projetos, na distribuição e nos sistemas de instalação e manutenção.

Agilidade - Flexibilidade, simplicidade e capacidade de adaptação com velocidade e eficácia.

Conexão com as pessoas - Experiência no relacionamento que inspira, encanta e engaja.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não se aplica.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são divididas em dois segmentos operacionais, sendo eles representados por Mercado interno (Brasil) e Mercado Externo (Exportação). Essa segregação é feita com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Estatutária, onde é efetuada análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua.

A Companhia atua no segmento de revestimentos cerâmicos e é responsável pela fabricação e venda dos produtos que compõem seu portfólio, entre eles: porcelanatos, mosaicos para fachadas, peças especiais e revestimentos para paredes, mobiliários cerâmicos. Além disso, com o objetivo de gerar comodidade ao cliente a Portobello Shop revende produtos de parceiros em louças e metais. Estes são os produtos que buscam materializar o design, a inovação e o pioneirismo da marca Portobello e suas subsidiárias no Brasil e no mundo.

De acordo com a reestruturação organizacional, promovida a partir do final do ano de 2020, a Companhia iniciou a migração e implementação para o modelo de unidades de negócios, dividido em quatro estruturas, conforme especificado a seguir:

Portobello – É a marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimento para pessoas e empresas e que buscam a viabilização de projetos e sonhos, com originalidade e qualidade a um preço justo. Em 2021, a unidade de negócios Portobello representou 47,3% das receitas, com margem bruta de 44,3%.

- Portobello Shop - Rede de varejo, especializada em revestimentos cerâmicos e complementos, que oferece uma experiência de compra diferenciada, na loja e nos ambientes digitais, para profissionais de arquitetura e seus clientes. Em 2021, a unidade de negócios Portobello Shop representou 33,1% das receitas com margem bruta de 45,5%.
- Pointer - Marca conectada, que produz e distribui revestimentos para pessoas que buscam soluções com design, qualidade e preço competitivo. Em 2021, a unidade de negócios Pointer representou 14,1% das receitas com margem bruta de 40,0%.
- Portobello America (PBA): Marca com *know how* Portobello e DNA americano, que cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento. Em 2021, a unidade de negócios Portobello América representou 9,2% das receitas com margem bruta de 18,2%.

As eliminações totalizaram R\$ 70,3 milhões, equivalente a 3,7% do total das receitas líquidas de 2021, deduzidas das receitas das unidades de negócios, conforme segmentos apresentados no “item c”.



b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A tabela a seguir mostra a receita operacional líquida do grupo proveniente dos seus segmentos:

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2021	%	2020	%	2019	%
Mercado Interno	1.510.218	79,0%	1.063.646	79,9%	939.278	84,3%
Mercado Externo	401.909	21,0%	268.135	20,1%	175.051	15,7%
Receita Líquida	1.912.127	100%	1.331.781	100%	1.114.329	100%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não avalia os seus segmentos através do lucro líquido (prejuízo) líquido. A Companhia se utiliza dos dados resultantes do lucro bruto onde os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho. Abaixo apresentamos o lucro bruto por segmento por ano:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2021	%	2020	%	2019	%
Mercado Interno	698.658	84,4%	395.046	80,9%	315.237	86,9%
Mercado Externo	128.865	15,6%	93.395	19,1%	47.382	13,1%
Lucro Operacional Bruto	827.523	100%	488.441	100%	362.619	100%

No final do ano de 2019, a Companhia iniciou a migração para o modelo de unidade de negócio e, desde então, vem promovendo a adequação de sua estrutura para esta visão. Assim, desde 2020 o resultado passou a ser demonstrado da seguinte forma, conforme unidades de negócios descritas no "item a" acima.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Var. % 2021/2020
	2021	%	2020	%	
Portobello	907.665	47,3%	682.049	51,2%	32,5%
Pointer	269.776	14,1%	185.850	14,0%	45,1%
Portobello Shop	632.585	33,1%	393.724	29,6%	60,6%
PBA	175.434	9,2%	117.485	8,8%	49,4%
Eliminações *	(70.333)	-3,7%	(47.328)	-3,6%	48,7%
Receita Líquida	1.912.127	100%	1.331.780	100%	43,6%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a) Características do processo de produção

A Portobello iniciou suas atividades produtivas em 1979, na cidade de Tijucas, Santa Catarina, onde mantém parque fabril. Seu principal objeto social é a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelanatos em geral (pisos, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, entre outros), bem como prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Atualmente conta com dois grandes polos industriais localizados em: Tijucas, no Estado de Santa Catarina, que reúne cinco fábricas e destaca-se como o maior site do hemisfério sul; e a indústria de Marechal Deodoro no Estado de Alagoas, com uma unidade industrial. O complexo agroindustrial é responsável pela produção de aproximadamente de 4 milhões de m²/mês e incorpora aproximadamente dois mil colaboradores focados no processo produtivo.

O principal parque industrial localiza-se em Tijucas (Santa Catarina), próximo aos mais importantes portos e rotas rodoviárias nacionais e internacionais na região. É um dos maiores e destacados parques destinados à produção de porcelanato do Brasil. Sua capacidade anual produtiva inclui também as tipologias de revestimento para fachadas, monoporosa (refere-se a azulejos, material de revestimento exclusivo para uso em paredes internas, esta denominação vem de sua alta porosidade) para paredes e acessórios para personalização de ambientes.

Na cidade de Marechal Deodoro, em Alagoas, a Companhia instalou, no ano de 2015, Unidade representada pela Pointer, com objetivo de promover atuação regional no Nordeste e tornar-se a melhor opção de design democrático no mercado brasileiro. A Pointer produz e distribui revestimentos de qualidade a preço competitivo.

Em Florianópolis, Santa Catarina, a Companhia mantém escritório comercial da Rede Portobello Shop para operações no varejo. A implantação deste projeto favoreceu a evolução da logística, já reconhecida como diferencial da marca, a partir de atendimento ao consumidor final, baseado em estrutura de centros de distribuição nas principais regiões do país. Além disso, com objetivo de oferecer comodidade a seus clientes, a Portobello Shop revende produtos de parceiros em louças e metais.

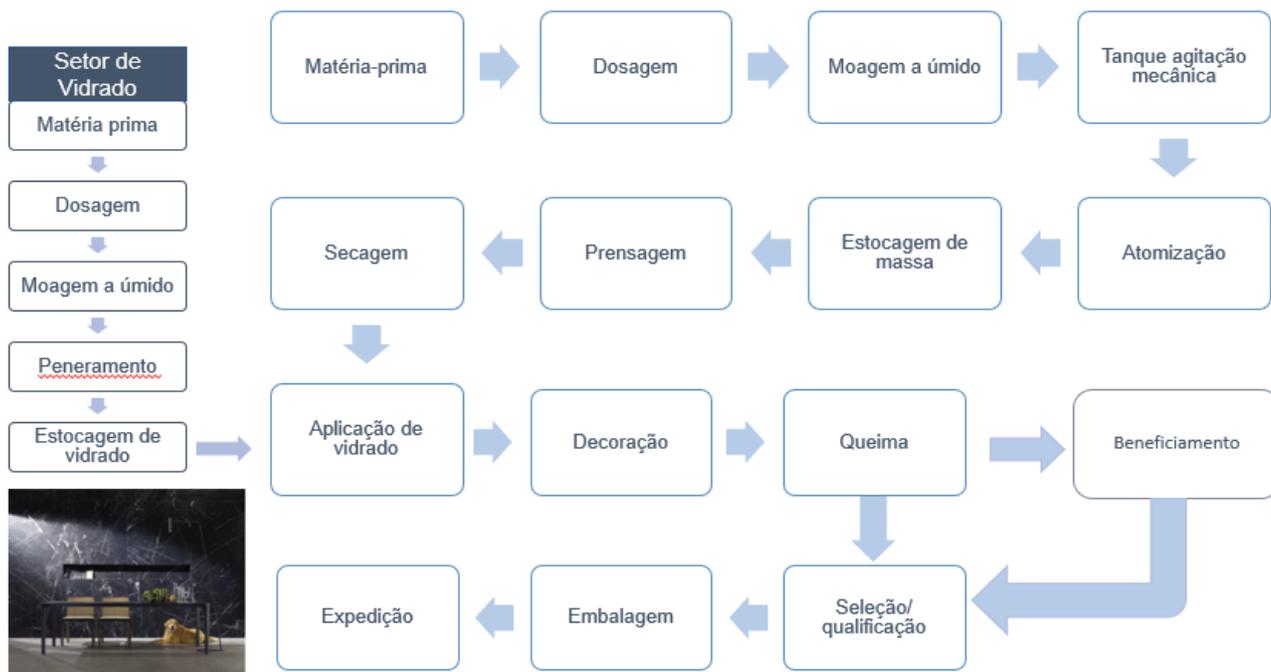
Como em todos os outros setores da Companhia, o setor de produção preocupa-se com a qualidade em cada etapa do processo produtivo, desde a preparação das massas que compõem os revestimentos cerâmicos, até a expedição dos produtos acabados. A tecnologia utilizada nos equipamentos e maquinários traduz-se em stat of the art e são importados principalmente da Itália e, em menor escala, da China.

Atualmente a Companhia possui dois processos de produção, a via úmida e via seca, e cada processo é contínuo e consiste das seguintes fases:

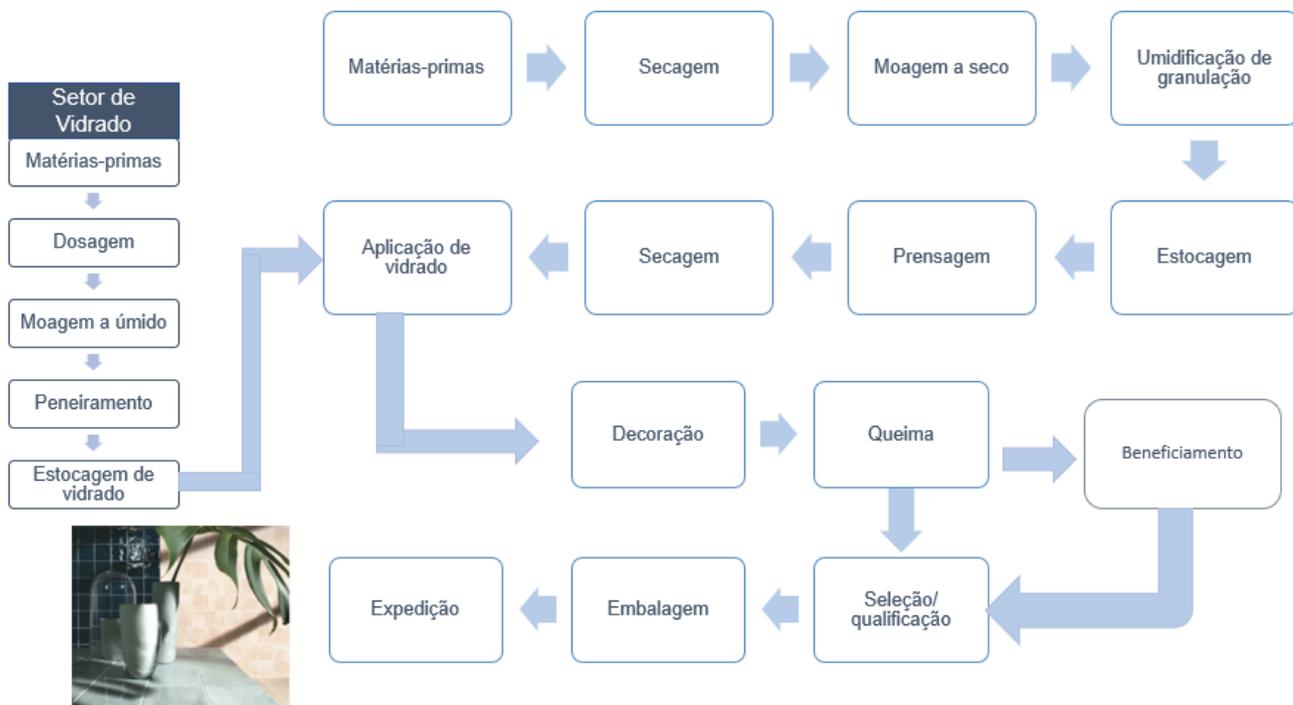
Processo de Produção

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Processo de Fabricação de Materiais de Revestimento por Via Úmida



Processo de Fabricação de Materiais de Revestimento por Via Seca



(i) Produção de pisos, revestimentos internos e revestimentos externos (fachadas):

- *Preparação de massa:* No processo industrial, as matérias-primas utilizadas, provenientes de jazidas próprias ou de terceiros, são estocadas no interior da fábrica. A dosagem de cada matéria-prima é feita

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

segundo uma formulação percentual fornecida pelo laboratório, com base nos resultados obtidos em testes. A Companhia desenvolveu tecnologia para reincorporar quase a totalidade dos resíduos sólidos gerados durante a operação gerados na produção como matéria-prima, fazendo com que, atualmente, seus produtos tenham em torno de 10% a 20% de conteúdo reciclado, índice que, além de representar boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos). A matéria-prima é então transportada por correias até os moinhos ou para o secador. Nos moinhos ocorre o processo que consiste em moer por via úmida ou por via seca os materiais (argila, rochas, fundentes...) de acordo com a formulação pré-estabelecida até obter-se homogeneização e granulometria especificadas. Após a moagem, tem-se como produto a barbotina, que é estocada em tanques apropriados (produção úmida) ou o pó seco (produção seca). Em seguida a barbotina passa pelo processo de atomização (“*spray dryer*”) para retirada da água via evaporação, obtendo-se pó com distribuição granulométrica e umidade previamente definidas e o pó seco passa pelo processo de umidificação e granulação com finalidade de obter-se uma massa com distribuição granulométrica e umidade perfeitamente definidas. A massa e o pó são estocados em silos, para homogeneização, aguardando o processo de prensagem. Utiliza-se gás natural como fonte de energia térmica nos atomizadores e no secador, além do reaproveitamento térmico dos fornos.

- **Prensagem:** Permite a transformação do pó atomizado ou da massa cerâmica em peças cruas. É a fase do processo que dá forma ao produto, definida pelas cavidades da matriz (estampo). As prensas são hidráulicas, com capacidade de até 7.500 toneladas para o processo úmido e de 6.500 toneladas para o processo seco e são equipadas com sistemas de alimentação automática de pó e de descarga do material processado.
- **Secagem:** Feita em diversos secadores contínuos, tem a finalidade de reduzir de 6% no processo úmido e de 8% no processo seco para 0,5% a umidade da peça prensada crua. Esta operação permite conferir características mecânicas ao material prensado necessárias para as fases seguintes do processo. Por meio de moderna tecnologia que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, a Companhia poupa energia, reduzindo custos e o impacto ambiental da operação. A fonte de energia utilizada nesse processo consiste no gás-natural.
- **Preparação de esmalte:** Na preparação de esmaltes e tintas, a moagem é feita por via úmida. O moinho é revestido com tijolos de alumina de alta densidade, bem como os elementos moedores (esferas), proporcionando alta eficiência em homogeneização e granulometria na moagem. Após os controles de tonalidades, resíduo e textura, os esmaltes líquidos são armazenados em tanques com agitação contínua, aguardando serem consumidos nas linhas de esmaltação.
- **Esmaltação:** Os esmaltes são aplicados em peças cerâmicas com diversas finalidades: impermeabilizar, embelezar, dar resistência mecânica e aumentar a resistência ao desgaste e ao ataque químico. Cada aplicação de esmalte é realizada por dispositivos especialmente dimensionados e regulados para cada tipo de produto e efeito, colocados ao longo de linhas de produção. Fazem parte da etapa de esmaltação os seguintes processos: pós-secagem, aplicação de água, aplicação de englobe, aplicação de esmalte e decoração digital. O processo de decoração é realizado pela impressão digital Inkjet que permite maior fidelidade e resolução nos desenhos, além de impressão de relevos, com alto padrão tecnológico. Atualmente, a empresa conta com 20 impressoras Inkjets de alta tecnologia.
- **Queima:** Após o processo de esmaltação o produto segue para o forno, onde é efetuada a queima da peça. É nos fornos que o produto adquire suas características finais, tal como alta resistência mecânica, alta resistência à abrasão e baixa absorção. Além disso, é após a queima que determinadas cores são

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

obtidas. A queima é feita em fornos contínuos, obedecendo a um determinado perfil de temperatura, passando pelas fases de aquecimento, queima e resfriamento, com temperatura máxima de queima. O combustível utilizado é o gás natural recebido através de gasoduto. Graças ao uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adéqua à quantidade necessária de gás conforme a necessidade de calor dos fornos, a Companhia elevou a eficiência energética desta etapa do processo de produção graças à otimização e aproveitamento das fontes de calor disponíveis de chaminés de fornos para atomizadores e secadores.

- *Telagem*: As peças de pequenos formatos permanecem temporariamente em "bins", para receber pontos de cola (Plastissol) nos versos de forma a compor conjunto de 30 cm x 30 cm, com 9 a 16 peças pré-alinhadas.
- *Beneficiamento (Polimento e retífica)*: Parte da produção recebe acabamento superficial especial, com a finalidade de melhorar a superfície das placas cerâmicas, e corte a disco para assegurar precisão nas dimensões. Esta etapa inclui polimento por desgaste abrasivo das laterais e superfícies de algumas linhas de produtos, notadamente aquelas que reproduzem mármore e granitos. Este processo de beneficiamento, por ser processo úmido, gera um resíduo chamado de "torta de polimento". Para que esta torta de polimento, gerada nesta etapa do processo produtivo, pudesse ser reaproveitada, a Companhia teve que não só desenvolver novas técnicas produtivas, como também superar a ausência de legislação específica sobre tais práticas: no caso "torta de polimento", como agregado para a fabricação de cerâmicas, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos, dentro do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina (CONSEMA), onde foi estruturada uma câmara técnica de resíduos, focada no desenvolvimento desta e de outras resoluções específicas. A Resolução Consema 15, atualmente beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.



- *Classificação, identificação e inspeção do produto acabado*: Na saída de cada forno está instalada a linha de escolha automática. Nela, os defeitos superficiais são identificados visualmente pelo colaborador, enquanto os dimensionais são verificados por equipamentos eletrônicos apropriados (qualitron e outros). Ocorre, então, a separação do produto cerâmico de acordo com os seguintes critérios: a) classes de qualidade visual ou grades; b) tonalidades ou "shades"; c) calibre (variações milimétricas de tamanho). As quebras cerâmicas queimadas que não são aprovadas nesta etapa, são separadas conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica ou utilizados no programa social Pedacinhos de Arte, apoiado pela Companhia.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- *Embalagem:* Consiste no encaixotamento automático em caixas especiais. As caixas são paletizadas por máquinas e em lotes segundo critérios pré-estabelecidos, sendo utilizados robôs em diversas linhas de produção. Optou-se pelo papel, material reciclável, para as embalagens, e pela adoção de modelos que demandam menor quantidade de papel para serem produzidas. No caso dos pallets, é usada madeira certificada, acompanhada da implantação de uma oficina interna de triagem e recuperação mediante parceria com transportadoras. Todo o processo de movimentação da mercadoria é feito exclusivamente por empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV) ou baterias elétricas, reduzindo o impacto da operação na geração dos gases causadores do efeito estufa. Os materiais paletizados são 100% plastificados e o plástico possui aditivo anti-UV, possibilitando armazenagem de até 12 meses em ambientes sujeitos a intempéries, dependendo do processo de fabricação.

- *Inspeção do produto acabado:* O Controle de Qualidade permeia todo o processo produtivo e tem a função de monitorar todas as fases, desde o controle da matéria-prima até o produto final. Nesta etapa são realizadas inspeções de amostras da produção para que se obtenha controle estatístico da qualidade. Os lotes de produção somente são liberados para a Expedição após a aprovação do Controle de Qualidade dos Produtos Acabados (CQPA).

(ii) Produção de peças especiais e com 3ª queima:

- *Peças especiais:* Consiste na produção de peças em formatos geralmente não planos, usando processos semelhantes à produção de pisos e azulejos.

- *Terceira queima:* Com o objetivo de obter decoração ou características estéticas diferenciadas, são aplicados esmaltes e realizadas uma ou mais queimas sobre o produto base (piso, azulejo ou peças especiais) já finalizado, com decoração de efeitos especiais.

(iii) Projeto Lastras

Um projeto que teve início em 2019, representando evolução tecnológica do setor de porcelanato, viabilizando produtos maiores e finos, através da tecnologia de laminação, superando as prensas verticais na conformação das placas. Além disso, é uma marmoraria sustentável, possui superfícies contínuas de até 1.80x3.60m, com espessuras de 5 a 30 milímetros por lastra.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Mauricio Arruda – TODOS Arquitetura

As lastras podem revestir pisos, paredes, divisórias, móveis, tanto para ambientes internos quanto externos, com maior continuidade. Suas características possibilitam a execução de grandes fachadas e reforços em bancadas funcionais para banheiros e cozinhas, além da substituição de mármore e madeiras no uso como revestimento e matéria-prima para mobiliário. Este porcelanato é também uma alternativa sustentável aos materiais naturais.

A Companhia é uma das primeiras na produção de lastras no mercado brasileiro, dando maior acessibilidade à categoria e reafirmando a vocação de inovação da marca. O projeto é composto por três etapas, com investimento total estimado em R\$155 milhões. A primeira etapa do Projeto Lastras incluiu forno de 232 metros, já em funcionamento na fábrica. A segunda etapa visou implementação do equipamento que gera as lastras, e foi implementado no segundo semestre de 2020. Para a terceira fase do projeto, busca-se a finalização do processo de beneficiamento das peças de 1.80x3.20m para que possam ser comercializadas.



Unidade de produção de Lastras

- Inspeção do produto acabado: O Controle de Qualidade permeia todo o processo produtivo e tem a função de monitorar todas as fases, desde o controle da matéria-prima até o produto final, quando são

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

realizadas inspeções de amostras da produção para que se obtenha controle estatístico da qualidade. Os lotes de produção somente são liberados para a Expedição após a aprovação do Controle de Qualidade dos Produtos Acabados (CQPA).

Pesquisa e Desenvolvimento

A área técnica focada em pesquisa e desenvolvimento de processos integra a responsabilidade de incorporar melhorias ao processo produtivo, visando: aperfeiçoamento constante dos produtos, os controles necessários, bem como a especificação dos componentes do processo produtivo, incluindo as matérias-primas e a aplicação correta dos esmaltes e acabamentos.

Atualmente a área de Pesquisa dedica-se ao projeto de mais um produto revolucionário no setor: criação de produto cerâmico bactericida para ser utilizado em hospitais, laboratórios, consultórios, restaurantes, sanitários residenciais e comerciais.

Outsourcing

Com papel estratégico de complementar o portfólio, oferecer uma solução completa ao cliente e assim maximizar o potencial de distribuição da Companhia, o Outsourcing faz parte da operação desde a importação de bases de porcelanato para beneficiamento no Brasil no início dos anos 90.

O volume e as tipologias de produtos variam conforme o contexto do mercado, mas, em geral, incluem produtos mais econômicos da Ásia e do Brasil, produtos inovadores e diferenciados da Europa e complementos funcionais de origens diversas.

Atualmente o programa de *outsourcing* tem parcerias no Brasil, na China e na Europa, sempre visando a expansão do portfólio atrelado ao pilar de inovação da Companhia. O Projeto Lastras é fruto destas parcerias e conta com os mais altos níveis de tecnologia importados da Itália por meio do programa de outsourcing global.

Officina Portobello

A Officina Portobello traz a expertise de porcelanista e design contemporâneo, na qual se tornou referência para Arquitetura e Design. A marca traz uma combinação da maestria artesanal com equipamentos e tecnologia de ponta, garantindo a precisão técnica e atenção minuciosa aos detalhes.

O porcelanato Portobello como matéria-prima representa um modo de ver e interpretar o *design* de superfícies, mosaicos, bancadas e mobiliário, substituindo, de forma mais sustentável e com vantagens técnicas, recursos naturais e manufaturados como mármore, pedras naturais, madeira e concreto.

A solução de mobiliário para banheiros e lavabos compõe um acabamento de alta-costura, bloco em porcelanato e sistema de fixação exclusivo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Brocklyn



Eiffel



Fit



Frame

b) Características do processo de distribuição:

A distribuição multicanal permite maior penetração de mercado e melhor equilíbrio da Companhia frente às instabilidades de mercado, seja entre segmentos no mercado interno, seja através da exportação, que pode ter a intensidade modulada conforme o contexto macroeconômico.

Mercado interno: São três os canais de distribuição:

- **Portobello Shop** – Rede de lojas especializadas em revestimentos e complementos, com foco no atendimento ao arquiteto. A Portobello Shop tem posicionamento premium, oferece experiência de compra diferenciada ao consumidor final da classe A e seu arquiteto. A rede conta atualmente com 192 lojas, sendo 17 lojas próprias e as demais franqueadas.
- **Revenda (multimarcas)** – Distribuição de produtos principalmente para os maiores *homecenters* do país, conta com atendimento próprio feito por equipe de consultores nos principais pontos de vendas. Um dos principais diferenciais do canal é a gestão participativa para otimizar estoques, custos logísticos e potencializar resultados comerciais. .
- **Engenharia** – Equipes e estrutura comercial especializadas para atender grandes obras, diretamente ou através de construtoras. A Engenharia tem abordagem técnica e seus diferenciais, além de produtos e sistemas construtivos, incluem relacionamento com arquitetos e inteligência de mercado para monitorar projetos e obras.

Mercado externo

A Portobello América exporta de forma consistente e contínua desde o início de sua operação. Atualmente exporta para cerca de 73 países, com destaque para América do Sul e Central, mercados específicos na Europa e Ásia e com operação em expansão para América do Norte, principalmente EUA. A Pointer exporta principalmente para a América do Sul. Atualmente a Portobello América tem atuação voltada para a distribuição dos produtos Portobello. Dentre os planejamentos estratégicos da Companhia, está a construção da fábrica nos EUA.

Primeira empresa brasileira a exportar revestimentos cerâmicos, a Portobello iniciou sua operação no mercado externo em 1981. A partir de então, a atuação internacional da marca foi constante. Em 1990, visando distribuição dos revestimentos da marca na América do Norte, foi criada a PBA - Portobello América Inc., cuja operação foi desativada em 2010.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O mercado externo, no entanto, não saiu do foco da Companhia. E o movimento decisivo para a internacionalização de suas operações aconteceu 2018 com a reestruturação da área comercial da Portobello América na Flórida (EUA).

Hoje, uma das prioridades estratégicas da Portobello é intensificar a internacionalização das operações, visando potencializar a sustentabilidade do negócio. O mercado americano foi escolhido para o início deste processo tanto por ser atrativo comercialmente para o segmento quanto pela localização, que viabiliza negócios com o Canadá e a América Central.

O projeto está estruturado para implantação em etapas. Inicialmente, o foco é a distribuição, através de *sourcing* global que inclui Brasil, Europa e Estados Unidos, seguido por uma produção local própria. A PBA cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento.

Alinhada à estratégia de internacionalização da marca e dando continuidade à PBA, a Portobello prepara-se para instalar, futuramente, unidade produtiva na cidade de Baxter, no Estado de Tennessee, Estados Unidos, após atingir um nível de maturidade mínimo no mercado norte-americano.

O processo logístico é realizado através dos Centros de Distribuição localizados nas principais regiões de distribuição: São Paulo-SP, Curitiba-PR, Tijucas-SC, Itajaí-SC, Rio de Janeiro-RJ, Goiania-GO e Recife-PE.

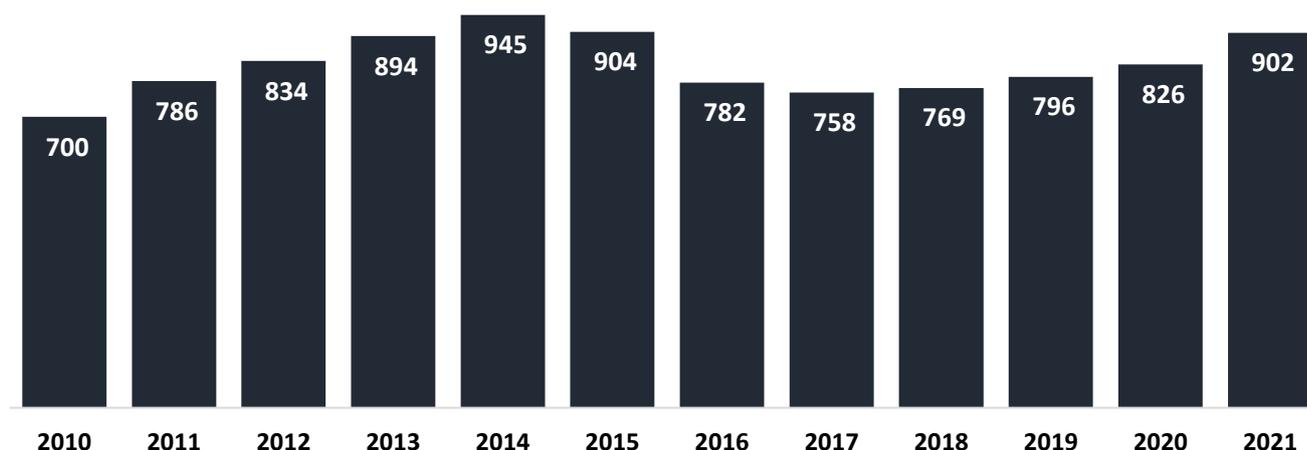


c) Características do mercado de atuação, em especial:

Conforme pesquisa da Sondagem da Construção, em maio 2022 (publicadas pelo CNI/CBIC), apresentam índices de estabilidade após pandemia, mantendo o ritmo elevado para as atividades do setor. A confiança dos empresários mantém otimista, destacando que a média do índice do nível de atividade e do nível de emprego alcançaram os maiores patamares desde 2012. As percepções de baixo risco de mercado à operação são reforçadas pelo consumo de revestimento cerâmico no mercado nacional, segundo dados dos associados da Anfacer, que registrou um crescimento na ordem de 9,2% ao ano

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

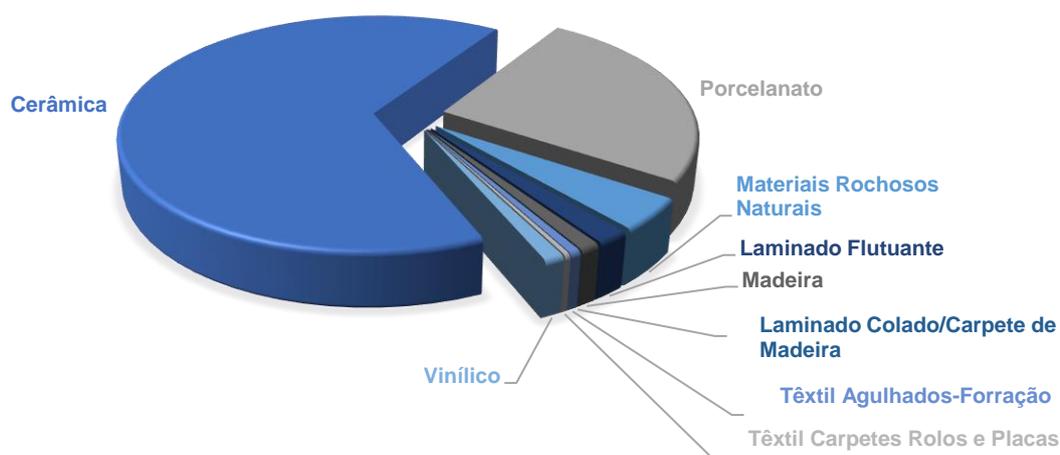
EVOLUÇÃO DO VOLUME DE VENDAS - MERCADO NACIONAL



Fonte: ANFACER - Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres | Ref. Ano 2021

Destacando a participação da cerâmica na atuação no consumo Brasileiro de Revestimentos de Pisos Internos em 2021 (publicado pela Iba) representa 90,7%, sendo esses os principais produtos industrializados e comercializados pela Portobello.

CONSUMO BRASILEIRO DE REVESTIMENTOS DE PISOS PARA AMBIENTES INTERNOS ANO 2021



Evolução do Consumo Brasileiro de Revestimentos de Pisos para Ambientes Internos – Participação de Mercado

Tipo de Revestimento	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cerâmica	75,80%	75,90%	75,10%	72,70%	71,30%	70,20%	67,40%	66,60%	65,40%
Porcelanato	13,80%	14,30%	15,20%	16,90%	18,20%	19,80%	22,80%	24,50%	25,30%
Materiais Rochosos Naturais	4,30%	4,10%	4,00%	4,30%	4,40%	4,30%	4,40%	4,10%	4,30%
Laminado Flutuante	2,00%	1,90%	1,80%	1,80%	1,90%	1,70%	1,60%	1,70%	1,80%
Madeira	0,40%	0,40%	0,70%	0,80%	0,80%	0,80%	0,90%	1,00%	1,10%
Laminado Colado/Carpete de Madeira	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Têxtil Agulhados-Forração	2,00%	1,80%	1,50%	1,80%	1,60%	1,50%	1,30%	0,70%	0,60%

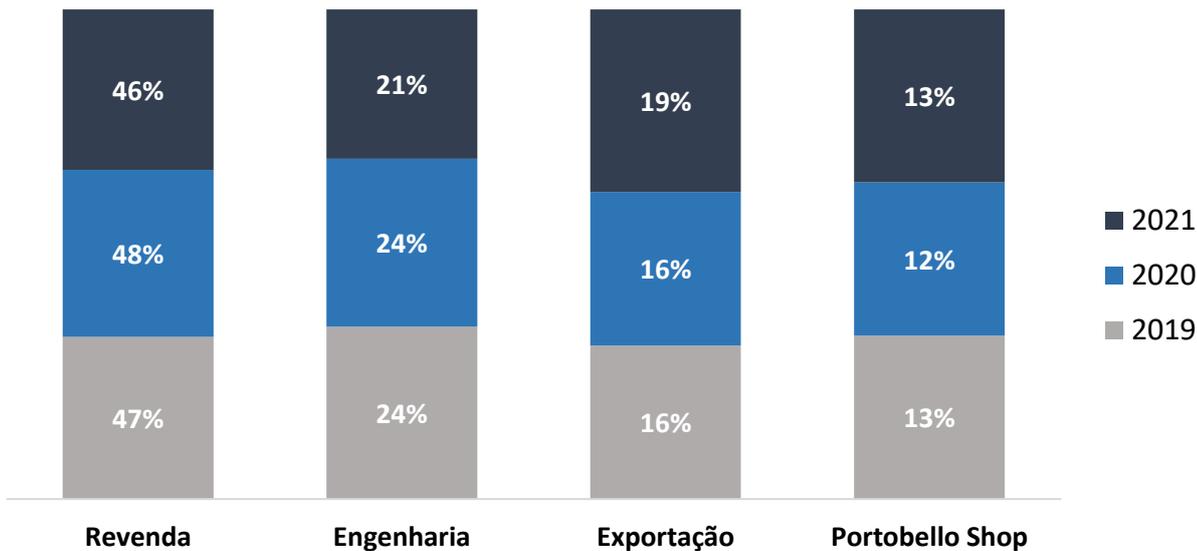
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Têxtil Carpetes Rolos e Placas	0,50%	0,50%	0,50%	0,60%	0,60%	0,50%	0,50%	0,30%	0,30%
Vinílico	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%	1,20%	1,20%	1,20%	1,00%	1,10%

Fonte: Elaborado por Equipe Política Industrial - IBÁ | 02 de Maio de 2022 | Ref. Ano 2021

(i) Participação em cada um dos mercados

O volume de produtos produzidos pela Portobello é distribuído de forma equilibrada entre os canais. Abaixo destacamos o gráfico e a participação em cada mercado para a Portobello e Pointer:



Fonte: DADOS Gerencias Portobello Grupo | Ref.ao volume m2 faturados no período 2019, 2020 e 2021

Geograficamente a distribuição nacional é mais concentrada nas regiões sudeste e sul. Atuamos em todo o território nacional, com lojas Portobello Shop em 25 estados e cobertura nacional através dos demais canais. Exportamos atualmente para mais de 73 países, sendo a maior participação no mercado norte americano através da PBA e na América latina, onde temos rede de distribuidores em todos os países.

(ii) Condições de competição nos mercados

A Companhia conta com ciclo de inovação voltado para o desenvolvimento de novos produtos. Um grupo multidisciplinar de profissionais faz pesquisas, interage com os principais intérpretes do mercado, realiza clínicas de produto e coordena viagens de estudo para os principais eventos do segmento. Todas as informações são organizadas, passam por uma análise do grupo e subsidiam o processo de desenvolvimento de novos produtos, além de inovações em outras áreas que melhoram a experiência do cliente.



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Os lançamentos constituem importante ferramenta na estratégia de inovação da empresa, e são constantes e a cada ano, uma nova coleção é concebida para atender às demandas por novas tendências e novidades, principalmente do público de Arquitetos e Designers de Interiores, que, além de especificarem diretamente os produtos da marca, são importantes formadores de opinião.

Os lançamentos são importantes também por alavancar a lucratividade da Companhia, por isso a operação de levá-los ao mercado é um dos grandes desafios da marca e constitui um dos mais importantes processos da empresa, envolvendo produção, logística, marketing e área comercial.

Adicionalmente, a Companhia realiza parcerias criativas, o que consiste em uma evolução na prática da inovação aberta da marca através da co-criação de produtos com os Arquitetos e Designers de Interiores. Algumas parcerias criativas que merecem destaque são: Cecilie Manz, Ruy Othake, Jader Almeida, Maurício Arruda, Fundação Le Corbusier e Fundação Athos Bulcão.

A Companhia conta com um portal denominado de ArchTrends com editorias exclusivas, sob o olhar de formadores de opinião e, em especial, um vasto acervo de imagens para inspiração, produzidas pela Portobello e por profissionais de arquitetura, parceiros da marca. Assim, é garantido o compartilhamento de ideias e cria-se um ponto de encontro entre profissionais e clientes. Também com o objetivo de consolidar a marca, a Companhia participa de eventos com números significativos de participantes e arquitetos.

A inovação da marca é demonstrada também pelo alto índice de lançamentos de produtos. Cerca de 30% do portfólio é renovado anualmente e estruturado para atender às mais diferentes demandas por novas tendências e novidades de obras residenciais e comerciais, principalmente do público de arquitetos e designers de interiores que, além de especificarem diretamente os produtos da marca, são importantes formadores de opinião.



Diferenciais do Portfólio

O Portfólio Portobello é a materialização da estratégia de Inovação e Design da marca. O novo modelo integrado ao varejo, conta com 4 ciclos de lançamentos durante o ano, porém o maior acontece em março, junto à Feira Revestir, principal evento do segmento na América Latina.

A Portobello é líder em produtos premium, liderança sustentada, principalmente, pelos grandes formatos em porcelanato. O portfólio Portobello é estruturado para atender às mais diferentes demandas de obras residenciais e comerciais, no segmento em que a empresa atua.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



No mercado residencial especializado, com distribuição através da rede Portobello Shop, o objetivo é a personalização dos ambientes, com grande variedade de reprodução de materiais da arquitetura em porcelanato de grandes formatos, como madeira, mármore, concretos e pedras e opções de acessórios e peças especiais para diferenciar cada projeto. A combinação de soluções atende à demanda dos arquitetos e seus clientes.

No canal de distribuição aos home centers o portfólio é adequado a necessidade e perfil do cliente que busca autoatendimento e demanda produtos com design e qualidade.

No canal de vendas às grandes obras, as soluções técnicas e de sistemas construtivos são essenciais no portfólio, principalmente para dar suporte à venda de grandes formatos, essencialmente no mais novo modelo de produção de lastras que tem como diferencial um custo menor para o empreiteiro.

A Officina Portobello, solução de mobiliários em porcelanato potencializa a diferenciação do portfólio oferecendo uma solução ainda mais completa com bancadas, nichos e acabamentos para todos os ambientes residenciais, inicialmente com exclusividade no canal Portobello Shop.



Qualidade, Design e Inovação

Com a finalidade de trazer uma tecnologia no estado da arte, a Companhia oferece a seus clientes produtos de qualidade com design e impressão digital de altíssima definição em diversos formatos. Inova através da nova linha de produção de Lastras (grandíssimos formatos), e foca em muita pesquisa e desenvolvimento durante o processo criativo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As multissuperfícies, que resultam da composição entre técnica, arte e *design*, revelam o encontro do olhar original dos parceiros Portobello com a expertise da equipe de *design* interna. Esta composição somada à inovação são o *start* ao processo único de desenvolvimento das superfícies contínuas. O processo propõe ora reprodução, ora interpretação dos materiais essenciais da natureza, trazendo conceitos diferenciados e exclusivos muito apreciados pelo mercado.

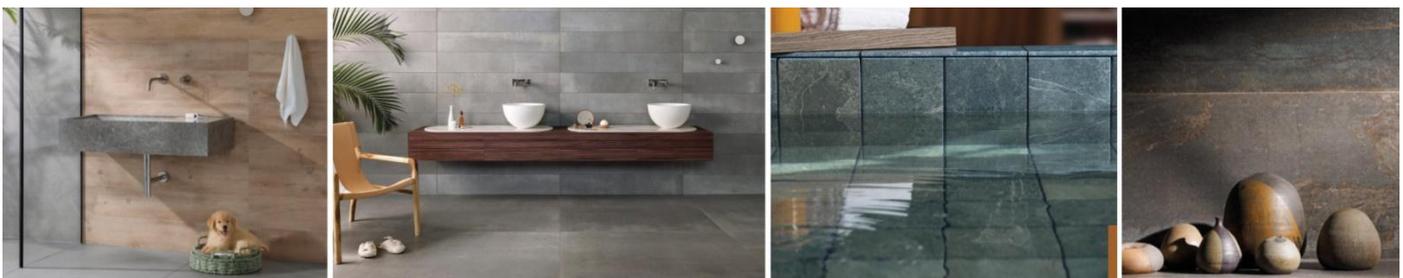
Liderança em tendência como: Berliner, Ipanema, Ms Barcelona, seleção de Mármore como Mont Blanc, Onyx Unique, Black Eclipse, Mare D'Autunno, Michelangelo, Travertino Navona, as madeiras Araucaria Touch e Maori, os concretos, High Line, Cement Block, Harpa e os diferenciais Bonbon, Color Block, Paris, L'Arc e os novos quartzitos nacionais Araxá, Siena, Atlântico.



Porcelanatos, Mosaicos para Fachadas, Peças Especiais, Revestimentos para Paredes e os produtos fabricados na OFFICINA Portobello, com design inovador e exclusividade, materializando no mobiliário a sofisticação e durabilidade do porcelanato, que traduzem o design e a inovação da marca Portobello.

Mais de 1.700 itens que reproduzem os materiais essenciais da Arquitetura, com características técnicas superiores para uso como revestimento. O premiado conceito Design Experience propõe uma prática única para cada cliente, é focado na inovação e interação, tudo baseado em venda consultiva, com profissionais preparados e prontos para atender clientes e profissionais de Arquitetura. Este contexto, personaliza a compra, pois oferece todos os recursos tecnológicos desenvolvidos para facilitar a escolha de produtos ideais a cada projeto.

As lojas também apresentam diversos ambientes reais com exposição de produtos, que facilitam a visualização, demonstrando que os mesmos podem perfeitamente estar na casa de clientes.



A Companhia investe montante aproximado de R\$ 9 milhões/ano em lançamentos. São cerca de 250 novos produtos incorporados anualmente ao portfólio da empresa, representando 15% do volume faturado. Este

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

é um importante indicador de inovação da marca, com lançamentos programados por ciclos que passaram a ser mensal a partir desse ano.



Marketing Digital

A transformação digital é fundamental para a sustentação do posicionamento de inovação da marca Portobello e suas subsidiárias. A Companhia cria ações voltadas para melhorar a experiência dos consumidores e especificadores com a marca, além de adotar comportamentos alinhados às novas tecnologias também na operação da empresa. A exemplo disso, a empresa adotou o iPad como plataforma de trabalho para toda a equipe comercial e desde então vem incrementando a experiência com a marca com novos serviços e aplicativos.

Simuladores de ambientes, realidade virtual, inteligência artificial para especificação de produtos e uma plataforma – *Archtrends* Portobello – com tendências e referências de imagens sintetizam os diferenciais da Portobello quanto às novas tecnologias. A plataforma *Archtrends* Portobello, alcançou a marca de 300 mil visitantes recorrentes por mês, marcando importante passo na transformação digital da Companhia.

A transformação digital transcende a Portobello Shop e gera inovações para toda a empresa, mas é neste canal, a proa da estratégia de varejo integrado, que é exercitada mais intensamente. Sistemas de inteligência para monitoramento do mercado, captação de obras, *inbound* marketing e CRM complementam os investimentos da Portobello na transformação digital, com proposta nacional englobando fachadas de construção e ventiladas, além de substituição mais eficientes

Outra importante iniciativa expandida por meio do marketing digital é o Programa Mais Arquitetura. O projeto permite à empresa manter diálogo constante para trocas criativas e identificação de necessidades do mercado, de forma estruturada e potencializando a visibilidade da marca. O Coletivo Criativo, projeto de criação de uma linha de produtos Portobello com um grupo de arquitetos destaque, realizado anualmente em destinos de interesse arquitetônico, expressa a importância desse processo para a marca, englobando grupo de aproximadamente 25 profissionais da Arquitetura.

A construção gradual da base digital tem foco em criar uma conexão com os arquitetos, considerando que atualmente os clientes têm exigências específicas. Desta forma, a empresa participa da geração de conteúdo em redes sociais focadas em decoração, com ênfase em revestimento cerâmico.

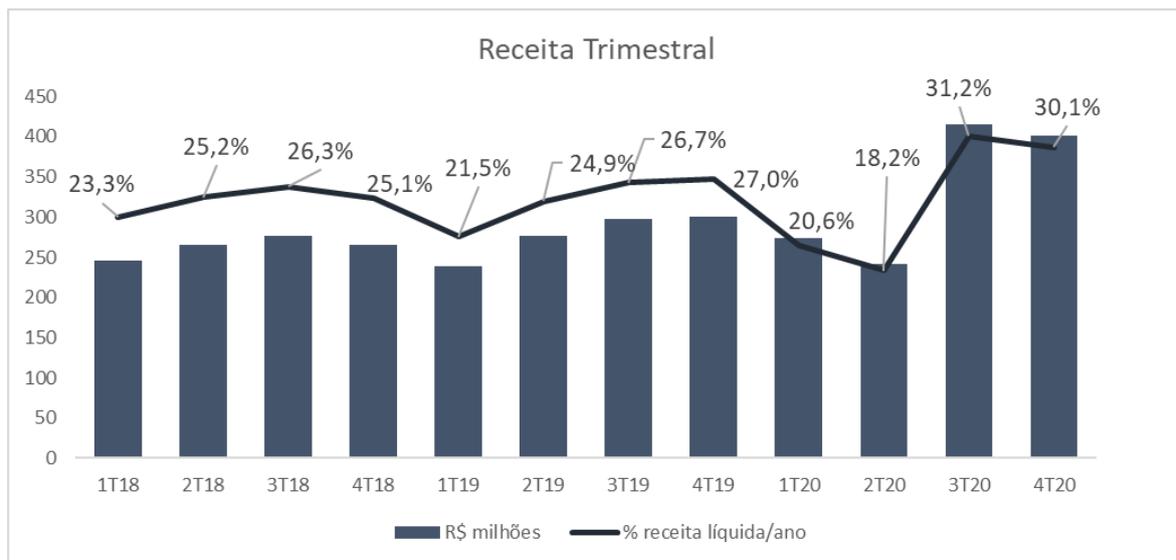
Outra importante iniciativa são os eventos setoriais. Atualmente, estes eventos ocorrem de forma virtual. Um dos exemplos é a UNLTD.EXPERIENCE, mostra unlimited – revestir 2021, que reuniu mais de trinta mil pessoas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

d) Eventual sazonalidade:

O mercado de atuação da Companhia apresenta sazonalidade moderada. Historicamente, no terceiro trimestre apresenta melhora na demanda por produtos cerâmicos. A variação ocorre sumariamente por fatores externos ligados a preços de mercado em geral e a decorrências dos feriados de final de ano, que geram gasto maior *per capita* em outros setores da economia. Conseqüentemente, o ritmo de consumo no primeiro semestre diminui.

Outro fator que afeta a sazonalidade do consumo, é a desaceleração da construção civil no final do ano até meados de março devido aos feriados presentes e as férias corporativas/escolares.



e) Principais insumos e matérias primas:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores, periodicamente avaliados de acordo com as normas da ISO. A integração dos mesmos à cultura de sustentabilidade da Companhia inclui o compartilhamento de Código de Ética, que estabelece formalmente a ciência e concordância com os valores, princípios e requisitos da Companhia.

Para monitorar seu cumprimento, a Companhia promove auditorias de conformidade ambiental junto aos fornecedores de matéria-prima para verificar o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade. Não há qualquer acordo de exclusividade com fornecedores, mas um trabalho conjunto que possibilita a programação da sua produção a fim de atender a demanda da Companhia ou que a notifiquem com antecedência caso prevejam atrasos. Considerando problemas climáticos, solicita-se aos fornecedores de massa que mantenham estoque de segurança de aproximadamente de seis meses.

Atualmente, no polo industrial de Tijucas (SC), em torno de 10% da matéria prima mineração é extraído de jazidas próprias e 90% comprado no mercado regional. Já na unidade de Marechal Deodoro (AL), as matérias primas de mineração são obtidas das jazidas próprias.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O processo produtivo foi aperfeiçoado para o aproveitamento dos resíduos que podem ser triturados e incorporados à composição da massa, representando em torno de 7% da matéria-prima total.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

A única dependência ou vulnerabilidade em relação abastecimento da Companhia é com o fornecedor SC Gás, visto que depende deste insumo para que a produção aconteça normalmente, pois utiliza o recurso do gás natural como combustível, que representa parcela significativa dos custos. A empresa vem analisando e testando energias alternativas para minimizar os impactos dessa dependência.

Em geral, atua com uma vasta lista de fornecedores, selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições. Além do preço, a seleção leva em conta a qualidade dos materiais, que deve atender a padrões rígidos.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os insumos (gás natural e energia elétrica) adquirido pela Companhia para o desenvolvimento de suas atividades têm representado, em média ano 29,1% (24,7% em 2019) do custo total de compras.

O Gás Natural é fornecedor exclusivo, que está sujeito a controle ou regulamentação governamental e as variações nos preços são submetidos a indexadores como variação cambial do Dólar e o preço do Barril de Petróleo tipo Brent, com periodicidade de 2 vezes ao ano, que geram impacto no custo dos produtos da Companhia.

A Energia Elétrica é adquirida através de mercado livre com contratos de horizonte de 3 a 5 anos com reajustes anuais corrigidos pelos índices inflacionários mistos IGPM/IPCA ,conforme descrito em contrato.

Os insumos de matérias primas de massas, esmaltes e embalagens representam 27,2% (32,1% em 2019) do custo total de compras/ano e são adquiridas de diversos fornecedores. O reajuste de preços baseia-se geralmente na avaliação do índice IPCA ou negociações via mercado guiado por oferta e demanda (exemplo: embalagens). A Companhia busca periodicamente o desenvolvimento de novos fornecedores visando sempre o melhor custo/qualidade.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Não se aplica.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não se aplica.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

As atividades da Companhia dependem das licenças governamentais ligadas ao Meio Ambiente que são necessárias para o funcionamento de qualquer tipo de operação industrial voltado ao mercado de construção civil, em cumprimento das regras dos órgãos que regulam o setor, como o Instituto do Meio Ambiente (“IMA”), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (“IBAMA”).

Além disso, são necessárias as licenças para mineração, através da Lei 13.575/2017, que criou a Agência Nacional de Mineração – ANM.

A ANM, que substituiu o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e, como consequência, iniciou o novo Regulamento do Código de Mineração – Decreto nº 9.406/2018. A partir disso, a ANM vem publicando resoluções para atualizar a legislação minerária. A ANM autoriza o minerador a realizar a extração de substâncias minerais através de documentos que culminam em “portarias da Lavra”, emitidos pelo Ministério de Minas e Energia.

O histórico de concessão das licenças em seus diversos estágios, não é favorável devido ao dilatado tempo necessário para tramitação e todas as fases requeridas. A burocracia neste caso, não favorece a competitividade do setor industrial brasileiro

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia opera com sistema de gestão ambiental em conjunto com outras áreas da empresa, pesquisas para desenvolvimento e implantação de novas formas de preservação, racionalização e melhoria da eficiência, aprimorando processos e capacitando o público interno.

A uniformização e excelência nos procedimentos são pré-requisitos que levaram à adoção de normas internacionais de qualidade, como ISO 9001, versão 2015. O foco deste trabalho é diverso e múltiplo, vez que se propõe a monitorar e mitigar os aspectos mais relevantes ao longo da cadeia produtiva. Assim, a Companhia tem programas e resultados desde a extração da matéria prima até as características do produto final que chega à casa do consumidor.

Entre os investimentos para a área de Meio Ambiente pode-se citar a execução de estudos de investigação ambiental e o monitoramento de efluentes e de emissões atmosféricas. Em 2019 e 2020 foram investidos em torno de um milhão exclusivamente para meio ambiente.

Tais iniciativas baseiam-se em projetos de melhoria contínua, por entender que a atuação sistemática e de longo prazo contribuem para o desenvolvimento de forma sustentada dos processos, do negócio e das relações com os *stakeholders*.

A empresa entende a sustentabilidade baseada em três pilares: econômico, social e ambiental, definindo as seguintes diretrizes para cada pilar:

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- Responsabilidade Ambiental (Produto):

Exercitar o design e a inovação sustentáveis;

Potencializar a sustentabilidade do material cerâmico, com destaque nas jazidas de matéria-prima, na energia, na água e na gestão dos resíduos;

Cultivar e incentivar boas práticas de proteção ao meio ambiente, comprometendo-se com a educação ambiental.

- Responsabilidade Social (Gente):

Promover a saúde, segurança, bem-estar e desenvolvimento das pessoas;

Priorizar as crianças e o esporte nos projetos sociais;

Ser parceira da comunidade apoiando boas iniciativas de responsabilidade social;

Incentivar a cultura e participar das ações de voluntariado de seus colaboradores.

- Responsabilidade Econômica (Negócio):

Comprometer-se com a excelência em resultados;

Crescer juntos. Criar condições de geração de valor para todos;

Investir em boas práticas de gestão e governança, priorizando a meritocracia;

Investir de forma contínua na sustentabilidade.

A Companhia vê a redução do impacto ambiental, por meio de seus produtos, em três vertentes:

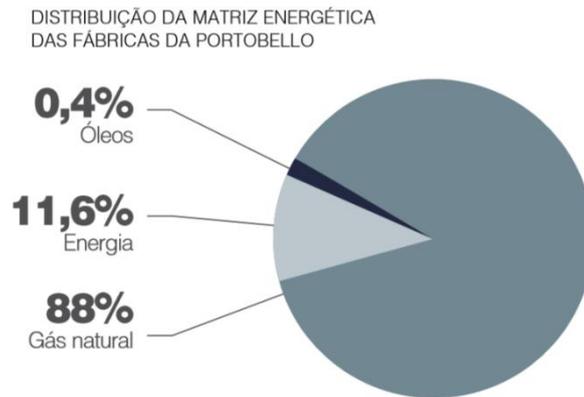
- Incorporação de resíduos, prática que reduz demanda por matérias primas virgens e que permite atender os critérios da certificação LEED, a mais usada para atestar a sustentabilidade de edificações. Com média de 18% de conteúdo reciclado, os produtos Portobello atendem ao LEED para novas Construções na categoria Materiais e Recursos do Green Building.
- Pela substituição de matérias-primas naturais nas edificações, notadamente mármore e madeira. O porcelanato reduz o impacto ambiental da extração da pedra e das madeiras sendo que, no caso específico desta última, há um ganho para o consumidor e no desempenho do produto, uma vez que o piso de madeira tende a se deteriorar mais rapidamente que o porcelanato em determinadas condições de uso.
- Pela redução do volume de materiais consumidos na produção e também na aplicação e uso dos revestimentos, o que se tornou possível graças ao desenvolvimento da tecnologia cerâmica.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Entre os principais Indicadores Ambientais citamos os seguintes:

(i) **Matriz Energética**

A matriz energética é composta por gás natural, energia elétrica, painéis fotovoltaicos (na Pointer) e combustíveis fósseis. O gás natural é o principal recurso necessário para a fabricação de revestimentos cerâmicos, devido à necessidade térmica que o material cerâmico precisa para a transformação das argilas.



A adoção do gás natural como principal fonte de energia proporcionou inúmeras vantagens, como baixo impacto ambiental, facilidade de transporte e manuseio, segurança. Além da oportunidade de redução de custos, a Companhia reduz o impacto ambiental da operação. A abordagem da Portobello foi a de se alinhar aos que já enfrentam o grande desafio do século: a mitigação das emissões de gases vistos como potenciais responsáveis por mudanças climáticas no planeta e otimizar os processos industriais para que produza mais com menos.

- **Baixo impacto ambiental:** sua queima produz uma combustão limpa, melhorando a qualidade do ar, pois substitui formas de energias poluidoras como carvão, lenha e óleo combustível. Contribui ainda para a redução do desmatamento.
- **Facilidade de transporte e manuseio:** contribui para a redução do tráfego de caminhões que transportam outros tipos de combustíveis. Não requer estocagem, eliminando os riscos do armazenamento de combustíveis.
- **Segurança:** por ser mais leve do que o ar, o gás se dissipa rapidamente pela atmosfera em caso de vazamento. Esta é a grande diferença em relação ao gás de cozinha (GLP) que, por ser mais pesado que o ar tende a se acumular junto ao ponto de vazamento, facilitando a formação de uma mistura explosiva.
- **Incorporou tecnologias complementares de eficiência energética:**
- Reaproveitamento do calor que sai das chaminés dos fornos entre equipamentos por meio de sistema que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, poupando energia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- Fazendo uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adéqua a relação entre o gás e o ar atmosférico, fazendo a queima perfeitamente estequiométrica, atendendo à demanda de energia dos fornos (diferente do sistema tradicional, que prevê fornecimento constante de ar atmosférico, independente da real necessidade de combustível).
- Implementou um Programa Conservação de Energia, visando à redução/otimização do consumo de energia elétrica.

(ii) Os Resíduos

A gestão de resíduos da Companhia envolve dar destinação correta a todos os resíduos gerados durante o processo produtivo provenientes de processo de tratamento de lodos de efluentes industriais, resíduos refratários, recicláveis e outros internos da empresa. Atenta às tendências globais de comportamento, mercado e de legislação, a Portobello propôs-se a uma ambiciosa meta: nível zero de resíduos sólidos descartados pelo processo produtivo. Para tanto, a empresa investiu em programa que combina tecnologia, treinamentos e modificação de estruturas internas para mudar a cultura da Organização de forma que os resíduos fossem vistos como matéria-prima para o processo industrial. Entre as principais medidas:

- Estabelecimento de procedimentos de gerenciamento ambiental baseados nas tecnologias de vanguarda disponíveis no mercado, visando segregar de forma adequada os resíduos para posterior reutilização, dentre elas a Coleta Seletiva de recicláveis/não recicláveis e dos cacos cerâmicos.
- Estabelecimento de uma nova sistemática de separação e coleta nas fontes geradora de resíduos recicláveis. Os resíduos são encaminhados diretamente para destinação final (reciclagem).
- Os cacos cerâmicos queimados são separados conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica.
- Os *pallets* são consertados, recuperados e reutilizados pela Companhia, em 2020, retornaram 3.088 *pallets* e 4.254 suportes dos nossos clientes, os que provêm de fornecedores são separados para devolução; e as peças que já não podem mais ser recuperadas são vendidas para transformação do mesmo em cavaco.
- Papel, plástico e metais são comercializados com empresas recicladoras devidamente licenciadas, evitando que voltem para a natureza, servindo como matéria-prima de outros processos e consequentemente gerando receita financeira para a Companhia.
- Os resíduos sólidos da estação de tratamento de efluentes industriais (ETE Industrial, ETE Polimento), por sua vez, são consumidos como matéria prima no processo produtivo interno.
- O lodo ou “torta” de polimento, que era consumido parcialmente, foi incorporado em sua totalidade na formulação das massas cerâmicas, com ajustes de composição e nos processos envolvidos, tornando-se uma fonte de matéria prima de reuso importante tanto ambiental como economicamente. Os destinos secundários, como uso em coprocessamento nas cimenteiras e olarias foi substituído pelo consumo interno.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- Todos os materiais particulados contidos no filtro de mangas retornam ao processo produtivo. As formulações das massas cerâmicas são reajustadas para consumir toda a geração destes resíduos.
- O reaproveitamento dos resíduos refratários se dá pelo processo de trituração e posterior inclusão ao processo cerâmico como matéria-prima de alto valor agregado. Sua constituição química substitui matérias-primas naturais, evitando a retirada do meio ambiente.
- Além do desenvolvimento de novas técnicas produtivas que permitissem a incorporação de materiais já usados, a Companhia teve que superar também a ausência de legislação específica sobre tais práticas: para reutilizar o resíduo “torta de polimento” como agregado para a fabricação de cerâmicas, por exemplo, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos dentro do CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina – onde foi estruturada uma câmara técnica de resíduos, focada no desenvolvimento desta e de outras resoluções específicas. A Resolução em questão é a RESOLUÇÃO CONSEMA 15, que agora beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.
- Em 2020, 96,09% dos resíduos foram reutilizados e/ou reaproveitados no próprio processo produtivo, 3,84% foram enviados para reciclagem, 0,07% provenientes do uso sanitário, foram encaminhados para aterros sanitários (resíduos orgânicos), por não serem passíveis de reuso/reutilização.
- Parte dos resíduos é reincorporada ao processo produtivo, fazendo com que hoje os produtos tenham em média de 24% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos).
- Conscientização e criação da cultura da segregação, reciclagem e reuso junto aos Colaboradores, que assim disseminarão estes conceitos e práticas para a Sociedade.

(iii) A Água

A água é fundamental para a fabricação dos revestimentos cerâmicos Portobello, pois na atual tecnologia adotada pela Companhia Este insumo é utilizado principalmente para a moagem das argilas e para o polimento das peças. Assim, ações de redução de consumo, melhoria da qualidade da água e otimização dos processos mostram-se extremamente importantes. Por isso, mais uma vez a Companhia impôs-se a perseguir o desperdício e descarte de água, bem como a melhoria nos indicadores de qualidade da mesma.

Para tanto, foram implementadas as seguintes ações:

- Separar os circuitos de água: um para uso industrial e um para uso doméstico, direcionando-os a dois sistemas distintos de tratamento: um de efluente industrial e um de efluente sanitário.
- O sistema industrial é 100% circuito fechado, sem nenhuma devolução ao meio ambiente e com baixíssima captação, que contempla duas estações de tratamentos de efluentes em Tijucas (SC) e Marechal Deodoro (AL), e um sistema de reaproveitamento dos sólidos contidos na água industrial.
- Uma rede descentralizada faz o tratamento de efluentes sanitários, passando por 14 estações de tratamento, com tecnologia biológica de lodos ativados. Nos últimos dois anos, todas as estações passaram por ampliações, aumentando a capacidade de volume dos tratamentos.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- Instalação tubulações de interligação entre as estações de tratamento de efluentes, visando melhorar a qualidade da água do processo através da adoção da técnica de balanço de massa/uso específico em algumas etapas do processo.

Os resultados alcançados são:

- Reutilização de 100% dos efluentes industriais tratados, tendo como reposição apenas os quantitativos perdidos por evaporação nos processos de troca térmica, evaporação e arraste.
- Reintegração, à rede pluvial, da água de uso doméstico após o devido tratamento.
- Melhoria da qualidade da água de reuso com a redução da concentração de sais dissolvidos nos efluentes industriais, principalmente os oriundos do processo de polimento de revestimentos cerâmicos, através da técnica de balanço de massa.

(iv) A Flora

A produção de revestimentos cerâmicos, por ser uma atividade de transformação primária, demanda recursos naturais em estado bruto como as argilas, caulins e feldspatos. Tais minerais, em parte explorados pela própria Companhia nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Sergipe e Alagoas precisam de atenção especial porque, mesmo que haja a adoção das melhores práticas disponíveis, causam impactos ao meio ambiente.

A matéria-prima utilizada pela Companhia vem de jazidas distribuídas nacionalmente, e a localização são na maioria próximas às unidades produtivas, sendo 15% de concessão direta da Companhia e 85% de empresas fornecedoras na Portobello e na Pointer 80% são de jazidas próprias e 20% de terceiros.

BIODIVERSIDADE

308-2

IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOAMDAS A ESSE RESPEITO

AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES	2017	2018	2019	2020
Total de fornecedores submetidos a avaliação de impacto ambiental	34	19	22	16 (100%)

Após extração da argila, a Companhia recupera as áreas mineradas com o objetivo de devolvê-las à sua vocação natural, que pode ser agricultura ou reflorestamento. Tradicionalmente a recuperação da flora em áreas de extração baseia-se por meio de pesquisas. Além do prazo longo, de cinco anos, esse processo tem o agravante de não restituir a diversidade original. Por meio de pesquisas acompanhadas por instituições diversas, a Companhia chegou a um método de referência para a recomposição da flora,

Baseado no plantio de espécies originárias da região explorada – técnica que acelerou em cerca de dois anos o processo de regeneração da cobertura vegetal das áreas mineradas – concomitantemente ao processo de exploração. A recuperação da cobertura vegetal foi acompanhada por uma elevação da biodiversidade vegetal, em comparação com o método usado anteriormente.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Nos últimos dois anos foram plantadas aproximadamente 4.500 mudas nativas com o objetivo de reflorestamento e recuperação de flora local.



(v) A Logística

- As embalagens são de papel reciclável e, em sua maioria, com desenho que minimiza o consumo de papel, denominada embalagem bandeja e embalagem fita.
- Com uma iniciativa de logística reversa desenvolvida nos Centros de Distribuição, em 2019 retornaram em média 16 mil itens entre pallets e suportes metálicos e ainda foi realizado a recuperação de mais de 91 mil pallets internamente na planta Tijucas (SC).
- A movimentação interna de cargas utiliza 100% de empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV).
- As Notas Fiscais Portobello são eletrônicas, gerando economia de papel.

(vi) A Gestão

A Gestão Ambiental é conduzida na Companhia pelo conjunto de várias áreas da empresa e conta com orçamento próprio para implantação de programas de melhoria, monitoramento e capacitando o público interno.

A Companhia mapeou sua operação, identificando as principais externalidades em cada etapa para desenvolver e implantar projetos de mitigação eficientes.

(vii) Educação Ambiental

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além disso, foi criado um planejamento anual de educação ambiental que visa atingir tanto o público interno (colaboradores) como externo (crianças da comunidade).

Esse planejamento atingiu diretamente mais de 1.000 crianças da comunidade com atividades como: palestras, visita a estação de tratamento de efluente industrial, jazida de minério, Projeto Tamar e Parque Estadual do Rio Vermelho, sessão cinema.

Para os colaboradores ações como Diálogo Mensal Ambiental, que é um momento que os colaboradores das fábricas param para fazer uma reflexão sobre os principais temas ambientais, distribuição de mudas, incentivo ao plantio de árvores com uma exposição de fotos.



Os colaboradores também são treinados sobre diversos assuntos, dentre esses assuntos, pode-se destacar o treinamento sobre assuntos ambientais. Além disso, todos os novos funcionários passaram por treinamento em sua primeira semana na Portobello, tendo uma média de 55 a 90 horas de treinamento durante o ano.

(viii) Os Fornecedores

Os fornecedores de matéria-prima passam por auditoria de conformidade ambiental que verifica o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade e nenhum dos fornecedores atuais avaliados apresentou atividades causadoras de impactos ambientais significativos.

As condições de fornecimento são garantidas por contrato formal e ciência do Código de Ética com todos os fornecedores.

(ix) Os Produtos

A Companhia vê a redução do impacto ambiental, por meio de seus produtos, em três vertentes:

- Pela incorporação de resíduos, prática que reduz a demanda por matérias primas virgens e que permite atender os critérios da certificação LEED, a mais usada para atestar a sustentabilidade de edificações.

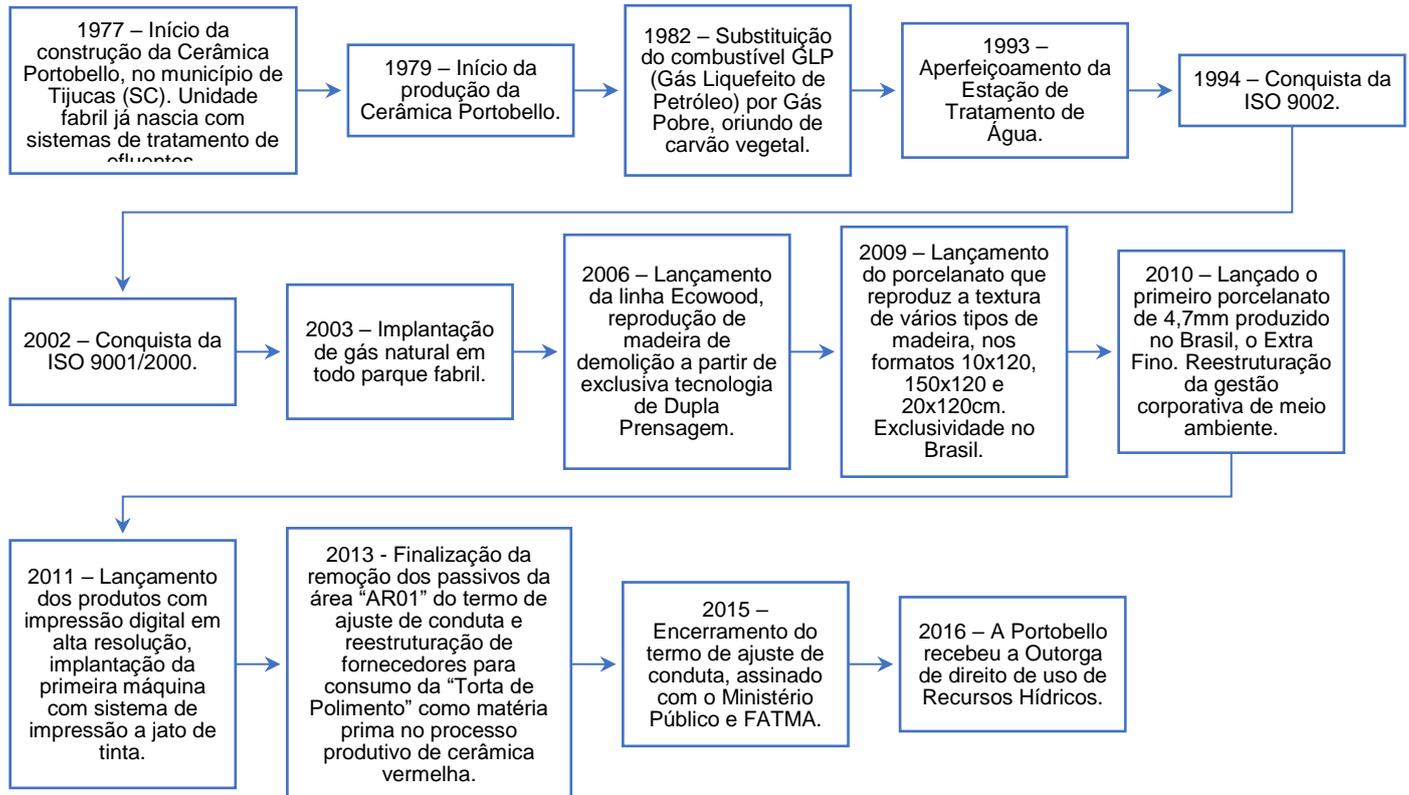
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Com média de 18% de conteúdo reciclado, os produtos Portobello atendem ao LEED para novas Construções na categoria Materiais e Recursos do *Green Building: Credit 4.2 – Recycled Content, 10% (post-consumer + ½ pre-consumer) – 1 point*.

- Pela substituição de matérias-primas naturais nas edificações, notadamente mármore e madeira. O porcelanato reduz o impacto ambiental da extração da pedra e das madeiras sendo que, no caso específico desta última, há um ganho para o consumidor e no desempenho do produto, uma vez que o piso de madeira tende a se deteriorar mais rapidamente que o porcelanato em determinadas condições de uso.
- Pela redução do volume de materiais consumidos na produção e também na aplicação e uso dos revestimentos, o que se tornou possível graças ao desenvolvimento da tecnologia cerâmica.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A linha do tempo da gestão ambiental Portobello



Prêmios Recebidos

2012 - A Portobello foi vencedora do prêmio Expressão Ecologia da Editora Expressão Ecologia.

2016 - A Pointer recebeu o Prêmio Alagoas Verde conferido pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente, como Empresa mais Sustentável do Estado.

2017 – A Portobello foi vencedora do prêmio Fritz Muller da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA).

2018 – A Portobello recebeu o Prêmio Expressão de Ecologia na categoria “Resíduos Sólidos”.

A Portobello conquistou o Prêmio Ser Humano 2018 da ABRH (Associação Brasileira de Recursos Humanos),

2019 – Troféu de Responsabilidade Social – ALESC

Prêmio Ser Humano 2019 – ABRH/SC

Certificado de empresa cidadã – Tribunal de Justiça SC

17º Edição Certificado Empresa Cidadã – Conselho Regional de Contabilidade do RJ

2020 - Portobello Shop - Prêmio ABF Destaque Franchising em Sustentabilidade na categoria Máster, com o projeto Lastras Portobello – Porcelanateria Sustentável/ abril 2020

Portobello - Prêmio Empresa Cidadã 2020, categoria preservação ambiental com o case de “Uso eficiente da água na sua operação”/ novembro 2020

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades



Evento de premiação Prêmio Fritz Müller 2017 em Santa Catarina

Investimento em Meio Ambiente

Dentre os investimentos para a área de Meio Ambiente pode-se citar a execução de estudos de investigação ambiental Inventário de Gases de Efeito Estufa, o monitoramento de efluentes e de emissões aéreas. Foram investidos mais de em 2020 800 mil exclusivamente para meio ambiente no ano de 2019.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A Companhia não possui em suas atividades qualquer tipo de dependência representativa quanto a patentes, marcas, licenças de terceiros, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades. Na comercialização dos produtos que fabrica a Companhia adota como prática, conforme determina a legislação em vigor, efetuar o pedido de registro prévio junto ao INPI de todas as marcas e patentes que utiliza, não existindo riscos.

A Portobello, marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimentos, é detentora de algumas marcas, dentre elas podemos destacar: “Portobello”, “Portobello Shop”, “Oficina Portobello”, “Portobello América” e “Pointer”. Todas se encontram registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob a titularidade da Companhia nos segmentos de atuação pertinentes.

A Companhia mantém seus produtos constantemente inovados através do portal Archtrends Portobello, na qual foi criada para ser a principal fonte de referências e tendências do país, em arquitetura e design com foco em revestimentos. sugiro retirar esse parágrafo

Além disso, a empresa investe em coproduções com arquitetos e designers renomados como Cecilie Manz, Ruy Othake, Jader Almeida, Mauricio Arruda, entre outros, realizando contratos de coprodução com os mesmos. Cecilie Manz foi eleita a designer do ano de 2018, durante a feira Maison et Objet; Ruy Ohtake é um dos maiores nomes da arquitetura brasileira contemporânea; Jader Almeida é um dos designers brasileiros mais reconhecidos dentro e fora do Brasil.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Em 2021, a receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de R\$ 1.510,2 milhão. Sua participação na receita líquida foi de aproximadamente 79%.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

A tabela a seguir apresenta uma comparação da receita do mercado externo de 2021 com os anos anteriores (valores em reais mil):

País	2021	%	2020	%	2019	%
U.S.A.	88.152	28%	85.931	37%	57.554	31%
Argentina	54.953	17%	35.120	15%	35.373	19%
Paraguai	32.420	10%	26.386	11%	17.864	9%
Chile	28.972	9%	10.010	4%	11.488	6%
Uruguai	12.906	4%	8.751	4%	6.248	3%
Bolívia	12.047	4%	6.537	3%	6.459	3%
Bélgica	11.114	3%	8.750	4%	6.617	4%
Peru	12.346	4%	2.271	1%	5.125	3%
Austrália	7.642	2%	5.394	2%	3.650	2%
Colômbia	6.139	2%	4.542	2%	3.870	2%
Guatemala	3.559	1%	1.258	1%	1.948	1%
África Do Sul	2.184	1%	1.390	1%	1.262	1%
Emirados Árabes	1.291	0%	941	0%	2.035	1%
Canadá	1.106	0%	1.762	1%	2.076	1%
México	489	0%	309	0%	2.907	2%
Alemanha	1.445	0%	187	0%	1.000	1%
Outros países	40.930	13%	33.658	14%	22.689	12%
Total Geral	317.695		233.199		188.163	

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 2021 a receita líquida consolidada proveniente de países estrangeiros foi de R\$ 401,9 mil. Sua participação na receita líquida total foi de 21%.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Desde 2019 as importações para a Argentina estão regulamentadas pela SIMI - Sistema Integral de Monitoramento de Informações nos termos da Resolução Geral Nº 2.570 editada pela Impositiva Aduana de Seguridade Social - "AFIP" (Segurança social de imposto aduaneiro) na Argentina. Esse monitoramento visa restringir importações àquele país, impondo aos importadores o cumprimento de requisitos e apresentação documentos para importação. A Companhia cumpre com todas as exigências formais e está totalmente habilitada para exportar para esse país.

Além do ponto destacado acima, as atividades da Companhia não estão sujeitas à regulação específica nos países estrangeiros em que atua, pois, seus produtos não têm qualquer tipo de restrição no mercado externo, razão pela qual os seus negócios não são afetados.

Por fim, vale salientar que em suas relações comerciais de importação de bens e serviços não existem restrições regulamentares ou de legislação local.

7.8 - Políticas Socioambientais

a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

As informações das políticas socioambientais são divulgadas pela Portobello em seu Relatório de Sustentabilidade Anual no website da Companhia.

As informações para o relatório são levantadas internamente junto com uma consultoria externa para auxiliar na coleta de dados e na estruturação do arquivo.

b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Para fins de reporte, a Portobello segue as orientações do Global Reporting Initiative (Versão GRI Standards). Desde 2017 é signatário do Movimento de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e em 2021 aderiu ao Pacto Global da ONU. Abaixo estão destacadas as ODS para qual a empresa contribui, de acordo com a Estratégia ESG:

Portobello + Diversidade:



Portobello + Gente:



Portobello + Ecoeficiente:



Portobello + Engajamento:



c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não foi realizada uma verificação externa (auditoria) das informações do relatório.

d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Essas informações são encontradas no endereço <http://ri.portobello.com.br/> e <https://www.portobello.com.br>.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não aplicável.

8.1 - Negócios Extraordinários

Venda do ativo tributário - Crédito-prêmio do IPI – “Polo Ativo”

Conforme destacado no tópico 4.6 deste formulário, a Companhia nos termos da Reunião do Conselho de Administração nº 11, realizada em 30 de setembro de 2019, que aprovou a negociação do ativo tributário, constituído através da Requisição de Pagamento (Precatório) distribuído sob o nº 0154107-24.2019.4.01.9198, expedido em 16 de abril de 2019, tendo como valor original a importância de R\$ 180.708 mil, base agosto de 2015, que após submetido aos índices legais de correção monetária pelos órgãos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o valor deste ativo tributário passou a ser de R\$ 200.549 mil, base junho de 2019.

Desta forma, a Companhia realizou a venda do ativo tributário ao preço final de R\$ 170.000 mil mediante liquidação realizada em 30 de setembro de 2019, cujas condições estão incertas na Escritura Pública de Cessão de Créditos, lavrada junto ao 9º Tabelião de Notas da Comarca de São Paulo.

Na venda do precatório houve deságio financeiro e, desta forma, a obrigação para a Refinadora Catarinense S.A. passou a ser de R\$ 33.790 mil, cujo cronograma de pagamento previa três parcelas iguais. A primeira parcela foi paga no mês de dezembro de 2019, a segunda foi paga parcialmente (R\$ 7.000 mil) no mês de abril de 2020, com o restante (R\$ 4.400 mil) postergado para julho de 2020 e a terceira e última (R\$ 11.400 mil) em outubro de 2020, totalizando R\$ 22.800 mil, valor este que sofreu atualização e resultou em um desembolso total de R\$ 23.014 mil (R\$ 7.000 mil, R\$ 4.480 mil e R\$ 11.534 mil, respectivamente).

A Companhia, considerando que o crédito executado tenha sido objeto de concordância pela Contadoria Judicial, tendo sido homologados os valores apresentados pela Companhia e, diante da manifestação prestada pela Contadoria Judicial anexadas ao processo em março de 2020, em que informa não possuir conhecimento técnico para apresentar manifestação técnica acerca das impugnações apresentadas pela União Federal, realizou o reconhecimento da parcela tida como complementar no valor de R\$ 66.056 mil (base agosto de 2015).

No primeiro trimestre de 2020, foi reconhecido um ativo de R\$ 75.107 mil. Concomitantemente, no passivo não circulante, na rubrica de “Dívidas com pessoas ligadas” foi constituído o valor de R\$ 56.330 mil referente ao montante a ser pago a Refinadora Catarinense. Adicionalmente, foram registrados no passivo não circulante R\$ 1.737 mil referentes a PIS e COFINS, R\$ 3.380 mil referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados nas respectivas contas de impostos diferidos, sendo passivo não circulante e resultado. Também foi provisionado o valor de honorários de sucesso. O valor líquido que coube à Companhia foi R\$ 4.166 mil, sendo este quitado em outubro de 2020.

Em relação aos tributos incidentes sobre o precatório, a Companhia impetrou Mandado de Segurança preventivo objetivando que fosse reconhecida judicialmente a não incidência de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre as receitas referentes a este precatório.

No curso da discussão judicial, sobreveio decisão do Supremo Tribunal Federal (junho de 2020) no RE 631.537, com repercussão geral n. 361, cuja ementa da decisão foi assim transcrita: “Precatório – Crédito – Cessão – Natureza. A cessão do precatório não implica alteração da natureza”.

Desta forma, ficou assentado que, mesmo após a cessão do precatório, não há alteração da natureza da tributação do crédito. Portanto, se o crédito não era tributado na origem, de igual modo não poderia ser tributado posteriormente, mesmo na hipótese de cessão.

Este é o entendimento da área jurídica da Companhia, secundado por parecer externo, da lavra do escritório Pinheiro Neto, que em suas conclusões consigna que “Após a decisão do STF de junho de 2020 sobre a natureza do precatório após a sua cessão, entendemos que as chances de êxito da Companhia na discussão sobre a tributação dos valores de principal provenientes do precatório são qualificadas como prováveis e a perda qualificada como remota. “

8.1 - Negócios Extraordinários

Diante disso, a Companhia efetuou a reversão da provisão de pagamento do tributo reportado, no valor de R\$ 70.187 mil.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Reestruturação Organizacional

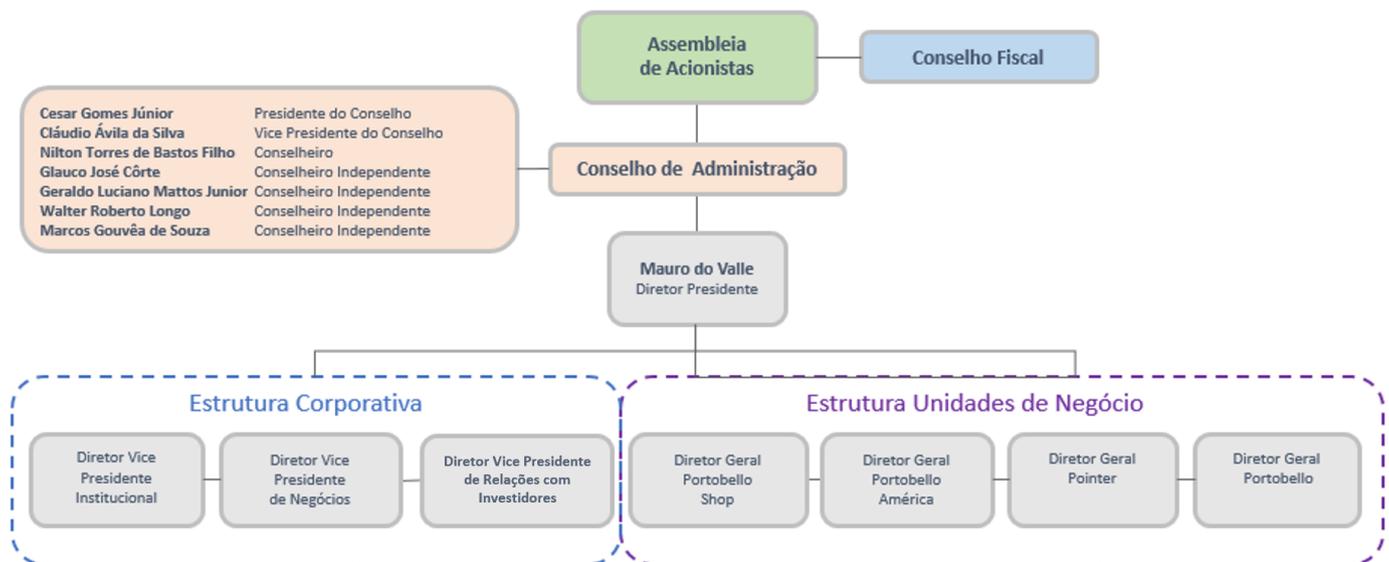
A Companhia foi por muitos anos uma indústria com canais de distribuição e sua estrutura organizacional era composta por um presidente e três vice-presidentes responsáveis pelas áreas comercial, institucional e financeira e de relações com investidores do grupo. Com o crescimento da empresa e principalmente crescimento na atuação em outros canais, surgiu a necessidade da reestruturação organizacional.

No final de 2019 a Companhia começou esse processo, criando uma estrutura específica para as unidades de negócio e designando um diretor responsável por cada unidade, com o objetivo de melhorar a gestão e dar mais foco e velocidade na geração dos resultados e maior ritmo para o crescimento dessas unidades.

A divisão também foi necessária em decorrência das diferentes características de cada negócio, enquanto a Portobello é uma operação industrial que atende a canais b2b e demais negócios do grupo, a Portobello Shop tem foco em desenvolver o varejo da marca. Já a Pointer, também possui operação industrial, no entanto tem atuação regional (nordeste e norte do Brasil, além de exportações) e, por fim, a Portobello América que é uma empresa distribuidora nos Estados Unidos com foco na estratégia de internacionalização da Companhia.

Ainda como parte da reestruturação, houve a realocação do antigo presidente para o conselho de administração e a presidência foi assumida pelo Sr. Mauro do Valle. No início de 2020, também houve a contratação do Sr. Ronei Gomes para cargo de Vice-Presidente de Finanças e de Relações com os Investidores e o Sr. Edson Stringari para o cargo de Vice-Presidente Jurídico, que exercem funções estatutárias da Companhia.

A partir da reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de maio de 2022, a diretoria estatutária da Companhia terá a seguinte composição: Sr. Mauro do Valle Pereira na qualidade de Diretor Presidente, Sr. Cláudio Ávila da Silva para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Relações com os Investidores e o Sr. Edson Luiz Mees Stringari para o cargo de Vice-Presidente Jurídico. Com isso a nova estrutura organizacional está desenhada da seguinte forma:



8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, houve a quarta emissão de Debêntures simples, no valor de R\$ 300 milhões, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição. A emissão de debêntures foi aprovada em AGE realizada em 15 de setembro de 2021 e possui *covenants*, que foram atendidos para o encerramento do exercício de 2021.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais da Companhia e de suas controladas. Para maiores informações sobre operações societárias realizadas no período envolvendo a Companhia e suas controladas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência. Porém no exercício social de 2019, a Companhia celebrou contrato relevante, o Polo Ativo, conforme mencionado no item 8.1 .

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Os principais ativos imobilizados utilizados no processo de produção são: fornos, linha de esmaltação, impressoras digitais, prensas, entre outros.



9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Imóveis comerciais destinados a operação da lojas próprias	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	MS	Dourados	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Parque fabril c/993.462 m2 de terrenos e 157.730 m2 de área construída	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Máquinas e equipamentos	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Parque fabril c/1.000.000 m2 de terrenos e 48.859 m2 de área construída	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
Máquinas e equipamentos	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
Área para construção de parque fabril	Estados Unidos			Própria
Galpão comercial destinado a centro de distribuição	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
Galpão comercial destinado a centro de distribuição	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
Galpão comercial destinado a centro de distribuição	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Galpão comercial destinado a centro de distribuição	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
Galpão comercial destinado a centro de distribuição	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Prédio administrativo destinado a escritório corporativo	Brasil	SC	Florianópolis	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	SC	Florianópolis	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Imóveis comerciais destinados a operação da lojas próprias	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Urbania	20/08/2019 a 20/08/2029	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	KERA	15/10/2019 (Publicado)	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	ARCHTRENDS PORTOBELLO	22/11/2019 (Depositado)	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	AA consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Arquitetura Brasileira	17/03/2015 a 17/03/2025	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	BELPOINT	13/09/2011 a 13/09/2021	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO	08/09/1982 a 08/09/2022	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PORTOBELLO INTERNACIONAL	05/03/1991 a 22/01/2022	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	POINTER	06/03/1990 a 06/03/2030	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	CARGA PESADA	21/02/1989 a 21/02/2029	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO SHOP	06/02/2008 a 06/02/2028	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. A Companhia registrou a marca em duas classes - 19 (Materiais de Construção) e 35 (Comércio).	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	EMPORIO PORTOBELLO	20/07/2010 a 20/07/2030	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. A Companhia registrou a marca em duas classes - 19 (Materiais de Construção) e 35 (Comércio).	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PORTO GRES	05/02/1985 a 05/02/2025	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	MILENIUM	17/01/2017 a 17/01/2027	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOFINO	03/08/1993 a 03/08/2023	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOFINO CERAMIC TILES	01/06/1993 a 01/06/2023	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	CASAMADA	14/06/2016 a 14/06/2026	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello Grupo	05/06/2018 a 05/06/2028	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PBG	05/06/2018 a 05/06/2028	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Officina Portobello	24/04/2018 a 24/04/2028	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. A Companhia registrou a marca em duas classes - 19 (Materiais de Construção) e 35 (Comércio).	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Domus	07/12/2018 (Sob recurso)	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	L' Argilla	07/12/2018 (Sob recurso)	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Brenta	20/08/2019 a 20/08/2029	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Companhia Brasileira de Ceramica S.A.	20.465.785/0001-85	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Fabricação e comércio de revestimentos cerâmicos e prestação de serviços relacionados	98,850000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	7.999.000,00		
31/12/2020	0,942000	0,000000	0,00					
31/12/2019	1,650000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 deste formulário contém informações pertinentes às razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Mineração Portobello Ltda.	83.713.495/0001-23	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Extração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional	99,760000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	2.423.000,00		
31/12/2020	100,230000	0,000000	0,00					
31/12/2019	190,710000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 deste formulário contém informações pertinentes às razões para aquisição e manutenção de tal participação								
PBTECH Comercio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda.	05.876.012/0001-06	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmico	99,940000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	21.532.000,00		
31/12/2020	225,340000	0,000000	6.221.000,00					
31/12/2019	-6,930000	0,000000	6.933.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 deste formulário contém informações pertinentes às razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Portobello América, Inc – USA	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Comércio de revestimentos cerâmico	100,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	21.539.000,00		
31/12/2020	39,810000	0,000000	0,00					
31/12/2019	17,680000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 deste formulário contém informações pertinentes às razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Portobello Shop S/A	05.345.379/0001-95	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmico e prestação de serviços relacionados	99,900000
Valor mercado								
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	480.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	41.192.000,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	31.831.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 deste formulário contém informações pertinentes às razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.2 - Outras Informações Relevantes

DOMÍNIO	DATA DE EXPIRAÇÃO
ARCHTRENDS.COM.BR	10/07/2022
BRTILES.COM.BR	30/01/2025
CASAMADA.COM.BR	05/03/2022
CASASPORTOBELLO.COM.BR	27/02/2022
CERAMICAPOINTER.COM.BR	20/06/2022
EMPORIOPORTOBELLO.COM.BR	02/02/2022
FITMOAICPORTOBELLO.COM.BR	27/02/2022
MILENIUMREVESTIMENTOS.COM.BR	18/08/2022
OFFICINAPORTOBELLO.COM.BR	16/09/2021
PBGINTERNACIONAL.COM.BR	22/01/2023
PBGINTERNATIONAL.COM.BR	22/01/2022
PBGRUPO.COM.BR	11/08/2021
PBGSA.COM.BR	03/05/2022
PBRANDS.COM.BR	22/07/2021
POINTER.COM.BR	13/04/2026
POINTERREV.COM.BR	20/06/2022
POINTERREVESTIMENTOS.COM.BR	18/06/2022
PORCELANATERIA.COM.BR	29/09/2021
PORCELANISTA.COM.BR	29/09/2021
PORTOBELLO.COM.BR	29/05/2028
PORTOBELLOGRUPO.COM.BR	10/12/2021
PORTOBELLOINTERNACIONAL.COM.BR	22/01/2022
PORTOBELLOINTERNATIONAL.COM.BR	22/01/2022
PORTOBELLOMAISARQUITETO.COM.BR	30/06/2022
PORTOBELLOMAISARQUITETURA.COM.BR	03/07/2022
PORTOBELLORESPONDE.COM.BR	22/02/2022
PORTOBELLOSHOP.COM.BR	28/09/2023
PORTOBELLOTRENDS.COM.BR	20/06/2022
PORTOSHOP.COM.BR	28/01/2022
REVESTIMENTOSPOINTER.COM.BR	20/06/2022

9.2 - Outras Informações Relevantes

UNIVERSIDADEDACERAMICA.COM.BR	16/10/2025
MINERACAOPORTOBELLO.COM.BR	09/06/2023
ARCHTRENDS.COM	08/01/2023
OFFICINAPORTOBELLO.COM	29/05/2022
PGBSA.COM.BR	03/05/2022
PORTOBELLO.US	27/12/2021
PORTOBELLOAMERICA.COM	25/02/2025
PORTOBELLO.NET	16/03/2022
PBGRUPO.COM	28/01/2022
RELACIONAMENTOPORTOBELLO.COM.BR	16/11/2025

A não renovação dos domínios junto às entidades reguladoras implicaria na suspensão de uso temporário e após 3 meses a transferência de direitos a outros requerentes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 podem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e suas respectivas notas explicativas, ou as demonstrações financeiras consolidadas auditadas. As demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2021 o Portobello Grupo apresentou a consolidação do novo nível de performance operacional que vem ocorrendo desde o segundo semestre de 2020, momento em que todas suas unidades industriais passaram a operar a pleno - e que mantiveram este nível desde então - com crescimento de receita, manutenção de altos níveis de margens bruta e diluição de despesas, mesmo com forte pressão de custos. O desempenho positivo foi apresentado em todas as Unidades de Negócios, mas principalmente nas operações de varejo no Brasil e negócios internacionais. O ano foi o melhor da história de mais de 42 anos do Portobello Grupo em termos de receita, margens, geração de caixa, distribuição de dividendos entre diversos outros indicadores, e foi atingido graças ao esforço e comprometimento dos mais de 3.700 colaboradores que fazem parte do Grupo.

O mercado de revestimentos cerâmicos continua vivendo um momento muito positivo, com demanda elevada, e o Portobello Grupo canalizou as oportunidades e potencializou sua performance através do foco na geração de valor à Companhia e no nível de serviço prestado aos clientes.

No ano, foram distribuídos R\$ 102,7 milhões em dividendos aos acionistas, equivalentes a 50% do lucro líquido descontado das reservas de capital, mais R\$ 63,0 milhões em complemento ao exercício de 2020, correspondendo a um dividend yield de 15,3% sobre a cotação de fechamento do ano de 2020. Além disso, foram recompradas um total de 13,5 milhões de ações no valor de R\$ 153,7 milhões (preço médio de R\$ 11,38 por ação), equivalentes a 8,8% do total de ações antes destas operações, sendo que todas as ações recompradas foram canceladas. Considerando os dividendos distribuídos e as ações recompradas, foram distribuídos um total de R\$ 319,4 milhões aos acionistas da Companhia no ano de 2021.

Mantendo a diretriz estratégica de crescimento internacional, a Portobello Grupo iniciou no 4T21 as obras da nova planta nos Estados Unidos. O projeto da nova unidade, aprovado pelo Conselho de Administração no 3T21, deve entrar em operação no início de 2023 com um investimento de USD 160 milhões, sendo aproximadamente 50% financiado com operação de *BtS (Built to Suit)* e aproximadamente 50% através de recursos próprios para compra de equipamentos com financiamento de longo prazo de fornecedores. O projeto está na fase final de contratação de um parceiro internacional para financiamento de longo prazo em uma operação BtS.

A Receita Líquida no ano, totalizou R\$ 1.912,1 milhões, com crescimento de 43,6% vs. 2020. No 4T21 atingiu R\$ 520,2 milhões, mantendo o patamar acima de R\$ 500 milhões, atingido no 3T21 pela primeira vez na história do Grupo. No mercado interno, a Receita Líquida cresceu em 2021, 41,9% vs. 2020. Segundo a ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), o faturamento do mercado de materiais de construção em 2021 apresentou crescimento nominal de 37,3% em comparação ao ano passado, o que demonstra forte crescimento das operações em comparação com o mercado interno e evolução consistente de market share.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Receita Líquida do mercado externo, para o ano de 2021, atingiu crescimento de 50,0% vs. 2020 (47,0% em Dólares). Este crescimento ocorreu em função da expansão da distribuição e aumento do ticket médio nos Estados Unidos, aumento do volume vendido pela Unidade de Negócios Portobello América, assim como da maior atuação internacional das Unidades de Negócios Portobello e Pointer.

A Margem Bruta Ajustada e Recorrente continuou apresentando performance positiva, atingindo 43,3% no ano, com melhoria de 6,6 p.p. vs. 2020, devido principalmente aos aumentos de preços, ao melhor mix de produtos e às iniciativas de produtividade/eficiência de custos e ganhos de escala. O EBITDA Ajustado e Recorrente atingiu R\$ 365,4 milhões em 2021, com Margem EBITDA Ajustada e Recorrente de 19,1% e incremento de 6,0 p.p. vs. 2020, em função da progressão na Margem Bruta Ajustada e Recorrente de 6,6 p.p., e da redução das Despesas Operacionais Ajustadas de 0,2 p.p. vs. 2020 na relação com a Receita Líquida, devido a ganho de escala.

O investimento em Capital de Giro em 2021 foi de R\$ 270,4 milhões, aumento de R\$ 75,1 milhões vs. 2020, com aumento no volume dos negócios sendo minimizado pela redução de 10 dias no Ciclo de Conversão de Caixa, atingindo 32 dias em 2021 vs. 42 dias no 2020. Essa redução ocorreu em função da melhoria na gestão da carteira de recebíveis e das iniciativas de alongamento de prazos de fornecedores.

A Companhia encerrou o ano com endividamento líquido de R\$ 576,9 milhões com relação entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado e Recorrente de 1,6 vezes. A redução da alavancagem de 0,7 vezes em comparação ao final de 2020 ocorreu em função do aumento consistente do EBITDA Ajustado e Recorrente combinado com a melhoria no Ciclo de Conversão de Caixa.

No 3T21 a Companhia fez uma captação de R\$ 430 milhões no mercado através de Debentures e NCEs (Notas de Crédito Exportação) com prazo de pagamento de 5 anos e 2 anos de carência. Como parte da estratégia de captação e alongamento do perfil da dívida bancária, no 4T21 a Companhia liquidou as dívidas bancárias de prazos mais curtos, fazendo com que o prazo médio da dívida bancária (duration) atingisse 4,4 anos, o que representa alongamento de 0,8 anos vs. prazo médio no final do ano de 2020.

Os investimentos de CapEx do ano totalizaram R\$ 114,8 milhões, dos quais, 34% destinados a investimentos na Portobello América, 36% foram destinados à planta de Tijucas-SC. Os demais valores de investimentos foram destinados principalmente aos projetos comerciais da Unidade Portobello Shop e projetos corporativos do Grupo.

O ano de 2020 trouxe grandes desafios devido à pandemia do Coronavírus. Com objetivo de centralizar e alinhar as tomadas de decisões no enfrentamento à pandemia, foi criado um Comitê de Gestão de Crise. A partir disso, a Companhia implementou ações, como a proteção aos colaboradores e clientes, com o foco na redução do risco de transmissão da doença. Para tal, foi implantado o modelo de home office, o afastamento dos colaboradores que fazem parte dos grupos de risco, a redução de jornada de trabalho, antecipação de férias e, ainda, o reforço às ações de desinfecção em ambientes de lojas, administrativo e centro de distribuição. O segundo ponto foi a proteção às operações, com adequação com a suspensão de parte da produção das plantas de Tijucas-SC, Marechal Deodoro-AL e gestão dos estoques. O foco na ocasião foi na gestão do caixa, especialmente em contenção de gastos e investimentos, renegociação de contratos de financiamento, postergação de prazo dos principais clientes e fornecedores e redução de dispêndios no curto prazo, além de adesão a programas governamentais para a preservação dos empregos. A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com receita líquida consolidada de R\$ 1.331,8 milhões, maior em 19,5% quando comparado ao ano anterior. Os resultados foram positivamente impactados tanto no mercado interno como no mercado externo.

No mercado interno, a Receita Líquida cresceu expressivos 15,7% em 2020 em comparação com 2019, índice bem superior ao crescimento do mercado, de - 0,3% no ano, , segundo dados

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

da ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção). Tal desempenho garantiu ganhos relevantes de market share, como resultado do consistente trabalho da estrutura de vendas e da qualificação do *mix*, especialmente em grandes formatos e diferenciação por meio da inovação.

Já o mercado externo também apresentou um bom desempenho de Receita Líquida, com crescimento em dólares de 4,1% no ano em função do aumento do volume de vendas, já que a participação da distribuição, através da unidade de negócios Portobello América nos Estados Unidos, cresceu significativamente. Esse desempenho, somado à desvalorização cambial média do período da ordem de 30,5%, levou a uma expansão do mercado externo em Reais de 35,9% em relação a 2019.

O desempenho de vendas, aliando qualificação do *mix* de produtos com melhor rentabilidade, os aumentos de preços, bem como os ganhos de produtividade e eficiência de custos, levaram a Margem Bruta Ajustada e Recorrente a atingir 36,7% no ano, com incremento de 4,2% comparado a 2019. A progressão da Margem Bruta combinada com a otimização de Despesas Operacionais, que reduziram 1,8% no ano em relação a 2019, levaram o EBITDA Ajustado e Recorrente da Companhia a atingir R\$ 174,5 milhões no ano, com incremento de Margem EBITDA de 6,3% quando comparado a 2019.

O ano de 2019 trouxe grandes desafios tanto no cenário externo como no doméstico e apesar da perceptível resistência nos avanços da economia e a forte pressão nos custos, impactados pelos preços dos insumos energéticos, a Companhia encerrou o ano apresentando crescimento, expansão e consolidação dos novos negócios. Todos os esforços foram concentrados para preservar as margens.

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com receita líquida consolidada de R\$ 1.114,3 milhões, maior em 6,8% quando comparado ao ano anterior. Segundo a ABRAMAT, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento apresentou decréscimo de 0,9% entre 2018 e o 2019, o que aponta para um ganho de mercado da Companhia no setor.

A estratégia comercial no mercado interno vem mantendo resultados consistentes e progressivos, focada em um *mix* de produtos mais rentáveis e com modelo de negócios com maior frequência de lançamentos.

No mercado externo, houve um acréscimo significativo de 28,9% no último trimestre de 2019 quando comparado ao mesmo período do ano anterior e, apesar do bom resultado no último trimestre, não foi o suficiente para recuperar as perdas decorrentes à crise na Argentina, dessa forma, as receitas líquidas de vendas no mercado externo resultaram em decréscimo no ano quando comparado a 2018 no montante de 5,6%.

Os custos industriais foram afetados pelo aumento dos insumos energéticos, fato que gerou redução da margem bruta no ano de 2019 para 32,5% em comparação com 37,8% em 2018. A Companhia concentrou os esforços na redução de custos com melhorias que proporcionem ganhos de produtividade e na expansão dos novos negócios. Houve qualificação do *mix* de produtos com a introdução das vendas de grandes formatos é uma das principais estratégias para mitigar os aumentos dos custos. Neste sentido, no ano de 2019 a Companhia aumentou sua capacidade de produção com a implantação de uma nova linha para produção de lastras.

O lucro líquido do período somou R\$ 13,2 milhões e a geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 128,8 milhões, com margem de 11,6%. Durante o ano, houve o reconhecimento dos ganhos judiciais referente ao “Expurgo de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS”. O EBITDA ajustado excluindo estes itens não recorrentes totalizou R\$ 76,9 milhões e apresentou margem de 6,9%. A entrada de caixa referente a venda do precatório referente ao crédito prêmio IPI, no valor de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R\$ 170 milhões o que teve importante contribuição adicional para o fluxo de caixa e redução da alavancagem financeira e execução do plano de investimento para o ano.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia é constituída de 147.529.703 ações ordinárias escriturais em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento das suas operações, objetivando salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e, manter uma estrutura compatível com seus níveis de endividamento.

O capital é monitorado frequentemente com base nos índices de alavancagem financeira (vide letra "c" a seguir). Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Já a dívida líquida, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Esse índice é calculado considerando a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, onde a dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações vinculadas.

A estrutura de capital, mensurada pela relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido, correspondeu a 62 % em 2021, 49% em 2020, e 57% em 2019.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Dívida Bruta	766.664	727.766	756.376
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(189.718)	(326.325)	(275.378)
Dívida Líquida	576.946	401.441	480.998
Total do patrimônio líquido	356.157	417.184	367.636
Total do capital	933.103	818.625	848.634
Estrutura de capital de terceiros (%)	61,83%	49,04%	56,68%

i) Hipóteses de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital. Segundo o § 1º do art. 44 da Lei 6.404/76, "o resgate consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação". A Companhia não prevê o resgate de suas ações.

Ademais, não há previsão estatutária nem deliberação em assembleia especial (conforme o § 6º do art. 44 da Lei 6.404/76) para este desiderato. Assim não há autorização prévia para o resgate de ações. Não há certificados emitidos que contenham a previsão de resgate de ações.

Desta forma não há meios para nesta data realizar o resgate de ações da Companhia. Caso a Companhia estabeleça, no futuro, o resgate de ações, consoante deliberação em Assembleia Extraordinária serão observadas as hipóteses legais estabelecidas na Lei 6.404/76 e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, dado que não existe provisão de resgate de ações ou quotas de capital.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O estatuto social da Companhia não prevê um critério pré-definido para definição do valor justo de resgate. Entende-se a importância de adotarem-se critérios estatutários objetivos para coibir abusos e danos aos acionistas e à Companhia. Entretanto, não há formalizado qualquer orientação a respeito da matéria pela Administração.

Nos casos em que não existe critério pré-definido no estatuto social, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orienta no sentido de que a administração deve propor a adoção de um critério que resulte em valor justo de resgate e deve justificar os aspectos econômicos que determinaram sua escolha. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se manifestou sobre o assunto e determinou que o preço tivesse em conta o patrimônio líquido, não simplesmente por sua expressão contábil, mas como apurado, em vista dos valores reais, consoante o mercado.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o LAJIDA/EBITDA atingido de cerca de R\$ 361 milhões em 2021 (R\$ 175 milhões em 2020 e R\$ 129 milhões em 2019) frente aos compromissos financeiros contratados. A relação Dívida Líquida pelo LAJIDA/EBITDA é de 1,6 vezes (2,3 em 2020 e 3,7 em 2019), o LAJIDA/EBTIDA ajustado e recorrente da companhia atingiu R\$ 365 milhões em 2021 (R\$ 175 milhões em 2020 e R\$ 76 milhões em 2019), a relação Dívida Líquida pelo LAJIDA/EBTIDA ajustado e recorrente é de 1,6 vezes (2,3 em 2020 e 6,3 em 2019), demonstrando que a disciplina da Companhia na gestão financeira, cujo foco está na otimização do Ciclo de Conversão de Caixa, resultou na redução da alavancagem financeira para números históricos. O caixa da Companhia é adequado para honrar seus compromissos com credores, frente aos novos desafios de investimentos realizados. Parte substancial dos compromissos decorre de linhas de financiamento de longo prazo, aplicados na liquidação de compromissos de curto prazo, antecipação de pagamento de dividendos em 2021, programa de recompra de ações, e expansão, que financiaram diversos investimentos da Companhia.

A tabela abaixo demonstra o índice de alavancagem financeira que é base para o monitoramento do capital. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo LAJIDA/EBITDA:

	2021	2020	2019
Dívida Bancária Bruta	766.664	727.766	756.376
(-) Disponibilidades	(189.718)	(326.325)	(275.378)
(=) Dívida líquida	576.946	401.441	480.998
Dívida líquida/ LAJIDA ou EBITDA	1,6	2,3	3,7
Dívida líquida/ LAJIDA ou EBTIDA ajustado e recorrente	1,6	2,3	6,3

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos provêm de diversas instituições financeiras, onde são garantidas pelos recebíveis oriundos das vendas da Companhia e por hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos. Alguns financiamentos para investimentos provêm também dos próprios fornecedores dos equipamentos adquiridos.

As principais fontes de financiamentos detalhadas no item são:

- (i) Emissão de debêntures contratadas para alongamento da dívida e maior liquidez financeira da Companhia, com saldo de R\$ 305 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 198 milhões em 2020 e R\$ R\$ 297 milhões em 2019);
- (ii) Linha de crédito contratada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A (“Banco do Nordeste”) para investimento e capital de giro da planta fabril de Alagoas, com saldo de 121 milhões, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 133 milhões em 2020 e R\$ R\$ 108 milhões em 2019);

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- (iii) Benefício de R\$ 20 milhões que a Companhia obteve a partir de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 2 milhões;
- (iv) Cerca de R\$ 134 milhões em Nota de Crédito para Exportação contratados com a finalidade de financiar exportações (R\$ 223 milhões em 2020 e R\$ R\$ 249 milhões em 2019);
- (v) Contratos FINEP, sendo um contrato celebrado no ano de 2019, no valor de R\$ 67 milhões, prazo total de 120 meses, e em novembro de 2020, novo contrato de R\$ 98 milhões, também com prazo de 120 meses e carência de 36 meses. Ambos os contratos com liberações parciais em cada exercício. Em 31 de dezembro de 2021 o montante em aberto de FINEP era R\$ 166 milhões (R\$ 128 milhões em 2020 e R\$ 44 milhões em 2019).

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma emissão de R\$ 300 milhões em debêntures destinados ao alongamento da dívida e preservação da liquidez financeira, aprovados em 2021, sendo esta a 4ª emissão.

A Companhia possui limites de crédito em aberto para financiamento de capital de giro junto aos Bancos e que, devido a sua condição de solvência, não se encontram tomadas. Além disso, a Companhia captou um empréstimo com o Banco do Nordeste em janeiro de 2021, no montante de R\$ 16 milhões, com o prazo de 12 meses (carência de 12 meses), e, Notas de Crédito à Exportação no montante de R\$ 130 milhões, com carência de 24 meses, e prazo de até 72 meses. O detalhamento das operações pode ser observado no item 3.3 desse formulário de referência.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento bancário bruto da Companhia (compostos pelos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi de R\$ 766,7 milhões, R\$ 727,8 milhões e R\$ 756,4 milhões respectivamente, na qual 47,1%, 43,5% e 51,4%, desses montantes, que correspondem a R\$ 360,9 milhões, R\$ 316,7 milhões e R\$ 389,4 milhões, respectivamente, apresentam garantia real de hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, informações dos contratos de empréstimos relevantes:

Debêntures:

Em 16 de setembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 4º Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie como garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da emissão serão destinados ao resgate da totalidade da 3º (segunda) emissão de debêntures da Companhia e reperfilamento de outros passivos da Companhia. Este contrato possui cláusulas mínimas de “covenants” que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2021.

A 3º Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie como garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, aprovadas em 15 de junho de 2018 pelo Conselho de Administração da PBG S.A, com recursos obtidos por meio da emissão e destinados ao resgate da totalidade da 2º (segunda) emissão de debêntures da Companhia e reperfilamento de outros passivos da Companhia, foram totalmente liquidadas com 4º Emissão de debêntures em 2021.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

1º série de debentures: foi celebrada em junho de 2018 – possui o principal de R\$ 150 milhões, prazo de 36 meses (liquidados em 2021), com carência de 24 meses e amortizações semestrais.

2º série de debentures: foi celebrada em junho de 2018 – possui o principal de R\$ 150 milhões, prazo de 60 meses (liquidados em 2021), com carência de 48 meses e amortizações semestrais.

Em 31 de dezembro de 2021 o montante em aberto das debêntures era R\$ 305 milhões (R\$ 198 milhões em 2020 e R\$ 297 milhões em 2019).

Banco do Nordeste:

Os contratos com o Banco do Nordeste são operações específicas e incentivadas pelos governos estaduais, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía cinco contratos com essa instituição, descritos abaixo:

- Contrato celebrado em junho de 2013 – este contrato possui o principal de R\$ 106 milhões, prazo de 133 meses (vencimento previsto em junho de 2025) como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis, máquinas e equipamentos.

- Contrato celebrado em julho de 2019 – este contrato possui o principal de R\$ 31 milhões, prazo de 95 meses (vencimento previsto para junho de 2027), como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis, máquinas e equipamentos em 1 e 2º grau.

- Contrato celebrado em setembro de 2019 – este contrato possui o principal de R\$ 24 milhões, prazo de 12 meses e repactuado em abril de 2020 (vencimento previsto para agosto de 2022), como garantia foi concedido aval das empresas controladas PBTech e CBC.

- Contrato celebrado em junho de 2020 – este contrato possui o principal de R\$ 35 milhões, prazo de 37 meses (vencimento previsto para julho de 2023), como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis em 2º grau e atendimento de indicadores de *covenants*.

- Contrato celebrado em janeiro de 2021 – este contrato possui o principal de R\$ 16 milhões, prazo de 16 meses (vencimento previsto para janeiro de 2022), como garantia foi concedido aval das empresas controladas PBTech e CBC.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante em aberto com o Banco do Nordeste era R\$ 121 milhões (R\$ 133 milhões em 2020 e R\$ 108,1 milhões em 2019).

Crédito à exportação (NCE):

A Companhia apresenta 3 contratos relacionados a crédito de exportação, o montante total em aberto em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 134 milhões (R\$ 223 milhões em 2020 e R\$ 249 milhões em 2019). Todos os contratos de NCE são garantidos por meio de recebíveis (de 20% a 30% dos recebíveis) das empresas controladas da Companhia.

Segue abaixo o resumo de todos contratos de NCE:

Data do contrato	Vence em	Prazo (meses)	Carência (meses)	Período Amortização	Valor captado	Liberações (em R\$ mil)	
						Valor	Data
jun/18	mar/22	36	12	Trimestral	R\$ 24.000	R\$ 24.000	jun/18

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

jun/21	jun/26	60	24	Semestral	R\$ 30.000	R\$ 30.000	jun/21
ago/21	ago/27	72	24	Semestral	R\$ 100.000	R\$ 100.000	ago/21

FINEP ou Financiadora de Estudos e Projetos:

FINEP É uma entidade pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação. A Companhia possui um contrato celebrado no ano de 2019, no valor de R\$ 67 milhões, prazo total de 120 meses, tendo também como garantia fiança bancária.

Em novembro de 2020, firmou contrato de R\$ 98 milhões, também com prazo de 120 meses e carência de 36 meses, tendo também como garantia fiança bancária, sendo desembolsado o valor de R\$ 64 milhões ainda em 2020 e R\$ 34 milhões em 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 o montante em aberto de FINEP era R\$ 166 milhões (R\$ 128 milhões em 2020 e R\$ 44 milhões em 2019).

DEG:

O contrato foi celebrado em maio de 2014 e possui principal de US\$ 18 milhões, prazo de 90 meses (vencimento previsto em outubro de 2021), como garantia foi cedido máquinas, equipamentos e notas promissórias.

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia não possuía montante em aberto da DEG (R\$ 16 milhões em 2020 e R\$ 25 milhões em 2019).

ACC ou Adiantamento de Contrato de Câmbio:

Esta operação está relacionada a adiantamento de contratos de câmbio da Companhia. Dois contratos foram celebrados em 2020 e 2021, que somam um valor de principal de US\$ 3,2 milhões, com prazo de 12 meses (vencimento previsto em março de 2022 e outubro de 2022) como garantia foi concedido aval da empresa controladas PBShop.

Em 31 de dezembro de 2021 o montante em aberto de ACC era R\$ 17,5 milhões (R\$ 11 milhões em 2020 e 2019)

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo da Companhia já foram divulgadas no item acima.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As emissões das debêntures, assim como uma NCE contratada junto ao Banco do Brasil, estão vinculadas a cláusulas de *covenants*, cujo indicador é apurado pela relação dívida/EBITDA igual ou

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

menor a 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2021 o indicador foi atingido e não apresentou quebra de *covenants* no encerramento do exercício.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

No final de 2020, mais uma linha de crédito para exportação – Nexport Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi aprovada e estava à disposição da Companhia, no valor de R\$ 16 milhões, este que foi desembolsado por completo em fevereiro de 2021.

Considerando a totalidade dos contratos firmados pela Companhia em anos anteriores até o final de 2020, cujo montante foi de R\$ 1.335 milhões, 94% (R\$ 1.261 milhões) havia sido desembolsado até 31 de dezembro de 2020, restando um limite a desembolsar de R\$ 73 milhões (6%), do qual R\$ 16 milhões foram desembolsados em fevereiro de 2021, R\$ 9 milhões em agosto de 2021 e R\$ 34 milhões em dezembro de 2021.

Considerando a totalidade dos contratos firmados pela Companhia em anos anteriores até o final de 2021, cujo montante foi de R\$ 1.151 milhões, haviam sido desembolsado R\$ 1.136 milhões (98%) até 31 de dezembro de 2021, restando um limite a desembolsar de R\$ 14 milhões (2%), ainda não desembolsados em 2022.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Balanco Patrimonial	Consolidado						% da Variação		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31/12/21 X 31/12/19	31/12/21 X 31/12/20	31/12/20 X 31/12/19
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	189.718	326.325	275.378	9%	16%	15%	-31%	-42%	19%
Contas a receber de clientes	375.624	289.090	251.773	17%	14%	14%	49%	30%	15%
Estoques	285.364	204.562	243.413	13%	10%	13%	17%	40%	-16%
Adiantamentos a fornecedores	12.624	6.706	13.332	1%	0%	1%	-5%	88%	-50%
Tributos a recuperar	25.590	73.970	51.166	1%	4%	3%	-50%	-65%	45%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.864	3.852	1.006	0%	0%	0%	85%	-52%	283%
Outros	15.347	12.198	18.488	1%	1%	1%	-17%	26%	-34%
	906.131	916.703	854.556	42%	45%	47%	6%	-1%	7%
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Créditos com outras pessoas ligadas		-	100.936	0%	0%	5%	-100%	0%	-100%
Depósito em garantia	89.700	87.402	-	4%	4%	0%	0%	3%	0%
Depósitos judiciais	185.382	156.324	152.492	9%	8%	8%	22%	19%	3%
Recebíveis da Eletrobrás	12.821	12.821	12.821	1%	1%	1%	0%	0%	0%
Tributos a recuperar	46.801	50.989	83.093	2%	3%	5%	-44%	-8%	-39%
Ativo tributário	155.153	119.651	37.865	7%	6%	2%	310%	30%	216%
Ativo atuarial	18.677	8.905	6.338	1%	0%	0%	195%	110%	41%
Aplicações financeiras vinculadas	13.679	13.317	7.552	1%	1%	0%	81%	3%	76%
Outros	13.864	15.088	11.093	1%	1%	1%	25%	-8%	36%
	536.077	464.497	412.190	25%	23%	22%	30%	15%	13%
Investimentos	348	348	345	0%	0%	0%	1%	0%	1%
Ativo de Arrendamento	71.536	71.391	58.843	3%	4%	3%	22%	0%	21%
Imobilizado	614.458	552.876	487.966	28%	27%	27%	26%	11%	13%
Intangível	28.797	28.473	22.392	1%	1%	1%	29%	1%	27%
	715.139	653.088	569.546	33%	32%	31%	26%	10%	15%
	1.251.216	1.117.585	981.736	58%	55%	53%	27%	12%	14%
Total do ativo	2.157.347	2.034.288	1.836.292	100%	100%	100%	17%	6%	11%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balço Patrimonial	Consolidado						% da Variação		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31/12/21 X 31/12/19	31/12/21 X 31/12/20	31/12/20 X 31/12/19
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	229.828	194.929	146.685	11%	10%	8%	57%	18%	33%
Cessão de crédito com fornecedores	97.717	66.418	58.710	5%	3%	3%	66%	47%	13%
Contas a pagar de imobilizado	38.107	31.303	21.745	2%	2%	1%	75%	22%	44%
Empréstimos e financiamentos CP	98.115	223.908	233.769	5%	11%	13%	-58%	-56%	-4%
Empréstimos e financiamentos	90.922	174.842	134.719	4%	9%	7%	-33%	-48%	30%
Debêntures	7.193	49.066	99.050	0%	2%	5%	-83%	-85%	-50%
Parcelamento de obrigações tributárias	11.663	9.354	11.765	1%	0%	1%	-1%	25%	-20%
Impostos, taxas e contribuições	24.205	21.443	10.580	1%	1%	1%	129%	13%	103%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	3.865	2.997	2.083	0%	0%	0%	86%	29%	44%
Dividendos a pagar	1.043	31.079	14.465	0%	2%	1%	-83%	-97%	115%
Adiantamentos de clientes	69.564	43.825	23.854	3%	2%	1%	192%	59%	84%
Obrigações sociais e trabalhistas	58.991	46.499	41.882	3%	2%	2%	41%	27%	11%
Débito com controladas e pessoas ligadas	6.067	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Provisão para PPR	24.250	10.789	982	1%	1%	0%	2369%	125%	997%
Obrigações de arrendamento	19.456	34.803	-	1%	2%	0%	0%	-44%	0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.354	-	0%	0%	0%	0%	-100%	0%
Outras contas a pagar	31.256	20.939	47.204	1%	1%	3%	-34%	49%	-56%
	714.127	740.620	613.724	33%	36%	33%	16%	-4%	21%
Não circulante									
Fornecedores LP	171.195	144.021	124.754	8%	7%	7%	37%	19%	15%
Contas a pagar de imobilizado	18.739	25.700	-	1%	1%	0%	0%	-27%	0%
Empréstimos e financiamentos LP	664.277	503.858	522.607	31%	25%	28%	27%	32%	-4%
Empréstimos e financiamentos	366.872	354.666	324.915	17%	17%	18%	13%	3%	9%
Debêntures	297.405	149.192	197.692	14%	7%	11%	50%	99%	-25%
Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tribut	89.014	63.573	120.232	4%	3%	7%	-26%	40%	-47%
Parcelamento de obrigações tributárias LP	21.406	34.653	43.815	1%	2%	2%	-51%	-38%	-21%
Dívidas com pessoas ligadas	56.363	56.326	-	3%	3%	0%	0%	0%	0%
Obrigações de arrendamento	45.397	38.379	25.066	2%	2%	1%	81%	18%	53%
Outras contas a pagar	20.672	9.974	18.458	1%	0%	1%	12%	107%	-46%
	1.087.063	876.484	854.932	50%	43%	47%	27%	24%	3%
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos									
Capital social	250.000	200.000	200.000	12%	10%	11%	25%	25%	0%
Ações em tesouraria	(91.351)	(14.095)	-	-4%	-1%	0%	0%	548%	0%
Reservas de lucros	236.608	250.941	184.036	11%	12%	10%	29%	-6%	36%
Ajuste de avaliação patrimonial	(42.610)	(50.125)	(22.224)	-2%	-2%	-1%	92%	-15%	126%
Dividendos adicionais	3.489	30.447	5.808	0%	1%	0%	-40%	-99%	424%
	356.136	417.168	367.620	17%	21%	20%	-3%	-15%	13%
Participação dos não controladores	21	16	16	0%	0%	0%	31%	31%	0%
Total do passivo e patrimônio líquido	2.157.347	2.034.288	1.836.292	100%	100%	100%	17%	6%	11%

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 189,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, 42% menor que no mesmo período de 2020 onde o caixa e equivalente representava o montante de R\$ 326,3 milhões, esta redução é principalmente em decorrência da aquisição de ações em tesouraria em R\$ 153,7 milhões e pagamento de dividendos no montante de R\$ 162,2 milhões. A melhor gestão do capital de giro, excelentes resultados de venda e a otimização de custos e despesas ajudaram a Companhia a manter uma posição de caixa significativa, visto os desembolsos apresentados acima.

Contas a receber de clientes

A conta a receber de clientes apresentou aumento de 30% no período de 2021 em comparação com 2020, passando de um saldo de R\$289 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 376 milhões em 31 de dezembro de 2021, este acréscimo acompanhou o aumento das receitas líquidas de vendas que apresentou crescimento de 44% no período.

Estoque

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O valor dos estoques em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 285 milhões e representou um aumento de 40% em relação ao mesmo período de 2020. A variação está principalmente relacionada à recuperação dos níveis de estoques e à inflação dos insumos no exercício. Apesar do aumento no nível de estoques, houve maior volume de vendas, onde a companhia teve resultado superior aos indicadores do setor, principalmente no mercado interno, com crescimento de 44%, enquanto que para o mercado, pelos índices da ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de materiais de construção), houve crescimento de 37% no ano.

Tributos a recuperar (curto e longo prazo)

O valor de tributos a recuperar (curto e longo prazo) passou de R\$ 125 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 72,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$ 52,6 milhões. Esta redução está relacionada à utilização de créditos reconhecidos em anos anteriores, principalmente créditos tributários referentes ao expurgo do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e créditos de PIS e COFINS sobre o ativo imobilizado.

Depósitos em Garantia

O montante de R\$ 89,7 milhões oriundos da quitação de créditos com pessoas ligadas, gerados na assinatura do termo de quitação com a Refinadora Catarinense S.A. (vide nota 12 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2021) e recebimento das garantias dadas em pagamento para os processos de execução fiscal ajuizados contra a PBG S.A. O aumento no período de R\$ 2,3 milhões decorre da atualização monetária do período.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 185,4 milhões, representando 19% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior, R\$ 156,3 milhões. Essa variação é decorrente principalmente da atualização monetária e depósitos do ano, do processo pela decisão de retirada de descontos mensais do gás contratado, por parte da SC Gás o montante de depósitos e atualizações no exercício foi de R\$ 27,2 milhões. A Companhia ingressou na justiça com o pedido da manutenção do desconto e vem depositando os valores referentes a estes descontos.

Recebíveis da Eletrobrás

Os valores são referentes a ação movida contra a Eletrobrás (Centrais Elétrica Brasileira S/A) visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993 (vide nota 13 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2021), não houve alteração no valor em 2021 e os saldos mantiveram estáveis R\$ 12,8 milhões nos três últimos períodos em questão.

Ativos Judiciais

O saldo passou de R\$ 119,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 155,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, o aumento de 30% em 2021, refere-se principalmente ao reconhecimento IRPJ e CSLL - Créditos sobre juros Selic em razão da repetição de indébitos tributários no montante de R\$ 26,7 milhões (vide nota 15.d das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2021). O saldo no montante de R\$ 8,8 milhões decorre de atualização dos demais ativos judiciais.

Imobilizado e Intangível

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os valores de imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 643,2 milhões, representando 11% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior no valor de R\$ 581,3 milhões.

A variação é decorrente do aumento nas aquisições de máquinas e equipamentos e imobilizados em andamento que estão em linha com o plano de investimentos da Companhia. A maior parte destes investimentos foi destinada à atualização do parque na fábrica de Tijuca em R\$ 49,2 milhões. No exercício de 2021, a construção da fábrica nos EUA teve o investimento no montante de R\$ 39,1 milhões, os investimentos decorrem do projeto arquitetônico, terraplenagem do terreno e fundação da fábrica.

No que tange ao ativo intangível em 2021 houve um aumento de 1% referente ao ano de 2020 corresponde à inovação digital.

Ativo de arrendamento

O saldo de R\$ 71,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 em linha em comparação com o valor de R\$ 71,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. No período teve entradas no montante de R\$ 29,6 milhões decorrente da entrada de novos contratos de arrendamento de lojas e remensuração de contratos e reclassificação de fundo de comércio no montante de R\$ 11,5 milhões, houve saída de depreciação e rescisões contratuais no montante de R\$ 22,8 milhões e reclassificação de terreno da Portobello América no montante de R\$ 18,1 milhões. Está rubrica refere-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia. Estes ativos passaram a ser demonstrados e segregados nas demonstrações conforme opção, ou não, de compra ao final dos contratos. Nota explicativa 20.

Fornecedores (curto e longo prazo)

O saldo de fornecedores no curto e longo prazo no montante de R\$ 401 milhões em 31 de dezembro de 2021 aumentou 18,3% em comparação com o valor de R\$ 339 milhões em 31 de dezembro de 2020, essa variação positiva está ligada principalmente a estratégia da companhia de alongamento de prazos de pagamentos de alguns fornecedores, visando melhorias no capital de giro da empresa. Do montante de R\$ 401 milhões, R\$ 171 milhões representam o fornecedor SC Gás a qual possui depósitos judiciais vinculados.

Cessão de crédito fornecedores

O saldo da conta cessão de crédito de fornecedores no montante de R\$ 97,7 milhões, teve um aumento de 47% em 31 de dezembro de 2021 em comparação com 31 de dezembro de 2020 R\$ 66,4 milhões, reflexo de uma maior adesão pelos fornecedores a essa modalidade de pagamento. A Companhia realiza operações de cessão de crédito de fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, outras opções de financiamento visando à manutenção da saúde financeira da cadeia produtiva. Esse crescimento está ligado ao aumento no volume dos estoques e aumento de preços nos insumos ligados à produção.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2021, R\$ 762,4 milhões foi 4,76% superior ao saldo de R\$727,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, esta variação foi decorrente das novas captações realizadas no período, inferiores às amortizações. Em 2021 foram amortizados R\$ 488,8 milhões de dívida referente a diversas operações, tais como NCEs, FINEP, Prodec e debêntures. As captações do ano totalizaram R\$ 513,7 milhões, sendo as principais

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dívidas R\$ 300 milhões decorrente 4º emissão de debêntures e R\$ 130 milhões de NCEs, captações realizadas pela Companhia para o reperfilamento de suas dívidas.

Parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo)

O parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 33,1 milhões reduziu 25% ou R\$ 10,9 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior. A redução é decorrente dos pagamentos realizados no período.

Obrigações de arrendamento (curto e longo prazo)

O montante de R\$ 64,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 é decorrente de contratos antigos e entrada de novos contratos, redução de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução é reflexo de liquidações realizadas no período. Estas cifras referem-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia, atualmente segregados e demonstrados como arrendamentos mercantis com opção de compra e sem opção de compra

Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Em 2021 o saldo de provisões de contingências é R\$ 89 milhões, um aumento 40% referente ao mesmo período de 2020 que representava o montante de R\$ 63,6 milhões, o aumento é reflexo de novas ações decorrente contingências Cíveis e atualizações de causas já existentes, vide nota explicativa n.27.

Dividendos a pagar

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 1 milhão refere-se aos dividendos que foram distribuídos porém ainda não liquidados. A variação da conta no período de R\$ 30 milhões decorre da liquidação dos dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2020.

Contas a pagar de imobilizado (curto e longo prazo)

O saldo de contas a pagar de imobilizado no montante de R\$ 56,8 milhões em 2021, manteve estável em comparação com R\$ 57 milhões em 2020, os investimentos são decorrentes da construção da fábrica dos Estados Unidos e compra de máquinas e equipamentos para as unidades de Tijucas e Pointer.

Dívidas com pessoas ligadas (curto e longo prazo)

As dívidas com pessoas ligadas são referentes às contas a pagar com a Refinadora Catarinense S/A do processo do Polo Ativo totalizando um montante de R\$ 56 milhões em 31 de dezembro de 2021, mesmo saldo em 31 de dezembro de 2020. A Companhia possui operações comerciais com a Empresa Flooring Revestimento e AB Parking em 31 de dezembro de 2021 possui o montante de R\$ 6,1 milhões.

Outras contas a pagar

O saldo da rubrica outras aumentou em 2021 para o montante de R\$ 51,9 milhões em comparação com R\$ 30,9 milhões em 2020. Reflexo da reclassificação de outras contas a pagar do terreno da Portobello América no montante de R\$ 16,6 milhões.

Patrimônio líquido

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O patrimônio líquido da Companhia reduziu R\$ 60 milhões em 31 de dezembro de 2021, a variação é decorrente principalmente da aquisição de ações em tesouraria de R\$ 153,7 milhões e pagamento de dividendos no montante de R\$ 132,2 milhões. A Companhia teve um lucro de R\$ 216,2 milhões no período.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 326 milhões em 31 de dezembro de 2020, 19% maior que no mesmo período de 2019, este aumento é principalmente em decorrência da forte performance operacional. A melhor gestão do capital de giro, excelentes resultados de venda e a otimização de custos e despesas ajudaram a Companhia a apresentar aumento significativo na posição do caixa, comparando com o saldo de 2019, o qual está sendo destacado no tópico 4.6 deste formulário, assim como na nota 6 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020.

Contas a receber de clientes

A conta a receber de clientes apresentou aumento de 15% no período de 2020 em comparação com 2019, passando de um saldo de R\$ 252 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 289 milhões em 31 de dezembro de 2020, este acréscimo acompanhou o aumento das receitas líquidas de vendas que apresentou crescimento de 20% no período.

Estoques

O valor dos estoques em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 205 milhões e representou uma redução de 16% em relação ao mesmo período de 2019. A variação está principalmente relacionada à realização de vendas de estoques não produzidas no exercício. Este efeito se deve à maior volume de vendas, onde a companhia teve resultado superior aos indicadores do setor, principalmente no mercado interno, com crescimento de 16%, enquanto que para o mercado, pelos índices da ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de materiais de construção), não houve crescimento, mas uma redução de 0,3% no ano, e, influência de reduções de produção entre os meses de abril e junho, momento mais crítico da pandemia do COVID-19.

Tributos a recuperar (curto e longo prazo)

O valor de tributos a recuperar (curto e longo prazo) passaram de R\$ 134 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 124 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 10 milhões. Esta redução está relacionada a utilização de créditos reconhecidos em anos anteriores, principalmente créditos tributários referentes ao expurgo do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Outros (curto e longo prazo)

O valor em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 25 milhões e representou uma redução de 15% em relação ao mesmo período de 2019.

Créditos com outras pessoas ligadas

Em 2020, a Companhia e a Refinadora Catarinense S.A. formalizaram um termo de quitação referente a cessão de créditos tributários, originados do benefício fiscal intitulado crédito prêmio do IPI – Polo Ativo (vide nota 11 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dezembro de 2020) não havendo obrigações residuais a ser cumprida pela Refinadora Catarinense S.A.

Depósitos em Garantia

O montante de R\$ 87 milhões oriundos da quitação de créditos com pessoas ligadas, gerados na assinatura do termo de quitação com a Refinadora Catarinense S.A. (vide nota 13 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2020) e recebimento das garantias dadas em pagamento para os processos de execução fiscal ajuizados contra a PBG S.A.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 156 milhões, representando 3% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é decorrente da atualização e depósitos do ano, do processo pela decisão de retirada de descontos mensais do gás contratado, por parte da SC Gás. A Companhia ingressou na justiça com o pedido da manutenção do desconto e vem depositando os valores referentes a estes descontos.

Recebíveis da Eletrobrás

Os valores são referentes a ação movida contra a Eletrobrás (Centrais Elétrica Brasileira S/A) visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993 (vide nota 14 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020), não houve alteração no valor em 2020 e os saldos mantiveram estáveis R\$ 13 milhões nos três últimos períodos em questão.

Ativos Judiciais

O saldo passou de R\$ 38 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 120 milhões em 31 de dezembro de 2020, o aumento de 216% em 2019 refere-se principalmente ao reconhecimento da parcela complementar do crédito prêmio IPI – Polo Ativo detalhada no tópico 4.6 deste formulário (vide nota 16.c das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020).

Imobilizado e Intangível

Os valores de imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 581 milhões, representando 14% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior no valor de R\$ 510 milhões.

A variação é decorrente do aumento nas aquisições de máquinas e equipamentos e imobilizados em andamento que estão em linha com o plano de investimentos da Companhia. A maior parte destes investimentos foi destinada à atualização do parque fabril e a implantação de uma nova linha de produção de porcelanato de grandes formatos (lastras) na fábrica de Tijucas.

No que tange ao ativo intangível em 2020 houve um aumento de 27% referente ao ano de 2019 corresponde à inovação digital.

Ativo de arrendamento

O saldo de R\$ 71 milhões em 31 de dezembro de 2020 aumentou 21% em comparação com o valor de R\$ 59 milhões em 31 de dezembro de 2019 é decorrente da entrada de novos contratos de arrendamento de lojas, bem como atualização de valores para ativos de arrendamento da Portobello América. Está rubrica refere-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia. A Companhia aplicou o IFRS 16 / CPC 06 (R2) utilizando o método

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

retrospectivo simplificado e não reapresentou os saldos comparativos, ou seja, não apresenta saldo nesta rubrica em 2018.

Fornecedores (curto e longo prazo)

O saldo de fornecedores no curto e longo prazo no montante de R\$ 339 milhões em 31 de dezembro de 2020 aumentou 25% em comparação com o valor de R\$ 271 milhões em 31 de dezembro de 2019, essa variação positiva está ligada principalmente a estratégia da companhia de alongamento de prazos de pagamentos de alguns fornecedores, visando melhorias no capital de giro da empresa.

Cessão de crédito fornecedores

A conta cessão de crédito de fornecedores teve um aumento de 13% em 31 de dezembro de 2020 em comparação com 31 de dezembro de 2019, reflexo de uma maior adesão pelos fornecedores a essa modalidade de pagamento. A Companhia realiza operações de cessão de crédito de fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, outras opções de financiamento visando à manutenção do equilíbrio financeira da cadeia produtiva.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2020, R\$ 728 milhões foi 4% inferior ao saldo de R\$ 756 milhões em 31 de dezembro de 2019, esta variação foi decorrente das novas captações realizadas no período, inferiores às amortizações. Em 2020 foram amortizados R\$ 218 milhões de dívida referente a diversas operações, tais como NCEs, FINEP e Prodec BNB. As captações do ano totalizaram R\$ 171 milhões, sendo FINEP, linha de capital de giro, ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio) e NCE (Nota de Crédito à Exportação).

Parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo)

O parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 44 milhões reduziu 21% ou R\$ 12 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior. A redução é decorrente dos pagamentos realizados no período.

Obrigações de arrendamento (curto e longo prazo)

O montante de R\$ 73 milhões em 31 de dezembro de 2020 é decorrente entrada de novos contratos, aumento de 85% em relação ao mesmo período do ano anterior. Estas cifras referem-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia. A Companhia aplicou o IFRS 16 / CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo simplificado e não reapresentou os saldos comparativos, ou seja, não apresenta saldo nesta rubrica em 2018.

Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Em 2020 o saldo de provisões para contingências diminuiu 47% referente ao mesmo período de 2019, devido a reversão de R\$ 74 milhões, relativo a provisão para tributação do Crédito Prêmio IPI – Polo Ativo, referente a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, o qual está sendo destacado no tópico 4.6 deste formulário, assim como na nota 28 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020.

Dividendos a pagar

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O saldo da rubrica refere-se aos dividendos que foram superiores em 31 de dezembro de 2020 em comparação ao período de 2019 em decorrência do aumento do lucro do exercício a ser distribuído, e normatizados em dividendos mínimos obrigatórios.

Contas a pagar de investimentos

O saldo de contas a pagar de investimentos aumentou em 2020 para o montante de R\$ 57 milhões em comparação com R\$ 21 milhões em 2019, essa variação é decorrente ao aumento nos investimentos realizados em linha com o plano de investimentos da Companhia, principalmente investimentos para a atualização do parque fabril e a implantação de uma nova linha de produção de porcelanato de grandes formatos (lastras) no parque fabril de Tijucas.

Dívidas com pessoas ligadas (curto e longo prazo)

As dívidas com pessoas ligadas são referentes às contas a pagar com a Refinadora Catarinense S/A do processo do Polo Ativo e aumentaram R\$ 34 milhões em 2020, totalizando um montante de R\$ 56 milhões em comparação com o valor de R\$ 23 milhões em 2019, este aumento é decorrente ao reconhecimento da parcela complementar Crédito Prêmio IPI – Polo Ativo (vide nota 16.c das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020).

Outros

O saldo da rubrica Outros reduziu em 2020 para o montante de R\$ 31 milhões em comparação com R\$ 43 milhões em 2019.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou R\$ 50 milhões em 31 de dezembro de 2020, a variação é decorrente principalmente do lucro líquido do exercício no valor R\$ 128 milhões reduzidos da constituição da provisão para dividendos mínimos obrigatórios contabilizada em dividendos no passivo circulante.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Demonstração do resultado

Demonstração de Resultado	Consolidado			% da Receita			% da Variação		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	2021 x 2019	2021 x 2020	2020 x 2019
Operações continuadas									
Receita operacional líquida	1.912.127	1.331.780	1.114.269	100%	100%	100%	72%	44%	20%
Custo dos produtos vendidos	(1.085.039)	(871.338)	(751.650)	-57%	-65%	-67%	44%	25%	16%
Lucro operacional bruto	827.088	460.442	362.619	43%	35%	33%	128%	80%	27%
Receitas (despesas) operacionais líquidas									
Vendas	(421.287)	(319.148)	(306.437)	-22%	-24%	-28%	37%	32%	4%
Gerais e administrativas	(68.980)	(44.923)	(40.873)	-4%	-3%	-4%	69%	54%	10%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(48.080)	19.208	59.762	-3%	1%	5%	-180%	-350%	-68%
	(538.347)	(344.863)	(287.548)	-28%	-26%	-26%	87%	56%	20%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	288.741	115.579	75.071	15%	9%	7%	285%	150%	54%
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	24.832	22.833	15.375	1%	2%	1%	62%	9%	49%
Despesas financeiras	(89.967)	(77.962)	(91.571)	-5%	-6%	-8%	-2%	15%	-15%
Variação cambial líquida	5.903	25.115	1.084	0%	2%	0%	445%	-76%	2217%
	(59.232)	(30.014)	(75.112)	-3%	-2%	-7%	-21%	97%	-60%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	229.509	85.565	(41)	12%	6%	0%	-559878%	168%	-208795%
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	(27.996)	(21.962)	(11.286)	-1%	-2%	-1%	148%	27%	95%
Diferido	14.709	64.639	24.490	1%	5%	2%	-40%	-77%	164%
	(13.287)	42.677	13.204	-1%	3%	1%	-201%	-131%	223%
Lucro do exercício das operações continuadas	216.222	128.242	13.163	11%	10%	1%	1543%	69%	874%
Lucro líquido do exercício	216.222	128.242	13.163	11%	10%	1%	1543%	69%	874%
Lucro líquido atribuível a									
Acionistas da Companhia	216.173	128.200	13.128	11%	10%	1%	1547%	69%	877%
Participação dos não controladores	49	42	35	0%	0%	0%	40%	17%	20%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

Receita líquida de vendas

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com receita líquida de vendas de R\$ 1.912,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, um montante 44% maior em comparação com R\$ 1.331,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse crescimento é decorrente de três fatores, mix de produtos de maior valor agregado, com preços maiores, ampliação da participação do varejo e ampliação da participação dos negócios internacionais. A receita teve crescimento acima do setor de materiais de construção (em valor) cresceu nominalmente 37,9% em 2021 vs. 2020, conforme dados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT).

Custo dos produtos vendidos

Em 31 de dezembro de 2021 os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1.085 milhões, um crescimento de 25% comparado ao período anterior R\$ 871,3 milhões, o crescimento é decorrente do volume de vendas e aumento da inflação nos insumos de produção.

Lucro operacional bruto

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O lucro operacional bruto totalizou R\$ 827 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$ 460,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Um crescimento de margem em 8,7% comparado ao período anterior, os principais fatores para esse crescimento são o reajuste de preços, melhoria do mix de produtos com maior valor agregado e diluição dos custos fixos de produção.

Despesas com vendas

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas com vendas totalizaram R\$ 421,3 milhões, um aumento de 37% comparado ao valor de R\$ 319,1 milhões em 2020. Este crescimento foi em função do maior volume de vendas em 44% no período, que está ligado diretamente a despesas variáveis, sendo na maior parte relacionadas ao negócio Portobello Shop e marketing no canal revenda (*home centers*).

Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2021 as despesas gerais e administrativas aumentaram 54% totalizando R\$ 69 milhões em 2020 em comparação com R\$ 44,9 milhões em 2020. Este aumento é explicado pelas despesas com implementação da nova estrutura organizacional com foco nas Unidades de Negócios, além de fortalecimento da governança corporativa.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram uma despesa de R\$ 48,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com um ganho de R\$ 19,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$ 67,2 milhões comparado ao período anterior. Os principais fatores para o aumento das outras despesas operacionais são o aumento de provisão de participação nos lucros em 2021 no montante de R\$ 13,4 milhões, atualização e constituição de provisões de contingências no montante R\$ 14,1 milhões e no ano 2020 houve o reconhecimento do crédito do prêmio IPI e ativo judicial de cédula rural que representou receita de R\$ 27,2 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido representa um montante de despesa de R\$ 59,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma variação no montante de R\$ 29,2 milhões comparado ao período anterior. O principal fator para o crescimento foi o aumento dos juros em R\$ 15 milhões, decorrente de aumento das taxas de juros no Brasil e redução do ganho com variação cambial no montante de R\$ 19,2 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

O valor do imposto de renda e contribuição social no ano de 2021 foi uma despesa de R\$ 13,2 milhões esse montante foi impactado pelo reconhecimento do crédito de indébito tributários no montante de R\$ 26,7 milhões, comparado ao mesmo período do ano anterior teve uma variação de R\$ 55,9 milhões

O valor do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2020 foi uma receita de R\$ 43 milhões, decorrentes da exclusão dos incentivos fiscais do PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado da base de cálculo do IR/CSLL do período além da reversão para a provisão da tributação do crédito prêmio IPI – Polo Ativo.

Lucro líquido do exercício

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O lucro líquido do exercício findo em 2021 foi de R\$ 216,2 milhões, na qual houve um aumento comparado com o ano anterior no montante de R\$ 88,1 milhões, já explicado pelos fatores acima.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

Receita líquida de vendas

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com receita líquida de vendas de R\$ 1.331,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, maior em 19,5% em comparação com R\$ 1.114,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Segundo a ABRAMAT, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento apresentou decréscimo de 0,3% entre 2019 e o 2020, o que aponta para um ganho de *market share* da Companhia no setor. Segundo a ANFACER (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos) o volume de vendas de revestimentos cerâmicos (em metros quadrados) cresceu 3,6% no ano quando comparado com 2019.

O mercado interno foi responsável por 79% do total da receita líquida de vendas, totalizando R\$ 1.054,7 milhões em 2020 em comparação com R\$ 939,2 milhões em 2019, um crescimento de 12,3%. A estratégia comercial no mercado interno vem mantendo resultados consistentes e progressivos, focada em um mix de produtos mais rentáveis e com modelo de negócios com maior frequência de lançamentos.

Já as exportações, responsáveis por 21% da receita, totalizaram R\$ 277,1 milhões em 2020 em comparação com R\$ 175,1 milhões em 2019, um crescimento de 58,3% em reais e 4% em dólar. Este aumento é explicado pelo volume de vendas nos EUA, com ampliação da participação dos negócios da Portobello América e efeito da desvalorização cambial.

Custo dos produtos vendidos

Em 31 de dezembro de 2020 os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 871,3 milhões, sendo 81% ou R\$ 706 milhões no mercado interno e 19% ou R\$ 165 milhões do mercado externo. Já em 31 de dezembro de 2019 os custos dos produtos vendidos somaram R\$ 751,7 milhões sendo 83 % ou R\$ 623,9 milhões no mercado interno e 17 % ou R\$ 127,7 milhões no mercado externo. Os custos dos produtos vendidos aumentaram 15,9 % em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019 principalmente em decorrência ao maior volume de produtos vendidos, , representando R\$ 119,7 milhões de crescimento nominal.

Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto totalizou R\$ 460,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$ 362,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. A margem bruta aumentou para 34,6% em 2020 em comparação com 32,5% em 2019. Dentre os fatores responsáveis pelo aumento da Margem Bruta, destaca-se, positivamente: (i) o crescimento no volume de vendas, (ii) aumento da participação de produtos de maior valor agregado, (iii) estabilidade dos custos dos insumos energéticos, e (iv) maior diluição dos custos fixos de produção, apesar dos efeitos adversos ocasionados pela pandemia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas com vendas

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas com vendas totalizaram R\$ 319,1 milhões, um aumento de 4,1% comparado ao valor de R\$ 306,4 milhões em 2019. Este crescimento foi em função do maior volume de vendas que está ligado diretamente a despesas variáveis, sendo na maior parte relacionadas ao negócio Portobello Shop e marketing no canal revenda (*home centers*).

Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2020 as despesas gerais e administrativas aumentaram 9,9% totalizando R\$ 44,9 milhões em 2020 em comparação com R\$ 40,9 milhões em 2019. Este aumento é explicado pelas despesas com implementação da nova estrutura organizacional com foco nas Unidades de Negócios, além de fortalecimento da governança corporativa.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram um ganho de R\$ 19,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com um ganho de R\$ 59,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. O valor de 31 de dezembro de 2020 é composto principalmente pelo reconhecimento do crédito prêmio do IPI do Polo Ativo, parcela complementar R\$ 84 milhões e uma despesa relativo a obrigação de contas a pagar com a Refinadora Catarinense S.A. de R\$ 70 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 30,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com uma despesa de R\$ 75,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. A redução está relacionada à realização de variação cambial positiva, de clientes e fornecedores, pelas variações do dólar e Euro entre momento de faturamento e recebimento.

Imposto de renda e contribuição social

O valor do imposto de renda e contribuição social foi um ganho de R\$ 42,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, decorrentes da exclusão dos incentivos fiscais do PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado da base de cálculo do IR/CSLL do período além da reversão para a provisão da tributação do crédito prêmio IPI – Polo Ativo.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 2020 foi de R\$ 128,2 milhões, na qual houve um aumento comparado com o ano anterior que totalizou R\$ 13,1 milhões, já explicado pelos fatores acima.

Análise das variações dos fluxos de caixa relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	Exercício encerrado em 31 de dezembro				
	2021	Var. %	2020	Var. %	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro das operações	229.509	188,2%	85.565	-208795,1%	(41)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	288.101	32,5%	217.424	28100,7%	827
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(114.931)	35,0%	(85.133)	-10,2%	(94.835)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(309.777)	280,8%	(81.344)	-189,7%	116.762
Não recorrentes (1)	-	0,0%	-	-100,0%	170.000

(1) Evento não recorrente referente a venda do polo ativo em setembro de 2019, no valor de R\$ 170,0 milhões.

Caixa líquido das atividades operacionais

O fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 288,1 milhões em 2021, representando aumento em comparação ao período anterior que somou R\$ 210,3 milhões, principalmente em função da geração de EBITDA e investimento em capital de giro.

No ano, a posição de caixa da Companhia terminou em R\$ 189,7 milhões, uma redução de R\$ 136,6 milhões quando comparado ao mesmo período do ano de 2020. Esta redução se deve principalmente ao pagamento de dividendos, programa de recompra de ações e aos investimentos de Capex no período.

O fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020 gerado nas atividades operacionais aumentou quando comparado ao mesmo período de 2019 que totalizou R\$ 210 milhões vs R\$ 0,8 milhões. A variação dos períodos anteriores está ligada à performance operacional, gestão do capital de giro, performance de vendas, e a otimização de custos e despesas.

Caixa líquido nas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foram R\$ 114,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$ 89,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 94,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Para 2021, os aumentos nos valores investidos no período estão relacionados ao aumento nas aquisições de imobilizado em linha com o plano de investimento realizado pela Companhia, em especial CapEx da Unidade de Negócios Portobello América, na planta de Tijucas-SC, com atualização do parque fabril para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores, na planta de Marechal Deodoro-AL, para a atualização e revitalização fabril, e também para a expansão da área de vendas das lojas próprias.

Para 2020, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foram R\$89 milhões, em comparação com R\$95 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os aumentos nos valores investidos nos períodos estão relacionados ao aumento nas aquisições de imobilizado em linha com o plano de investimento realizado pela Companhia, em especial para o projeto lastras.

Caixa líquido das atividades de financiamento

O caixa líquido de investimento nas atividades de financiamento foi de R\$ 309,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com investimento de R\$ 70,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 e o valor investido nas atividades de financiamento de R\$ 116,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. As reduções nos valores gerados na variação 2021 vs. 2020, estão relacionadas ao pagamento de dividendos e recompra das ações no valor de R\$ 316,0 milhões, das captações de empréstimos e financiamentos que totalizam R\$ 513,7 milhões e das amortizações de empréstimos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

e financiamentos no valor de R\$ 507,5 milhões, em linha com a estratégia de alongamento do perfil da dívida.

Não recorrentes

As reduções nos valores gerados no período de 2019 estão relacionadas ao recebimento do evento não recorrente, de venda do Polo Ativo, no total de R\$170 milhões.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia atua no segmento de revestimentos cerâmicos e é responsável pela fabricação e venda dos produtos que compõem seu portfólio, entre eles: porcelanatos, mosaicos para fachadas, peças especiais e revestimentos para paredes, mobiliários cerâmicos. Além disso, com o objetivo de gerar comodidade ao cliente, a Portobello Shop revende produtos de parceiros em louças e metais. Estes são os produtos que buscam materializar o design, a inovação e o pioneirismo da marca Portobello e suas subsidiárias no Brasil e no mundo.

As atividades da Companhia são divididas em dois segmentos operacionais, sendo eles representados por Mercado interno (Brasil) e Mercado Externo (Exportação), e as unidades de negócio. Essa segregação é feita com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Estatutária, onde é efetuada análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua.

De acordo com a reestruturação organizacional, promovida a partir do final do ano de 2020, a Companhia iniciou a migração e implementação para o modelo de unidades de negócios, dividido em quatro estruturas, conforme especificado a seguir e passou a divulgar a informação por segmento incluindo mercado externo e interno e uma abordagem por unidade de negócios:

- Portobello – É a marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimento para pessoas e empresas e que buscam a viabilização de projetos e sonhos, com originalidade e qualidade. Em 2021, a unidade de negócios Portobello representou 47,3% das receitas, com margem bruta de 44,3%, atuando nos canais exportação, revendas multimarcas e engenharia.
- Portobello Shop - Rede de varejo, especializada em revestimentos cerâmicos e complementos, que oferece uma experiência de compra diferenciada, na loja e nos ambientes digitais, para profissionais de arquitetura e seus clientes. Em 2021, a unidade de negócios Portobello Shop representou 33,1% das receitas com margem bruta de 45,5%.
- Pointer - Marca conectada, que produz e distribui revestimentos para pessoas que buscam soluções com design, qualidade e preço competitivo. Em 2021, a unidade de negócios Pointer representou 14,1% das receitas com margem bruta de 40,0%.
- Portobello America (PBA): Marca com *know how* Portobello e DNA americano, que cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento. Em 2021, a unidade de negócios Portobello America representou 9,2% das receitas com margem bruta de 18,2%.

A composição da receita líquida de vendas (R\$ mil) e lucro bruto e resultado operacional antes do resultado financeiro nos 3 últimos anos foi a seguinte:

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

	2021		2020		2019	
	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL
Mercado interno	1.510.218	79%	1.054.714	79%	939.218	84%
Mercado externo	401.909	21%	277.067	21%	175.051	16%
	<u>1.912.127</u>		<u>1.331.780</u>		<u>1.114.269</u>	

Em 31 de dezembro de 2021						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita líquida (R\$ mil)	1.912.127	(70.333)	904.665	269.776	632.585	175.434
% ROL	100,0%	-3,7%	47,3%	14,1%	33,1%	9,2%
Em 31 de dezembro de 2020						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita líquida (R\$ mil)	1.331.780	(47.328)	682.049	185.850	393.724	117.485
% ROL	100,0%	-3,6%	51,2%	14,0%	29,6%	8,8%
Em 31 de dezembro de 2019						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita líquida (R\$ mil)	1.114.269	(32.262)	598.047	141.877	343.428	63.179
% ROL	100,0%	-2,9%	53,7%	12,7%	30,8%	5,7%

*Eliminações entre negócios

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Estão descritos abaixo alguns fatores que influenciaram os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios:

A Receita Líquida no ano de 2021, totalizou R\$ 1,9 bilhão, com crescimento de 43,6% vs. 2020. No 4T21 atingiu R\$ 521,0 milhões, mantendo o patamar acima de R\$ 500 milhões, atingido no 3T21 pela primeira vez na história do Grupo. No mercado interno, a Receita Líquida cresceu, em 2021, 41,9% vs. 2020. Segundo a ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), o faturamento do mercado de materiais de construção em 2021 apresentou crescimento nominal de 33,7% em comparação ao ano passado, o que demonstra forte crescimento das operações em comparação com o mercado interno e evolução consistente de market share.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

A Receita Líquida do mercado externo, para o ano de 2021, atingiu crescimento de 50,0% vs. 2020 (47,0% em Dólares). Este crescimento ocorreu em função da expansão da distribuição e aumento do ticket médio nos Estados Unidos, aumento do volume vendido pela Unidade de Negócios Portobello América, assim como da maior atuação internacional das Unidades de Negócios Portobello e Pointer.

A Margem Bruta Ajustada e Recorrente continuou apresentando performance positiva, atingindo 43,3% no ano, com melhoria de 6,6 p.p. vs. 2020, devido principalmente aos aumentos de preços, ao melhor mix de produtos e às iniciativas de produtividade/eficiência de custos e ganhos de escala.

O EBITDA Ajustado e Recorrente atingiu R\$ 365,4 milhões em 2021, com Margem EBITDA Ajustada e Recorrente de 19,1% e incremento de 6,0 p.p. vs. 2020, em função da progressão na Margem Bruta Ajustada e Recorrente de 6,6 p.p., e da redução das Despesas Operacionais Ajustadas de 0,2 p.p. vs. 2020 na relação com a Receita Líquida, devido a ganho de escala.

Para o ano de 2020, a Receita Líquida somou R\$ 1,3 bilhão em 2020, 19,5% superior a 2019. Os resultados foram positivamente impactados tanto no mercado interno como no mercado externo. No mercado interno, a Receita Líquida cresceu expressivos 31,2% no 4T20 vs. 4T19, e 15,7% em 2020 vs. 2109, índices bem superiores ao crescimento do mercado, de 14,1% no 4T20 e de -0,3% no ano, respectivamente, segundo dados da ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção). Tal desempenho garantiu ganhos relevantes de market share, como resultado do consistente trabalho da estrutura de vendas e da qualificação do mix, especialmente em grandes formatos e diferenciação por meio da inovação. Já o mercado externo também apresentou um bom desempenho de Receita Líquida no quarto trimestre, com crescimento em dólares de 10,9% vs. 4T19 e de 4,1% no ano, em função do aumento do volume de vendas, já que a participação da distribuição, através da unidade de negócios Portobello América nos Estados Unidos, cresceu significativamente. Esse desempenho, somado à desvalorização cambial média do período da ordem de 30,5%, levou a uma expansão do mercado externo em reais de 42,1% vs. 4T19 e de 35,9% em relação a 2019.

O desempenho de vendas, aliando qualificação do mix de produtos com melhor rentabilidade, os aumentos de preços, e os ganhos de produtividade e eficiência de custos, levaram a Margem Bruta Ajustada e Recorrente a atingir 39,3% no 4T20 e 36,7% no ano, com incremento de 6,6 p.p. vs. 4T19 e 4,2 p.p. vs. 2019. A progressão da Margem Bruta combinada com a otimização de Despesas Operacionais, que reduziram 2,5 p.p. vs. 4T19 e 1,8 p.p. no ano vs. 2019, levaram o EBITDA Ajustado e Recorrente da Companhia a atingir R\$ 74,7 milhões no 4T20 e R\$ 174,5 milhões no ano, com incremento de Margem EBITDA de 8,6 p.p vs. 4T19, enquanto no ano houve aumento na Margem EBITDA de 6,3 p.p vs. 2019.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Receita Líquida do mercado externo, para o ano de 2021, atingiu crescimento de 50,0% vs. 2020 (47,0% em Dólares). Este crescimento ocorreu em função da expansão da distribuição e aumento do ticket médio nos Estados Unidos, aumento do volume vendido pela Unidade de Negócios Portobello América, assim como da maior atuação internacional das Unidades de Negócios Portobello e Pointer.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

No mercado externo, a Receita Líquida cresceu 42,1% em Reais e 10,9% em Dólares no 4T20 vs. 4T19. Este aumento é explicado pelo volume de vendas nos EUA, com ampliação da participação dos negócios da Portobello América. No ano de 2020, a Receita Líquida teve acréscimo de 35,9% em Reais e 4,1% em Dólares vs. 2019, devido ao aumento do volume de vendas da Portobello América e efeito da desvalorização cambial.

As receitas de exportações são impactadas basicamente pelas oscilações do câmbio. Em 2019, a receita diminuiu 6% em relação a 2018, devido à crise na Argentina o qual representa atualmente 20% (27% em 2018 e 26% em 2018) das exportações da Companhia com um montante representativo a R\$ 35,7 milhões (R\$ 49,5 milhões em 2018 e R\$ 46,9 milhões em 2017).

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de design têm um grande peso, a renovação do portfólio é constante, e os esforços em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos estão diretamente atrelados à demanda constante por inovação. Neste caso, as receitas são impactadas pela introdução de novos produtos.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

No ano de 2021, a companhia atingiu uma margem bruta ajustada recorrente de 43,3%, com incremento de 6,6 p.p. vs. 2020. Este crescimento se deve principalmente aos aumentos de preços impulsionados pelas pressões de custos, aliado ao melhor mix de produtos, e as iniciativas de produtividade/eficiência de custos e ganhos de escala.

O investimento em Capital de Giro no 4T21 foi de R\$ 270,4 milhões, aumento de R\$ 75,1 milhões vs. 4T20, com aumento no volume dos negócios sendo minimizado pela redução de 10 dias no Ciclo de Conversão de Caixa, atingindo 32 dias no 4T21 vs. 42 dias no 4T20. Essa redução ocorreu em função da melhoria na gestão da carteira de recebíveis e das iniciativas de alongamento de prazos de fornecedores.

A Companhia encerrou o ano de 2021 com endividamento líquido de R\$ 576,9 milhões com relação entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado e Recorrente de 1,6 vezes. A redução da alavancagem de 0,7 vezes em comparação ao 2020 ocorreu em função do aumento consistente do EBITDA Ajustado e Recorrente combinado com a melhoria no Ciclo de Conversão de Caixa

No decorrer dos anos, a Companhia vem sendo impactada pelos aumentos no custo dos insumos energéticos, o que vem gerando reduções nas margens brutas, compensadas no último exercício pelo repasse de preços e melhora no mix de produção e vendas. A Companhia concentrou os esforços na redução de custos com melhorias que proporcionam ganhos de produtividade e na expansão dos novos negócios. Segue qualificando o mix de produtos com o aumento das vendas de grandes formatos, sendo uma das principais estratégias para mitigar os aumentos dos custos.

A Companhia também tem sofrido pressões inflacionárias nos custos e insumos, principalmente para a mão de obra, que são constantemente compensados pelos esforços em busca de ganhos de produtividade, custos com transportes e custos de insumos decorrentes dos itens importados. Para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos, a Companhia tem adotado como estratégia manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Também visando manter a rentabilidade, para proteção da receita em dólar, a companhia adotou a aplicação do *Hedge Accounting*, classificados como *hedge* de fluxo de caixa, a partir de julho de 2021, com instrumentos eleitos para proteger receitas futuras, conforme nota explicativa 7 b.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

	Em reais					
	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber	60.407	42.935	55.350	123.330	60.211	62.464
Conta corrente	4.516	1.502	241	21.717	21.912	241
Créditos com controladas	111.796	45.308	90.338	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	(57.643)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(16.717)	(15.332)	(18.539)	(34.111)	(37.845)	(21.135)
Contas a pagar, de investimentos	(23.980)	(45.210)	(16.976)	(41.590)	(45.210)	(16.976)
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	(4.734)	(4.736)
Empréstimos e financiamentos	(21.280)	(49.123)	(51.813)	(21.280)	(49.123)	(51.813)
(-) Operação Swap	3.790	14.117	16.433	3.790	14.117	16.433
Passivos líquidos expostos	118.532	(5.803)	17.391	51.856	(40.672)	(15.522)

		Em moeda estrangeira					
		Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber	euro	264	197	283	264	197	317
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	euro	(5.214)	(8.083)	(6.499)	(5.214)	(8.083)	(541)
		<u>(4.950)</u>	<u>(7.886)</u>	<u>(6.216)</u>	<u>(4.950)</u>	<u>(7.886)</u>	<u>(224)</u>
Contas a receber	dolar	10.526	8.020	13.373	21.801	11.344	60
Conta corrente	dolar	809	288	60	3.892	4.215	15.138
Créditos com controladas	dolar	20.033	8.718	22.413	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	-	-	(14.301)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	dolar	(1.389)	(1.730)	(1.504)	(7.662)	(6.062)	(3.333)
Obrigações de arrendamento	dolar	-	-	-	-	(911)	-
Empréstimos e financiamentos	dolar	(3.134)	(6.736)	(8.788)	(3.134)	(6.736)	(8.778)
(-) Operação Swap	dolar	-	-	-	-	-	-
		<u>26.845</u>	<u>8.560</u>	<u>(1.264)</u>	<u>14.897</u>	<u>1.850</u>	<u>3.087</u>

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva, esta que efetua sua análise do negócio segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional bruto.

Em R\$ mil

	Em 31 de dezembro de 2021			Em 31 de dezembro de 2020		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	1.510.218	401.909	1.912.127	1.054.714	277.066	1.331.780
Custo dos produtos vendidos	(811.996)	(273.043)	(1.085.039)	(706.422)	(164.917)	(871.339)
Lucro operacional bruto	698.222	128.866	827.088	348.292	112.149	460.441

A partir de 2020, além da abertura de segmento operacional entre doméstico e exportação para análise, a Companhia passa também a demonstrar o resultado por unidade de negócio, da seguinte forma:

Em R\$ mil

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

	Em 31 de dezembro de 2020					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	1.331.780	(47.328)	682.049	185.850	393.724	117.485
Custo dos produtos vendidos	(871.338)	21.375	(429.292)	(128.610)	(245.885)	(88.926)
Lucro operacional bruto	460.442	(25.953)	252.757	57.240	147.839	28.559
*Eliminações entre negócios						
	Em 31 de dezembro de 2021					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	1.912.127	(70.333)	904.665	269.776	632.585	175.434
Custo dos produtos vendidos	(1.085.039)	68.555	(503.685)	(161.792)	(344.669)	(143.448)
Lucro operacional bruto	827.088	(1.778)	400.980	107.984	287.916	31.986
*Eliminações entre negócios						

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c) Eventos ou operações não usuais

Ainda no primeiro trimestre de 2020, foi reconhecido a parcela complementar do Polo ativo como ativo judicial de R\$ 75,1 milhões. Concomitantemente, no passivo não circulante, na rubrica de "Dívidas com pessoas ligadas" foi constituído o valor de R\$ 56,3 milhões referente ao montante a ser pago a Refinadora Catarinense. Adicionalmente, foram registrados no passivo não circulante R\$ 1,7 milhões referentes a PIS e COFINS, R\$ 3,4 milhões referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados nas respectivas contas de impostos diferidos, sendo passivo não circulante e resultado. Também foi provisionado o valor de honorários de sucesso. O valor líquido que coube à Companhia foi R\$ 4,2 milhões, que foi quitado em outubro de 2020.

No primeiro trimestre de 2020, por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o processo, por envolver unicamente a Companhia e Banco do Brasil S.A. e revendo decisão anterior do STJ, determinou que o processo, por competência em razão da matéria, deverá tramitar na Justiça Estadual, numa das Varas Cíveis da Cidade de Tijucas/SC. O valor do crédito executado é de R\$ 14,3 milhões, o qual se encontra em conformidade com a decisão proferida no RESP Nº 1.319.232 – DF (Sociedade Rural Brasileira Rural x Banco Central do Brasil – BACEN e Outros).

A pandemia do COVID-19, que iniciou na China no início de 2020 e se espalhou pelo mundo, atingiu mais de 200 países e territórios. E a partir da segunda quinzena de março de 2020, a Companhia se adequou à nova realidade, fortalecendo o comprometimento com seus funcionários, clientes, continuidade de suas operações, e manutenção da estratégia.

Com objetivo de centralizar e alinhar as tomadas de decisões no enfrentamento à pandemia, foi criado um Comitê de Gestão de Crise. A partir disso, a Companhia implementou ações, como a proteção aos colaboradores e clientes, com o foco na redução do risco de transmissão da doença. Para tal, foi implantado o modelo de home office, o afastamento dos colaboradores que fazem parte dos grupos de risco, a redução de jornada de trabalho, antecipação de férias e, ainda, o reforço às

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

ações de desinfecção em ambientes de lojas, administrativo e centro de distribuição. O segundo ponto foi a proteção às operações, com adequação com a suspensão de parte da produção das plantas de Tijucas-SC, Marechal Deodoro-AL e gestão dos estoques. O foco na ocasião foi na gestão do caixa, especialmente em contenção de gastos e investimentos, renegociação de contratos de financiamento, postergação de prazo dos principais clientes e fornecedores e redução de dispêndios no curto prazo, além de adesão a programas governamentais para a preservação dos empregos.

Nos desdobramentos ainda imprevisíveis sobre a recuperação econômica no segundo semestre, a Companhia aproveitou possíveis oportunidades a curto prazo, como taxas de juros baixas, maiores números de lançamentos imobiliários, aumento das atividades de reformas e investimentos na compra de novas residências para alavancar sua performance nas vendas. Ao final de julho de 2020, já havíamos retomado a utilização da capacidade total de produção nas duas plantas da Companhia.

No terceiro trimestre de 2020, a PBG S.A. assinou um “Termo de Entendimento e Quitação de Obrigações” com a Refinadora Catarinense S.A., referente a quitação da dívida da Refinadora com a PBG, no montante de R\$ 102,0 milhões. No aludido Termo, ajustaram as partes que a Refinadora dará em pagamento os numerários transferidos, no montante de R\$ 89,5 milhões, para os processos de execução fiscal ajuizados em face da PBG S.A. Com o pagamento antecipado da obrigação, a Refinadora terá o direito contratual de reconhecer um deságio de 20% das prestações a vencer, totalizando R\$ 8,3 milhões ajustaram ainda, que a Refinadora pagou à Companhia o valor de R\$ 4,2 milhões em 31 de outubro de 2020, totalizando, portanto, o valor da sua obrigação com a PBG S.A., no valor de R\$ 102,0 milhões.

A Companhia registrou o valor de R\$ 89,5 milhões em uma conta de depósitos em garantia, classificada no ativo não circulante, pois apesar de a Administração ter a expectativa de recebimento deste valor dentro dos próximos meses, ainda não há data definida para a sua realização. Em outubro de 2020, houve uma baixa de um depósito no valor de R\$ 2,1 milhões referente ao Cartão Expertise, resultando no valor de R\$ 87,4 milhões em dezembro de 2020 e R\$ 89,7 milhões em dezembro de 2021 devido atualização financeira destes depósitos.

No exercício de 2021, a Companhia resgatou R\$ (257) e reconheceu atualização financeira de R\$ 2,6 milhões, resultando no saldo de R\$ 89,7 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2021.

Em janeiro de 2022, a Companhia obteve decisão favorável para o levantamento de R\$ 45,9 milhões depositados em duas execuções fiscais, estando o levantamento condicionado à apresentação de garantia em substituição. A Companhia já apresentou as apólices de seguro garantia e aguarda a emissão dos alvarás para levantamento dos valores.

A Companhia obteve êxito para o levantamento de R\$ (15,2) milhões em duas outras execuções fiscais, cujos valores foram devidamente creditados na conta corrente da Companhia em março de 2022 e reconheceu atualização financeira de R\$ 1,5 milhões, resultando no saldo de R\$ 76, 0 milhões apresentado em 31 de março de 2022.

No terceiro trimestre de 2020, por meio da aprovação do Conselho de Administração e contrato entre as partes, foi aprovado o aumento de capital da Controlada Portobello America Inc., no valor de R\$ 112,0 milhões, por meio das contas a receber entre a Controladora e a Controlada, no período de 2008 a 2011. Cabe ressaltar que, com a integralização de capital, a Companhia não apresenta mais

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a provisão para perda em investimentos, sendo seus valores contabilizados na conta de investimentos no ativo não circulante.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

IFRS 16 – CPC 06 (R2) Arrendamentos

Em 2019, houve a Implementação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 que alterou o modelo de contabilização ao exigir dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso.

Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado. Antes de sua adoção, os arrendamentos eram classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário, e todos os demais arrendamentos eram classificados pela Companhia como “operacional”

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

O ICPC 22 / IFRIC 23 foi aprovado em 21 de dezembro de 2018 e vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Ele esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do IAS 12/CPC 32.

Em 2020 e 2021 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

IFRS 16 – CPC 06 (R2) Arrendamentos

O principal impacto nas demonstrações financeiras consolidadas foi em 1º de janeiro de 2019, com a implementação da mudança na contabilização, está relacionado às operações com arrendamento dos centros de distribuição, as lojas próprias e veículos, com valor estimado de R\$ 4,8 milhões.

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Na avaliação da administração da Companhia a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa, uma vez que os principais tratamentos.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas mencionadas no parecer do auditor.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Administração entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas, ou julgamentos críticos considerando situações que, algumas vezes, envolvem cálculos que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro. A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais de cada exercício.

Estimativas

a) Revisão da vida útil remanescente

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perdas nos estoques

A provisão para potenciais perdas de estoque é constituída quando, com base no histórico e troca de coleções, itens são definidos como descontinuados, possuem baixo giro ou quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Tratamento fiscais incertos e contingências relacionadas

A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ e CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que as posições fiscais adotadas em discussão serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite superior a 50,0%). Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

f) Taxa Incremental sobre empréstimo do arrendatário

A Companhia não teve condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

g) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobras embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº 22. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50,0% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

c) Auto de infração

Em 2014 e 2016, a Companhia foi notificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos calendário de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e o processo administrativo encontra-se aguardando julgamento dos Recursos Especiais.

d) Ativos fiscais

As estimativas e as premissas contábeis nos ativos fiscais na Companhia são relevantes e as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas e seus julgamentos:

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- Ativos tributários (nota explicativa nº 15) - Os julgamentos críticos utilizados pela Companhia para o registro do ativo tributário é quando o processo não cabe mais recurso e quando sua realização é praticamente certa, então deixa de ser um ativo contingente e o seu reconhecimento passa a ser devido.
- Ativo contingente (nota explicativa nº 16) - A Companhia adota a não contabilização deste ativo, uma vez que pode se tratar de um ativo que nunca venha a ser realizado, cujo ganho, apesar de provável, ainda não seja praticamente certo. A posição da Companhia está alinhada com as práticas contábeis, que indicam que o ativo contingente somente deve ser divulgado em nota explicativa.

e) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de galpões, lojas de varejo e equipamentos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Conforme mencionado no item 10.4 a Companhia adotou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva com o efeito cumulativo, reconhecida na data da aplicação inicial. Dessa forma, certos contratos de arrendamento operacional que não eram reconhecidos no balanço, passaram a ser classificados como arrendamento sob a nova norma contábil e foram reconhecidos no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 50 contratos de locação de arrendamento para suas unidades comerciais (43 em 31 de dezembro de 2020). Este ativo é composto pelos aluguéis das lojas e os centros de distribuições. Os contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data. Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa. Para mais informações sobre contratos de arrendamento, ver o item 10.4 deste Formulário de Referência.

ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado somam o montante de R\$ 9,3 milhões correspondentes a modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

iv) Contratos de construção não terminada

Não aplicável.

v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em julho de 2019, a Companhia contratou uma linha de financiamento adquirida junto ao Banco do Nordeste no valor de R\$ 31,0 milhões, que serviu para o investimento no parque fabril na cidade de Marechal Deodoro no estado de Alagoas. Desse montante, R\$ 7,0 milhões foram desembolsados em 2019, R\$ 9,0 milhões em 2020 e R\$ 15,0 milhões estão disponíveis para desembolsos futuros, com utilização de R\$ 7,7 milhões prevista para maio de 2022.

Adicionalmente, em dezembro de 2019 foi firmado um FINEP no montante de R\$ 67,0 milhões, com a finalidade de investimento em projetos fabris na planta de Tijucas, sendo R\$ 25,0 milhões desembolsados em 2019, R\$ 33,0 milhões desembolsados em 2020 e R\$ 8,7 milhões desembolsados em 2021. Outro contrato, também na modalidade FINEP, firmado em dezembro de 2019, no valor de R\$ 98,0 milhões, teve desembolsada a quantia de R\$ 64,0 milhões em novembro de 2020, e R\$ 34,0 milhões em dezembro de 2021.

No final de 2020, mais uma linha de crédito para exportação – Nexport Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi aprovada e estava à disposição da Companhia, no valor de

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

R\$ 16,0 milhões, este que foi desembolsado por completo em fevereiro de 2021 e liquidado em janeiro de 2022.

Em agosto de 2021, foi aprovado pelo BNDES a linha de financiamento Cadeias Produtivas que irá beneficiar os franqueados Portobello Shop. A PBG será empresa âncora que repassa os recursos obtidos junto ao BNDES para as empresas ancoradas, nas mesmas condições e sem receber contrapartidas financeiras por esta intermediação, promovendo o fortalecimento da base produtiva nacional e a manutenção do emprego e renda ao longo da cadeia. O valor aprovado é de R\$ 20,0 milhões, previsto para 2022.

Considerando a totalidade dos contratos firmados pela Companhia em anos anteriores até o final de 2021, cujo montante foi de R\$ 992,8 milhões, 96,5% (R\$ 957,8 milhões) havia sido desembolsado até 31 de dezembro de 2021, restando um limite a desembolsar de R\$ 35,0 milhões (3,5%),

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos que não constam nos demonstrativos financeiros.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável pois não existem outros itens relevantes que não tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável pois não existem outros itens relevantes que não tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável pois não existem outros itens relevantes que não tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios
a) **Investimentos, incluindo:****i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Abaixo descreveremos os investimentos realizados pela Companhia durante o ano de 2021:

A Companhia realizou investimentos no montante de R\$ 114,8 milhões, sendo:

- 1) R\$ 96,6 milhões em ativo imobilizado, sendo 51% destinados à planta de Tijuca, 40% para a construção da fábrica dos EUA, 4,4% para as lojas próprias, e o restante dividido entre projetos comerciais e corporativos
- 2) R\$ 18,2 milhões em ativo intangível, destinados principalmente no projeto Transformação, que visa otimizar e implementar melhorias digitais na área comercial.

Nos próximos anos, o principal investimento previsto para a Companhia refere-se à construção da fábrica no EUA.

A Portobello America Manufacturing, LLC – Foi constituída como uma subsidiária da Portobello América e sua criação com o objetivo da construção da fábrica nos Estados Unidos. A Companhia prevê o início das obras para a fábrica da Portobello América no segundo semestre de 2021. Neste sentido, a operação de distribuição nos Estados Unidos continuará sendo ampliada, com centros de distribuição na Flórida e Tennessee. Em 2021, a construção da fábrica nos EUA teve o investimento no montante de R\$ 39 milhões referentes a projeto arquitetônico, terraplanagem do terreno e fundação da fábrica. A área do projeto de 370 mil metros quadrados (em torno de 92 hectares) está localizada no lado sul da rodovia Interstate 40, dentro dos limites da cidade de Baxter, no Tennessee. A Companhia estima concluir a construção no final de 2022, com início da produção para abril de 2023.

Conforme o orçamento de capital para constituição da Reserva de Lucros para Expansão, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2021, foram destinados R\$ 92,9 milhões para 2021 e R\$ 215,7 milhões para o plano de investimentos de 2022, conforme previsto no artigo 196 da lei nº 6.404/76.

10.8 - Plano de Negócios

Em 2022, os investimentos serão destinados aos novos negócios e expansão da Companhia. As fontes dos fluxos de desembolsos financeiros para os investimentos serão a retenção de lucros do exercício de 2020 proposta e a geração de caixa das operações, conforme descrito no item II, abaixo.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos serão financiados pela estrutura de capital corrente da Companhia, ponderando capital próprio e de terceiros. A contratação de capital de terceiros utiliza-se, preferencialmente, de linhas de longo prazo, considerando as condições de mercado do momento.

Dentre as fontes de financiamento da Companhia, podemos destacar que a mesma se utiliza dos recursos provenientes do FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; Nota de Crédito à Exportação – NCE; FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos; Capital de Giro Pré-Fixado e Pós-fixado; e ACC - Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio.

Conforme aprovado no orçamento de capital, fontes de financiamentos para os investimentos serão provenientes de Retenções de Lucros com R\$ 124,6 milhões e R\$ 184,1 milhões de fluxo operacionais líquidos de desembolsos previstos nas operações .

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica para 2021, dado que o último caso dessa natureza ocorreu em 2019, a Companhia realizou a aquisição do terreno para a construção da fábrica nos Estados Unidos da América na cidade de Baxter, estado do Tennessee, bem como recebeu pacote de incentivos para que a Companhia venha instalar, uma operação de distribuição e produção neste local.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia conta com ciclo de inovação formada por grupo multidisciplinar de profissionais que além das pesquisas, interage com os principais profissionais do mercado, realiza clínicas de produto e coordena viagens de estudo para os principais eventos do segmento.

Um item voltado às pesquisas que merece destaque está ligado ao Projeto Lastras, este projeto é um passo importante na evolução da Companhia e faz parte da estratégia que visa oferecer soluções completas aos clientes, inclusive substituindo a utilização de mármore natural por porcelanato esmaltado com peças de grandes dimensões (lastras).

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10.8 Plano de Negócios A Companhia realizou investimentos de R\$ 14,9 milhões, com destaque para ao aumento da sua capacidade produtiva com a implantação de nova linha de produção de porcelanato esmaltado, que faz parte do Projeto Lastras. [Projetos Lastras Industrial – Financeiro]

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Construção da fábrica nos EUA, conforme descrito no item i.

c) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O montante total gasto está descrito acima, no item ii.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Todos os fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho da Companhia foram comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que não foram divulgadas projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia e de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que não foram divulgadas projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia e de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, e por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros. O mandato dos membros do Conselho de Administração será de um ano e a Diretoria será de dois anos, podendo ser reeleitos.

A Companhia possui um Conselho Fiscal que funciona em caráter permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração

Atualmente, o Conselho de Administração está composto por 7 (sete) membros, com a seguinte competência:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia, nos termos do Artigo 31, Parágrafos 1º e 2º, deste Estatuto Social (o "Plano Anual de Investimentos");
- (iii) eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto Social;
- (iv) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- (v) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e dos comitês de assessoramento da Companhia, conforme o disposto nos Artigos 15 e 25 deste Estatuto Social, cuja atribuição poderá ser delegada ao Diretor Presidente;
- (vi) fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios (benefícios indiretos, participação nos lucros e/ou nas vendas) dos administradores e dos funcionários de escalão superior (assim entendidos os gerentes ou ocupantes de cargos de gestão equivalentes) da Companhia ou de suas subsidiárias;
- (vii) atribuir aos administradores da Companhia sua parcela de participação nos lucros apurados, conforme determinado pela Assembleia Geral, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 37;
- (viii) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (ix) analisar e discutir os relatórios periódicos, de modo a identificar o grau de cumprimento das metas e objetivos fixados;

- (x) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;

- (xi) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;

- (xii) propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;

- (xiii) escolher e destituir auditores independentes;

- (xiv) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;

- (xv) deliberar, a partir de proposta formulada pela Diretoria e *ad referendum* da Assembleia Geral, os dividendos ou juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas, inclusive os intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos do Artigo 37 deste Estatuto Social;

- (xvi) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais disposições legais aplicáveis;

- (xvii) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;

- (xviii) aprovar a criação e extinção de subsidiária e controladas no País ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;

- (xix) deliberar, por proposta da Diretoria, sobre aprovar a alienação de bens imóveis, a prestação pela Companhia de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia ou subsidiária desta, bem como a concessão de garantia em favor de subsidiária da Companhia, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos; O valor atualizado para abril de 2022 representa R\$ 21.877.315,00 (vinte e um milhões, oitocentos e setenta e sete mil trezentos e quinze reais);

- (xx) deliberar, por proposta da Diretoria, sobre contratos de empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, quando em valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

milhões de reais), exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos; O valor atualizado para abril de 2022 representa R\$ 43.754.630,00 (quarenta e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e trinta reais)

(xxi) deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando suas características, podendo deixar de conceder direito de preferência aos acionistas ou reduzir o prazo para seu exercício, nos casos previstos no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

(xxii) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão, incluindo sobre as matérias previstas nos incisos VI, VII e VIII do Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;

(xxiii) deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) e de outros títulos de dívida para distribuição pública ou privada no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(xxiv) realização de operações e negócios de qualquer natureza com o acionista controlador, suas sociedades controladas, coligadas ou detidas, direta ou indiretamente, nos termos da regulamentação aplicável, que não estejam previstas no Plano Anual de Investimentos aprovado, bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza envolvendo qualquer administrador da Companhia;

(xxv) deliberar sobre a abertura ou encerramento de fábricas e unidades industriais, assim como escritórios, depósitos, agências e outras dependências ou estabelecimentos fora do Brasil;

(xxvi) dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto Social;

(xxvii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenham por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo:

- a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez;
- b) as repercussões da oferta pública da aquisição de ações sobre os interesses da Companhia;
- c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia;
- d) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e
- e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração está implementando o regimento interno próprio.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria não estatutário, que possui Regimento Interno, constituído na RCA de 16 de março de 2022, segue os requisitos do Regulamento do Novo Mercado, e tem como atribuições, de acordo artigo 3 do Regimento Interno:

ATRIBUIÇÕES

3.1. O Comitê de Auditoria tem as seguintes atribuições:

- 1) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- 2) acompanhar as atividades: (a) dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência, a qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (b) da área de controles internos da Companhia; e (d) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- 3) supervisionar a área de auditoria interna da Companhia;
- 4) avaliar e monitorar a qualidade e integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; (b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, inclusive Notas Explicativas, relatórios da Administração e parecer dos Auditores Independentes; e (c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- 5) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia nas suas diversas atividades;
- 6) avaliar e monitorar, juntamente com a Administração da Companhia e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- 7) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de:
 - (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e
 - (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
- 8) acompanhar as denúncias recebidas pelo canal de Denúncias e o cumprimento do Código de Ética e Conduta;
- 9) acompanhar as atividades relacionadas ao “*Compliance*”.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Com a estruturação do Comitê de Auditoria será incorporado ao escopo desse comitê a avaliação dos trabalhos da auditoria independente que reportará ao Conselho de Administração

Comitê de Gestão Estratégica da Companhia

Em 12 de novembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a instalação do Comitê de Gestão Estratégica da Companhia, formado por cinco membros, sendo o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva Estatutária. O escopo de atuação desse comitê compreende:

- Formulação da estratégia de cada unidade de negócio & acompanhamento de resultados;
- Gestão de Branding;
- Desenvolvimento do modelo de gestão e governança;
- Desenvolver a estratégia da evolução Digital;
- Desenvolvimento de Parcerias estratégicas;
- Desenvolver e a estratégia de Mercado de Capitais;
- Acompanhamento dos investimentos estratégicos;
- Desempenhar o papel do comitê de Pessoas;
- Desempenhar o papel do comitê do Varejo;
- Desempenhar o papel do comitê de Internacionalização.

b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria Executiva estatutária é composta por 3 membros. A Diretoria Executiva ainda não possui um regimento interno aprovado. As principais atribuições e poderes individuais da Diretoria Executiva, são os seguintes:

- A administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do presente estatuto quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.
- Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- Responsabilizar-se pela gestão dos negócios da Companhia, em todos os seus aspectos e pelos resultados de suas operações;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- Submeter à apreciação do Conselho de Administração deliberação sobre a criação e extinção de subsidiárias e controladas no país ou no exterior, bem como sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no país ou no exterior;
- Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- Aprovar a alienação de bens imóveis, observado no disposto no Artigo 19 do Estatuto Social;
- Aprovar a instalação ou encerramento de filiais, depósitos, agências, escritórios e outras dependências no país;
- Elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia;
- Praticar todos os atos necessários à execução do Plano Anual de Investimentos da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social;
- Definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- Elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- Aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- Submeter ao Conselho de Administração o Manual de Organização da Companhia e respectivas propostas de atualização;
- Propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia; e
- Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação da Diretoria na execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iii) promover estudos para melhoria da organização da Companhia; (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; (vi) atribuir, quando expressamente delegado, os honorários mensais a cada um dos membros da Diretoria.

- Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- Responsabilizar-se pela gestão dos negócios da Companhia, em todos os seus aspectos e pelos resultados de suas operações;
- Submeter à apreciação do Conselho de Administração deliberação sobre a criação e extinção de subsidiárias e controladas no país ou no exterior, bem como sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no país ou no exterior;
- Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- Aprovar a alienação de bens imóveis, observado no disposto no Artigo 19 do Estatuto Social;
- Aprovar a instalação ou encerramento de filiais, depósitos, agências, escritórios e outras dependências no país;
- Elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia;
- Praticar todos os atos necessários à execução do Plano Anual de Investimentos da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social;
- Definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- Elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- Aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- Submeter ao Conselho de Administração o Manual de Organização da Companhia e respectivas propostas de atualização;
- Propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia; e
- Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais e zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e, seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia. Também é responsável por toda a gestão financeira da Companhia, incluindo orçamento anual, gestão de caixa, entre outras responsabilidades financeiras, tais como controladoria, fiscal e planejamento financeiro e estratégico.

Compete a cada um dos Diretores responder pelos assuntos correspondentes às atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

Mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Os mecanismos de avaliação estão em fase de implementação pela Companhia. Já a diretoria, é avaliada com base no gerenciamento pelas diretrizes com o estabelecimento de metas corporativas e individuais, alinhadas ao planejamento estratégico da Companhia.

Compete ao conselho fiscal:

O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes conferidos por lei.

a) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia atua em caráter permanente.

b) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Os mecanismos de avaliação estão em fase de implementação pela Companhia.

c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes conferidos por lei e atua em caráter permanente.

d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando.

Os mecanismos de avaliação estão em fase de implementação pela Companhia.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a) Prazos de convocação

A Assembleia Geral da Companhia é convocada e instalada na forma da lei e do Estatuto da Companhia e ocorre ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que interesses e assuntos sociais exigirem deliberação dos acionistas.

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração mediante a deliberação da maioria de seus membros ou, ainda, nas hipóteses previstas no Estatuto e na Lei das Sociedades.

b) Competências

Está delimitada pela Lei nº 6.404/76 artigo 122 (alterado pela Lei nº 12.431/11) o que determina que compete privativamente à assembleia-geral: I - reformar o estatuto social; II - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142; III - tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; IV - autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1o, 2o e 4o do art. 59; V - suspender o exercício dos direitos do acionista (art. 120); VI - deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; VII - autorizar a emissão de partes beneficiárias; VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar as suas contas; IX - autorizar os administradores a confessar falência e a pedir recuperação judicial; X - deliberar, quando se tratar de companhias abertas, sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado; e XI - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

Além disso, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, os seguintes assuntos são de competência privativa da Assembleia Geral: (i) aprovação do plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente;

As deliberações da Assembleia Geral, salvo as exceções previstas em lei e no Estatuto da Companhia, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

c) Endereços (físicos ou eletrônicos) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos:

<http://ri.portobello.com.br>

Endereço físico:

BR 101, KM 163, Centro, Tijucas, Santa Catarina, CEP 88.200-000

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Os conflitos de interesses envolvendo pessoas com influência significativa na Companhia, partes relacionadas e pessoal-chave administração são administrados conforme as diretrizes contidas na Política de Transações com Partes Relacionadas

É considerada pessoa com influência significativa na administração qualquer pessoa com o poder de participar ou influir nas decisões financeiras e operacionais de uma pessoa jurídica ou pela Companhia, ainda que a parte não detenha seu controle individual ou conjunto. A Influência Significativa pode ser presumida sempre que decorrente de participação societária relevante (acima de 5% do capital social, direta

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

ou indiretamente), disposições estatutárias, acordo de acionistas ou participação na Administração ou gestão que assegure determinados direitos de veto, de decisão de nomeação de administradores em nome da pessoa jurídica ou da Companhia.

Conforme a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, as pessoas com influência significativa que possam figurar partes relacionadas devem: (a) manifestar a situação na qual se encontra, devendo a informação ser registrada na ata da reunião do respectivo órgão; (b) ausentar-se das discussões sobre o tema; e (c) abster-se de votar no respectivo processo decisório.

Os conflitos de interesses também poderão ser apontados por qualquer acionista participando em processo decisório que tenha conhecimento de situação de conflito de interesses no ato deliberativo, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Todas as transações com partes relacionadas deverão ser devidamente registradas e formalizadas através de contrato. A Política descreve, ainda, procedimentos para garantia de condições comutativas de mercado, com a finalidade de cumprimento da regulação acerca do tema e de prevenção a conflitos de interesses, a avaliação pelo Comitê de Auditoria e aprovação pelo Conselho de Administração.

São vedadas transações entre partes relacionadas ou em que tenha sido identificado potencial conflito de interesses com Pessoa com Influência Relevante nas seguintes hipóteses: (a) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; (b) empréstimos das empresas do Portobello Grupo para Pessoa com Influência Relevante; (c) que envolvam atividades que vão de encontro com as atividades das partes envolvidas ou não enquadradas em seu objeto social; (d) contratação de serviços com cláusula de remuneração que gere conflito de interesse com a Companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas.

A Política ainda corrobora o compromisso da Companhia com o previsto na Lei das Sociedades por Ações, sendo que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral, relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que possam beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A abstenção será considerada no cômputo dos votos pela mesa e a manifestação será registrada e arquivada na sede da Companhia.

Fatos decorrentes de voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia são anuláveis e o acionista responderá pelos danos causados, obrigando-se a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

Assim como os administradores e o órgão diretivo, durante a Assembleia Geral, os acionistas presentes deverão manifestar-se acerca da existência de eventual situação de conflito de interesses ou interesse particular em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Qualquer acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação também deverá se manifestar. Em caso de conflito de interesses, o acionista não poderá votar na deliberação em relação àquele assunto. Em caso de recusa do acionista na abstenção do voto, o presidente deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos.

e) Solicitação de procurações pela administração para exercício do direito de voto

Não há uma política formalizada na Companhia para a solicitação de procurações de seus acionistas para o exercício do direito de voto

f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

O Acionista presente à Assembleia deverá apresentar documento de identidade (pessoa física) ou atos constitutivos (pessoa jurídica), podendo ser representado por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. As procurações poderão prescindir de firma reconhecida em cartório e poderão ser outorgadas por meio eletrônico, desde que comprovada a autoria e integridade do documento. As procurações, que foram objeto de pedido público, deverão observar o disposto na ICVM 81/22.

g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

A Companhia admite o boletim de votos por meio de carta ou correio eletrônico digitalmente certificado.

h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância. Entretanto, o agente escriturador (Itaú Corretora de Valores S.A.) possui um sistema específico para esta atividade, pode-se observar mais informações sobre o procedimento no item “k” desse tópico.

j) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia não disponibiliza a opção para que aos acionistas ou grupo de acionistas, incluam propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membro do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.

l) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar especificamente os comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

Porém a Companhia mantém um site específico para Relações com Investidores, onde há uma área destinada a esclarecer dúvidas dos seus acionistas, mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. Este contato pode ser feito por dois canais, pelo e-mail dri@portobello.com.br ou pelo link “Fale com RI” deste site (<https://ri.portobello.com.br/>).

m) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Alternativamente às informações do item “g” acima, os acionistas poderão participar a distância e exercer o seu direito de voto da seguinte forma:

- *Envio do boletim pelo Acionista ao agente custodiante/corretora*

O envio do boletim pode ser realizado pelo acionista ao agente escriturador, que no caso da Companhia o agente escriturador é o Itaú Corretora de Valores S.A.

- *Envio do boletim pelo Acionista ao agente escriturador da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.)*

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

O Itaú possui uma ferramenta online para que o Acionista exerça seu direito de voto a distância. Esta ferramenta é digital e para acessá-la deve ser realizado um cadastro e possuir um certificado digital (informações adicionais

<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleiadigital>

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias.

Conforme o Estatuto Social em seu artigo 10, o Conselho de Administração se reunirá em Assembleia Geral, ordinariamente, pelo menos um vez dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do Estatuto Social.

Durante o exercício de 2021, foram realizadas ao todo 10 reuniões do Conselho de Administração, sendo elas 5 ordinárias e 5 extraordinárias.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do Conselho de Administração eleitos pelo bloco de acionistas controladores exercerão seus direitos de voto nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia em conformidade com as disposições do Acordo de Acionistas e em estrita observância das instruções de voto dadas pelo representante do bloco de acionistas controladores de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento do Acordo de Acionistas e de tais instruções. O presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computará qualquer voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Conselho de Administração aprovou em abril de 2022 a política de transações com partes relacionadas. Este documento traz as regras para administração de conflitos de interesses em transações envolvendo pessoas de influência relevante. Adicionalmente, o Código de Conduta Ética da Companhia estabelece diretrizes para a identificação e administração de conflitos de interesses em geral, aplicáveis a todos os colaboradores da Companhia.

d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

O Conselho de Administração aprovou em abril de 2022 a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária, a qual dispõe acerca dos critérios para preenchimento dos cargos e processo de seleção dos administradores.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

A Companhia aderiu ao Novo Mercado em 2008 e, como requerido, firmou compromisso de resolução de conflitos através da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme o artigo 53 constante em seu estatuto social:

Artigo 53 - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Edson Luiz Mees Stringari 400.164.129-15	22/08/1961 Advogado	Pertence apenas à Diretoria 11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	11/05/2022 11/05/2022	2 anos Não	2 0.00%
Diretor Vice-Presidente Jurídico e Compliance					
Mauro do Valle Pereira 376.466.139-91	29/01/1959 Administrador	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	11/05/2022 11/05/2022	2 anos Não	2 0.00%
Walter Roberto de Oliveira Longo 563.380.748-00	12/02/1951 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Sim	3 0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Cesar Gomes Junior 305.583.019-91	26/05/1957 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Sim	2 0.00%
Pertence ao Conselho de Administração e a Diretoria					
Geraldo Luciano Mattos Junior 144.388.523-15	08/03/1980 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Sim	12 0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Marcos Gouvea de Souza 223.160.948-72	08/11/1948 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	3 0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Nilton Torres de Bastos Filho	19/11/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2022	1 ano	12
217.335.658-50	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2022	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Glauco José Côrte	19/03/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2022	1 ano	12
003.467.999-53	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2022	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Cláudio Avila da Silva	02/07/1953	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2022	1 ano	2
179.169.099-87	Administrador	39 - Outros Conselheiros / Diretores	28/04/2022	Sim	0.00%
Pertence ao Conselho de Administração		Vice-Presidente do C.A. e Diretor de Relações com Investidores			
Maro Marcos Hadlich Filho	28/09/1962	Conselho Fiscal	28/04/2022	1 ano	15
442.839.119-68	Advogado e Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Maria Amália Trevisol Muller	18/09/1965	Conselho Fiscal	28/04/2022	1 ano	4
683.167.129-20	Contadora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Jorge Muller	30/09/1964	Conselho Fiscal	28/04/2022	1 ano	4
518.027.679-91	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Carlos Eduardo Zoppello Brennand	14/12/1961	Conselho Fiscal	28/04/2022	1 ano	13
029.598.008-77	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.

Haroldo Pabst	19/07/1942	Conselho Fiscal	28/04/2022	1 ano	2
131.643.339-00	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%

Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.

Eduardo Czenay Guitierrez	01/04/1980	Conselho Fiscal	28/04/2022	1 ano	3
003.623.319-60	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%

Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.

Experiência profissional / Critérios de Independência

Edson Luiz Mees Stringari - 400.164.129-15

Advogado graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Possui MBA e Mestrado pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi Chefe de departamento Jurídico da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., consultor jurídico do Ministério de Minas e Energia. Na PBG S.A. já foi Gerente e Diretor Jurídico e atualmente é Diretor Vice-Presidente Jurídico.

Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91

Formado em Administração de Empresas pela ESAG - Escola Superior de Administração e Gerência, com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Portobello Grupo, com início em 1978, atuando em diversas áreas, entre elas as Diretorias de Exportação, Operações e Comercial.

Walter Roberto de Oliveira Longo - 563.380.748-00

Administrador de Empresas pela PUC – Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, com Pós-Graduação em Business pela USC – University of Southern California e Especialização Digital pela Cambridge University.

Foi Presidente do Grupo Abril de 2016 a 2018, Sócio-Diretor da Unimark Comunicação de 1999 até a presente data, Membro do Conselho de Administração da Portobello e SulAmérica desde 2019, Membro do Conselho Consultivo da Cacau Show e Sabemi desde 2019 e da Wibx – Ecossistema Digital, desde 2021, Membro do Comitê Digital do Hospital Israelita Albert Einstein desde 2019.

Cesar Gomes Junior - 305.583.019-91

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC.

Na sua experiência, se incluem as seguintes posições: Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S.A., Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc. É também membro do Conselho Consultivo do CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina e atualmente é o Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

Geraldo Luciano Mattos Junior - 144.388.523-15

Formação: Graduação em Administração de Empresas (Universidade Estadual do Ceará) e Direito (Universidade de Fortaleza), assim como e mestrado em Administração de Empresas (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Coppead).

Principais Cargos Exercidos: Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores de M Dias Branco (até novembro de 2019) ; Membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: Hapvida participações, Portobello e Assaí Atacadista.

Marcos Gouvea de Souza - 223.160.948-72

Possui graduação e extensão em Administração de Empresas na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

É fundador e Diretor Geral da Gouvêa Ecosystem, Presidente do Lide Comércio, membro dos Conselhos do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), do Instituto Foodservice Brasil (IFB) e do Ebeltoft Group, aliança global de consultorias especializadas em varejo em 25 países. É também membro do FIRA - Forum of International Retail Associations. Membro no Conselho de Administração das empresas PBG e BFFC desde 2019 (a BFCC controla as marcas Bobs, KFC e Pizza Hut). Sócio e membro ativo do Conselho da Gouvêa Ecosystem, Bittencourt, Primetour, Primetravel e mais 14 empresas que compõem o Ecossistema.

Nilton Torres de Bastos Filho - 217.335.658-50

Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da USP e MBA pela Stern School of Business – NYU.

Atuou como consultor, tendo trabalhado em projetos relacionados a estratégia e operações para Editora Abril, Editora Attica Scipione, Klabin, Latam Airlines, entre outras. Foi Diretor Industrial e Comercial da PBG S.A., CEO da Lubrasil Lubrificantes Ltda e Banker na Turim MFO.

Glauco José Côrte - 003.467.999-53

Formado em Direito com Especialização em Direito Público Interno pela Universidade Federal de Santa Catarina, Administração Pública pelo Instituto de Administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro e também realizou treinamentos na American Graduate School of International Institute for Management Development (Arizona, EUA) e IMD (Lausanne, Suíça).

Os principais cargos exercidos incluem Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI (2014 em curso, até outubro de 2023). Membro dos Conselhos de Administração da PBG S.A. e Multilog S.A. Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. Membro do Board of Trustees – Fraunhofer Project for Advanced Manufacturing, desde março de 2018 até o momento. Presidente do Conselho Temático da Indústria de Defesa e Segurança da CNI (2019 até o momento). Líder do Projeto de Implantação do Compliance e Integridade da CNI e das entidades nacionais relacionadas (SESI/SENAI/IEL), assim como Presidente do Comitê de Ética destas entidades.

Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC.

Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68

Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e Contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB), em Direito Empresarial (INPG) e em Direito Comercial (FURB).

É professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina. É membro da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

Maria Amália Trevisol Muller - 683.167.129-20

Formada em Bacharel em Ciências Contábeis graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC . MBA em Análises tributárias pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Contadora da empresa Muller Contadores Associados S/S Ltda – setor de Prestação de Serviços

Jorge Muller - 518.027.679-91

Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com especialização em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de Contador no Portobello Grupo durante 08 anos. Posteriormente, foi Contador da empresa Dígito Telecomunicações Ltda, Gerente de Controladoria da Hertz Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da Muller Contadores Associados S.S. Ltda.

Carlos Eduardo Zoppello Brennand - 029.598.008-77

Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Possui experiência como piloto de aviação e é Conselheiro Fiscal da PBG desde 2020.

Haroldo Pabst - 131.643.339-00

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Livre Docente em Direito Privado pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ). Professor de Direito Comercial Brasileiro na Humboldt-Universität, (Berlim, Alemanha).

Foi Diretor Jurídico da Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A. e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Sócio do escritório Pabst & Hadlich Advogados Associados.

Eduardo Czenay Guitierrez - 003.623.319-60

Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós- Graduado- MBA em Gestão Empresarial pela FGV.

Administrador da PBG Participacoes Ltda - Setor Holding Patrimonial e Diretor financeiro da Gtt Industria e serviço tecnologia SA e membro do Conselho de Administração.Portobello America.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Edson Luiz Mees Stringari - 400.164.129-15 N/A	
Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91 N/A	
Walter Roberto de Oliveira Longo - 563.380.748-00 N/A	
Cesar Gomes Junior - 305.583.019-91 N/A	
Geraldo Luciano Mattos Junior - 144.388.523-15 N/A	
Marcos Gouvea de Souza - 223.160.948-72 N/A	
Nilton Torres de Bastos Filho - 217.335.658-50 N/A	
Glaucio José Côrte - 003.467.999-53 N/A	N/A
Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87 N/A	
Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68 N/A	
Maria Amalia Trevisol Muller - 683.167.129-20	

N/A

Jorge Muller - 518.027.679-91

N/A

Carlos Eduardo Zoppello Brennand - 029.598.008-77

N/A

Haroldo Pabst - 131.643.339-00

N/A

Eduardo Czenay Guitierrez - 003.623.319-60

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Cláudio Avila da Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/07/1953	12/11/2020	2 anos
179.169.099-87	Comitê Gestão Estratégico	Administrador		12/11/2020	0	100.00%
Vice-presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores						
Mauro do Valle Pereira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/01/1959	12/11/2020	2 anos
376.466.139-91	Comitê Gestão Estratégico	Administrador		12/11/2020	0	100.00%
Diretor Presidente						
Edson Luiz Mees Stringari	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/08/1961	12/11/2020	2 anos
400.164.129-15	Comitê Gestão Estratégico	Advogado		12/11/2020	0	100.00%
Diretor Vice-Presidente Jurídico e Compliance						
Cesar Gomes Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/05/1957	12/11/2020	2 anos
305.583.019-91	Comitê Gestão Estratégica	Administrador		12/11/2020	0	100.00%
Presidente do Conselho de Administração						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC.

Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91

Formado em Administração de Empresas pela ESAG - Escola Superior de Administração e Gerência, com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Portobello Grupo, com início em 1978, atuando em diversas áreas, entre elas as Diretorias de Exportação, Operações e Comercial.

Edson Luiz Mees Stringari - 400.164.129-15

Advogado graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Possui MBA e Mestrado pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi Chefe de departamento Jurídico da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., consultor jurídico do Ministério de Minas e Energia. Na PBG S.A. já foi Gerente e Diretor Jurídico e atualmente é Diretor Vice-Presidente Jurídico.

Cesar Gomes Junior - 305.583.019-91

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC.

Na sua experiência, se incluem as seguintes posições: Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S.A., Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc. É também membro do Conselho Consultivo do CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina e atualmente é o Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87	
N/A	
Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91	
N/A	
Edson Luiz Mees Stringari - 400.164.129-15	
N/A	
Cesar Gomes Junior - 305.583.019-91	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente

Pessoa relacionada

César Gomes Neto	006.211.549-97	Portobello América Inc. USA		
------------------	----------------	-----------------------------	--	--

Administrador.

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente

Pessoa relacionada

Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
------------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Acionista membro do grupo de controle

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
--------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente.

Pessoa relacionada

César Gomes Neto	006.211.549-97	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
------------------	----------------	----------------	--------------------	--

Acionista membro do grupo de controle

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Credor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	11.561.432/0003-50		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop e Locação Imóvel			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Acionistas membros do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Controle	Fornecedor
Acionistas membros do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionistas membros do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócia	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Ramos Gomes Acionistas membros do grupo de controle	454.713.209-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Cliente
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda. Sócia	03.796.084/0001-00		
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2019			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	11.561.432/0003-50		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop e Locação Imóvel			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	03.796.084/0001-00		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Acionistas membros do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
César Gomes Junior Acionistas membros do grupo de controle	305.803.019-91	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionistas membros do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Ramos Gomes Acionistas membros do grupo de controle	454.713.209-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia contrata, anualmente, apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores ("D&O") até o montante de R\$ 40 milhões, em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros da Companhia o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes da reparação de eventuais danos causados pelo segurado a terceiros ou à própria Companhia, bem como o pagamento parcial de multas e penalidades cíveis e administrativas impostas aos administradores da Companhia enquanto no exercício de suas funções profissionais

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral	Data Realização	Exercício Social	Quórum	2ª Convocação
AGO/E	02/04/2019	2019	51,72%	Não houve
AGO	28/04/2020	2020	52,06%	Não houve
AGO/E	27/04/2021	2021	55,12%	Não houve
AGE	16/09/2021	2021	53,86%	Não houve
AGO/E	28/04/2022	2022	67,39%	Não houve

12.12 - Outras informações relevantes

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não

a) Objetivos da política ou prática de remuneração Estatutária

A presente Política de Remuneração visa determinar diretrizes a serem observadas para determinar a remuneração dos Diretores, membros do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PBG S/A ("Companhia"), considerando a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado. Além disso, esta Política tem o intuito de motivá-los a atingir resultados e criar valor para os acionistas, proporcionando o alinhamento dos interesses dos profissionais com os interesses de longo prazo da Companhia, assim como a retenção destes profissionais.

b) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração:

A remuneração dos Conselheiros será composta por (a) honorário mensal e (b) reembolsos de despesas de locomoção e estadia necessárias à função. A remuneração dos Conselheiros será definida por deliberação do Conselho, observado o montante máximo dos valores anuais globais dos administradores fixado anualmente pela Assembleia Geral, bem como o orçamento anual total de despesas da Companhia. A definição dos valores deve estar alinhada com a prática de mercado vigente, com objetivo de remunerar os serviços prestados pelos Conselheiros de forma proporcional às suas atribuições, responsabilidades e demanda de tempo, garantindo a competitividade e atraindo profissionais que agreguem valor para a Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos Conselheiros será fixada anualmente pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) que, em média, for atribuída a cada Diretor Estatutário, conforme o disposto no art. 162, §3º, da Lei das Sociedade por Ações, nº 6.404/76. As despesas de transporte e estadia dos Conselheiros Fiscais serão ressarcidas pela Companhia, na forma das disposições legais vigentes, respeitadas às Políticas internas da Companhia, mediante a apresentação dos comprovantes de despesas ou através de valor pré-determinado referente ao cálculo médio das despesas de deslocamento e pedágio partindo da cidade de residência do Conselheiro até a sede social da Companhia.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores Estatutários será composta por: (i) remuneração fixa, (ii) benefícios, (iii) incentivos de curto prazo (PPR) e (iv) incentivos de longo prazo (ILP), a seguir descritos. A remuneração individual dos Diretores será definida por deliberação do Conselho de Administração, observado o montante máximo dos valores anuais globais dos administradores fixado anualmente pela Assembleia Geral, bem como o orçamento anual total de despesas da Companhia. (i) Remuneração Fixa: A remuneração fixa dos Diretores tem por objetivo reconhecer o valor do cargo internamente e externamente, bem como o desempenho individual, experiência, formação e conhecimento do executivo. Baseados na média de mercado, desempenho individual e outros fatores tais como potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função e riscos de retenção. Incentivos de Curto Prazo (PPR): Corresponde à parcela anual variável por participação nos resultados da Companhia, prevista no planejamento estratégico e no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, cujo objetivo é premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais. A remuneração variável é alinhada ao orçamento, planejamento estratégico e práticas de mercado, garantindo competitividade e reconhecimento dos executivos pelo seu papel nos resultados da Companhia.

Diretores:

A remuneração global dos Diretores é estabelecida com base em desempenho, custos e riscos envolvidos, bem como está atrelada aos resultados da Companhia e metas de médio e longo prazo, sendo remunerada através

de honorários fixos e variáveis, estes últimos calculados com base em indicadores de desempenho e o plano de participação nos resultados da Companhia (PPR). O PPR é pago em uma parcela anual conforme critérios aprovados anualmente pelo Conselho de Administração. Para os Diretores Estatutários, a parcela do incentivo é baseada em indicadores corporativos. As metas financeiras utilizadas para o cálculo do PPR são baseadas no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e incluem a previsão de custos do plano. Ao final de cada exercício é avaliado o atingimento das metas e calculada a premiação resultante. (iv) ILP Poderão ser estabelecidas Políticas de Incentivo de Longo Prazo para retenção de Executivos, com base em critérios aprovados anualmente pelo Conselho de Administração, levando em conta o comprometimento com a estratégia de longo prazo e aderência aos princípios e valores da Companhia.

Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração:

Os Comitês podem ser compostos por Conselheiros, Diretores Estatutários, membros independentes e demais colaboradores da Companhia. A remuneração dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração constituídos na Companhia é deliberada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Não farão jus à remuneração adicional os membros de Comitê que sejam empregados ou Diretores da Companhia. A fixação da remuneração observará o orçamento anual total de despesas da Companhia e disposto pela Assembleia Geral quanto ao montante máximo dos valores anuais globais dos administradores, bem como o orçamento anual total de despesas da Companhia.

(ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Honorários mensais – 13,33 parcelas no ano;

PPR anual – Pago em uma parcela anual, correspondendo a um target de dez vezes o valor da remuneração mensal. Para Diretores Estatutários, 50% do benefício é baseado em indicadores corporativos e o EBITDA é a métrica utilizada. O percentual restante, é baseado no indicador individual. Existem quatro indicadores individuais, cada um com peso de 25%, seguindo o desdobramento das diretrizes. Todo o programa de PPR da Companhia está atrelado a um limite de 12,5% do lucro líquido do exercício.

2021	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	88%	12%	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%		-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	56%	44%	-	-	-	100%

2020	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	96%	4%	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	72%	28%	-	-	-	100%

2019	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	100%	-	-	-	-	100%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração pagos aos seus administradores são definidos em função da importância e do peso relativo do cargo na estrutura organizacional e da estratégia de posicionamento frente ao mercado.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

O reajuste ocorre periodicamente, se aplicável, após a realização de pesquisas de remuneração, realizadas anualmente por empresas especializadas no assunto, por meio das quais são comparados os valores praticados pela Companhia com o mercado e aferidos o grau de competitividade e necessidade de ajuste dos valores praticados.

Os benefícios oferecidos pela Companhia aos Diretores seguem as práticas de mercado visando complementar a assistência pública, conceder maior segurança e assegurar as melhores condições para desempenho do cargo, tais como: plano de previdência privada, plano de saúde, seguro de vida, leasing de veículos, telefone móvel, dentre outros.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia, procura atualizar a composição da remuneração, proporcionando atratividade em relação ao mercado, retenção e engajamento dos profissionais em relação à permanência, à criação de valor e a estratégia para a empresa.

(v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O indicador corporativo é o EBITDA da PBG e os indicadores individuais são: (1) Lucro Líquido PBG; (2) EBITDA PBG (3) Dívida/EBITDA e (4) Capital de Giro, todos com a mesma importância (peso de 25% para cada indicador).

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

As práticas de remuneração se alinham com os interesses competitividade com o mercado no curto prazo e de alavancagem de resultados e retenção dos profissionais a médio e longo prazo.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração da empresa é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas. A mecânica dos planos de remuneração variável anual atrela as premiações a métricas financeiras de crescimento da empresa de curto e médio prazos.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A remuneração individual é avaliada anualmente considerando as práticas salariais de mercado (estudo elaborado no primeiro semestre de cada ano) e a avaliação de performance do período (performance condicionada a meritocracia).

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Não se aplica.

ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

A Companhia realiza uma pesquisa de quais práticas de mercado referente as remunerações, e outros aspectos como habilidades, experiência e histórico dos Conselheiros sendo utilizadas, em seguida é atribuído uma reunião para o Conselho de Administração, que define o valor global e fixa os honorários individuais de cada integrante dos órgãos da administração, logo após é realizado uma proposta para a Assembleia Geral Ordinária.

iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o tema é avaliado pelo Conselho de Administração com base no estudo descrito no subitem "ii" acima.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.401.689,00	4.235.257,00	349.602,00	9.986.548,00
Benefícios direto e indireto	258.972,00	468.974,00	0,00	727.946,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	898.123,00	0,00	0,00	898.123,00
Participação de resultados	0,00	1.874.531,10	0,00	1.874.531,10
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	6.558.783,50	6.578.562,00	349.602,00	13.487.147,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.501.408,00	3.529.381,00	291.335,00	8.322.124,00
Benefícios direto e indireto	215.810,00	390.812,00	0,00	606.622,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	748.436,00	0,00	0,00	748.436,00
Participação de resultados	0,00	1.562.109,00	0,00	1.562.109,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	5.465.453,00	5.482.301,00	291.335,00	11.239.289,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,50	3,00	13,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.956.491,00	4.312.706,00	259.241,00	6.528.438,00
Benefícios direto e indireto	83.853,00	1.539.497,47	0,00	1.623.350,47
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Neste período houve renúncia de diretoria estatutária.		
Remuneração variável				
Bônus	91.135,70	0,00	0,00	91.135,70
Participação de resultados	0,00	2.269.156,00	0,00	2.269.156,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis			(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	2.131.479,70	8.121.359,47	259.241,00	10.512.080,17

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.764.015,00	4.485.818,00	259.241,00	6.509.074,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.605.816,00	0,00	1.605.816,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		-	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	1.764.015,00	6.091.634,00	259.241,00	8.114.890,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

A Companhia possui plano de participação nos resultados com base em atingimento de percentual sobre o lucro antes dos juros e impostos orçados.

Órgão	2022			2021		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	3	7,00	3,00	3	7,00	4,00
Bônus	Não se aplica	898.122,9	Não se aplica	Não se aplica	748.435,8	Não se aplica
Participação no resultado e incentivo de longo prazo	1.874.531,1			1.562.109,3		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.874.531,1	898.122,9	Não se aplica (4)	1.562.109,3	748.435,8	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Órgão	Previsto para o Exercício Social Corrente de			Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de		
	2020			2019		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	4,00	7,00	3,00	3,00	7,00	3,00
Participação no resultado e incentivo de longo prazo	2.269.156	91.136	Não se aplica	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	1.815.325	72.909	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	2.722.987	109.363	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.928.783	77.465	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	2.269.156	91.136	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Não se aplica.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Não se aplica.

13.6 - Opções em Aberto

Não se aplica.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não se aplica.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não se aplica.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2021					
	PBG S.A		Portobello Shop S/A		Mineração Portobello Ltda.	
	Ações Ordinárias	% Total	Ações Ordinárias	% Total	Quotas	% Total
Controladores	84.575.386	57,33%	200	0,05%	360	0,24%
Conselho de Administração	108.923	0,07%	100	0,03%	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	638.000	0,43%	100	0,03%	-	-
Total das ações	85.322.309	57,83%	400	0,10%	360	0,24%

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Órgão	Diretoria
Número de membros	2
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.	1
Condições para se aposentar antecipadamente.	a) Tenha pelo menos 55 anos de idade; b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras; c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais; d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora.
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 8.161 mil
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 216 mil
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal
	31/12/2021	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2019	31/12/2020
Nº de membros	3,00	4,00	7,00	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	7,00	7,67	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.490.000,00	1.605.000,00	1.748.000,00	240.000,00	86.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	736.000,00	960.000,00	286.000,00	240.000,00	86.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.821.884,31	1.121.000,00	780.808,00	240.000,00	86.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2019. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
Conselho de Administração	
31/12/2019	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2019. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
Conselho Fiscal	
31/12/2020	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2020. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não se aplica.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não se aplica. Dentro das diretrizes apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela deliberação CVM nº 642/10, não há membros do Conselho de Administração, diretoria estatutária ou Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não houve nos três últimos exercícios sociais valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal paga como comissões ou serviços de consultoria ou assessoria prestados.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Nos exercícios sociais de 2019 a 2021 não foram reconhecidos valores no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal. Referente a remuneração previsto para 2022 conforme a Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 27/04/2021 o valor máximo global anual de até R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e quinhentos mil reais) para remunerar os órgãos da Administração, acrescido, quando aplicável, do seguro saúde, previdência privada, assistência médica, participação nos resultados, incentivo de longas prazo e gratificações natalinas e de férias, bem como outros benefícios e vantagens.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Todas informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**14.1 a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)****14.1 b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)****14.1 c) índice de rotatividade**

a.) Número de empregados / b.) Número de terceirizados / c.) Índice de rotatividade

Descrição da Conta	2021	2020	2019
Nº de empregados	3692	3607	3.434
Atividades Administrativas	348	391	165
Atividades Comerciais	615	473	752
Atividades Industriais	2729	2743	2.517
Nº de terceirizados	139	158	193
Atividades Administrativas	8	4	9
Atividades Comerciais	5	0	2
Atividades Industriais	126	154	182
Índice de rotatividade	1,52%	1,47%	1,21%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas			
Posição sem estagiários.			

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não houve alteração relevante em relação às informações prestadas no item 14.1.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Política de remuneração é estabelecida de acordo com as práticas de mercado, visando proporcionar aos funcionários níveis salariais competitivos com o mercado, dentro das disponibilidades orçamentárias, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais com desempenho destacado.

Os ajustes salariais são estabelecidos

- Anualmente, no mês de maio, data base de negociação sindical;
- Nos crescimentos horizontais, através do processo de meritocracia e respeitando o orçamento definido para o ano;
- Nos crescimentos verticais, por promoção, seguem os planos de carreira para os cargos abrangidos e os processos de *Talent Pool* e avaliação de desempenho para os cargos executivos (diretores e gerentes).
- A remuneração variável mensal é praticada para toda equipe da área comercial, como também para os gerentes e coordenadores industriais, seguindo atingimento de metas pré-estabelecidas
- A Companhia mantém Programa de Participação nos Resultados de acordo com os limites estabelecidos no acordo firmado e cumprimento de metas estabelecidas em conformidade com o nível de hierarquia e responsabilidades. O limite máximo do PPR está atrelado ao percentual de 7,5% do lucro líquido para um atingimento de EBITDA dentro do limite estabelecido.

b) Política de benefícios

A Política de Remuneração contempla um conjunto de benefícios, da seguinte forma:

A política de benefícios da Companhia destinada aos seus empregados é estabelecida de forma a complementar as necessidades sociais dos empregados e está alinhada às práticas de mercado, de modo que os empregados possam desempenhar suas atividades com qualidade de vida e engajamento corporativo. Desta forma, são oferecidos aos funcionários um pacote de benefícios atraente, constituído dos seguintes benefícios:

- Assistência médica;
- Transporte;
- Alimentação;
- Vale refeição;
- Vale alimentação;
- Convênio farmácia;
- Convênio odontológico;
- Prêmio assiduidade;
- Abono de férias;
- Auxílio creche ou babá;
- Abono para dependente portador de necessidade especial;
- Associação de funcionários – ADEC;
- Compra de produtos Portobello;
- Seguro de vida;
- Empréstimos consignados;
- Mamãe Portobello;
- Check-up executivo;

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

Não se aplica.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A Companhia mantém bom relacionamento com o sindicato e seus dirigentes. Isto pode ser percebido pelo fato de que toda a diretoria do sindicato que representa os funcionários da categoria, incluindo a presidência da entidade, é ocupada por funcionários da empresa. A Companhia nunca registrou greve em seus quarenta dois anos de operação.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não aplicável.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Cesar Gomes Junior						
305.583.019-91	Brasileiro-SC	Sim	Sim	30/03/2020		
Não						
	26.195.419	17,760%	0	0,000%	26.195.419	17,760%
César Gomes Neto						
006.211.549-97	Brasileiro-SC	Sim	Sim	30/03/2020		
Não						
	1.942.056	1,320%	0	0,000%	1.942.056	1,320%
Valerio Gomes Neto						
245.328.949-72	Brasileiro-SC	Sim	Sim	02/04/2014		
Não						
	345.904	0,230%	0	0,000%	345.904	0,230%
Miriam Gomes Vieira de Andrade						
745.543.959-87	Brasileiro-SC	Sim	Sim	06/09/2017		
Não						
	798.850	0,540%	0	0,000%	798.850	0,540%
PBG Participações Societárias Ltda						
15.033.377/0001-14	Brasileiro-SC	Sim	Sim	20/08/2014		
Não						
	1	0,001%	0	0,000%	1	0,001%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
DANIEL GOMES VIEIRA						
530.997.889-53	Brasileiro-SC	Sim	Sim	15/08/2019		
Não						
	441.000	0,300%	0	0,000%	441.000	0,300%
Gabriela Richter Gomes						
007.489.389-07	Brasileiro-SC	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
	1.888.376	1,280%	0	0,000%	1.888.376	1,280%
Gustavo Czernay Gutierrez						
004.113.839-22	Brasileiro-SC	Sim	Sim	16/10/2018		
Não						
	166.300	0,110%	0	0,000%	166.300	0,110%
Eleonora Ramos Gomes						
013.808.518-82	Brasileiro-SP	Sim	Sim	28/01/2020		
Não						
	16.500.000	11,180%	0	0,000%	16.500.000	11,180%
Eduardo Czenay Guitierrez						
003.623.319-60	Brasileiro-SC	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
	3.334.966	2,260%	0	0,000%	3.334.966	2,260%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Eduardo Ramos Gomes						
454.713.209-72	Brasileiro-SC	Sim	Sim	10/08/2015		
Não						
	4.436.332	3,010%	0	0,000%	4.436.332	3,010%
Carolina Consoni Gomes Malucelli						
005.529.979-27	Brasileiro-PR	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
	3.500.000	2,370%	0	0,000%	3.500.000	2,370%
Carolina Czernay Gutierrez						
005.692.859-92	Brasileiro-SC	Sim	Sim	28/04/2016		
Não						
	2.965.465	2,010%	0	0,000%	2.965.465	2,010%
Carlos Eduardo Zoppello Brennand						
029.598.008-77	Brasileiro-SC	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
	2.703.802	1,830%	0	0,000%	2.703.802	1,830%
Augusto Lopes Gomes						
097.646.979-09	Brasileiro-SC	Sim	Sim	16/08/2017		
Não						
	4.436.332	3,010%	0	0,000%	4.436.332	3,010%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Beatriz Rebello Salles						
019.266.869-26	Brasileiro-SC	Sim	Sim	19/02/2018		
Não						
	3.411.884	2,310%	0	0,000%	3.411.884	2,310%
Junior Administração Bens Part. Soc. Ltda						
03.609.424/0001-46	Brasileiro-SC	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
	1	0,001%	0	0,000%	1	0,001%
Maria Amélia Gomes Vieira						
024.514.519-20	Brasileiro-SC	Sim	Sim	13/11/2017		
Não						
	207.800	0,140%	0	0,000%	207.800	0,140%
Maria Cristina Gomes Vieira						
656.463.129-49	Brasileiro-SC	Sim	Sim	28/07/2015		
Não						
	672.050	0,460%	0	0,000%	672.050	0,460%
Marcelo Consonni Gomes						
008.532.629-18	Brasileiro-SC	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
	3.503.000	2,370%	0	0,000%	3.503.000	2,370%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
LUCIA GOMES VIEIRA DELLAGNELO						
593.613.879-87	Brasileiro-SC	Sim	Sim	04/08/2015		
Não						
	760.500	0,520%	0	0,000%	760.500	0,520%
Lucio Rebello						
042.547.779-73	Brasileiro-SC	Sim	Sim	19/02/2018		
Não						
	3.411.884	2,310%	0	0,000%	3.411.884	2,310%
OUTROS						
	59.364.964	40,243%	0	0,000%	59.364.964	40,243%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	6.542.817	4,435%	0	0,000%	6.542.817	4,435%
TOTAL						
	147.529.703	100,000%	0	0,000%	147.529.703	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Junior Administração Bens Part. Soc. Ltda				03.609.424/0001-46	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PBG Participações Societárias Ltda				15.033.377/0001-14		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	24.384
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	237
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	69

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	54.516.127	38,690%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	54.516.127	38,690%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

Destacamos no tópico 15.1/2 as informações relacionadas à posição acionária atualizada até dezembro de 2021 dos acionistas controladores da Companhia. Abaixo destacamos os acionistas que fazem parte do grupo de controle e que possuem posições acionárias superiores a 5% de ações ordinárias:

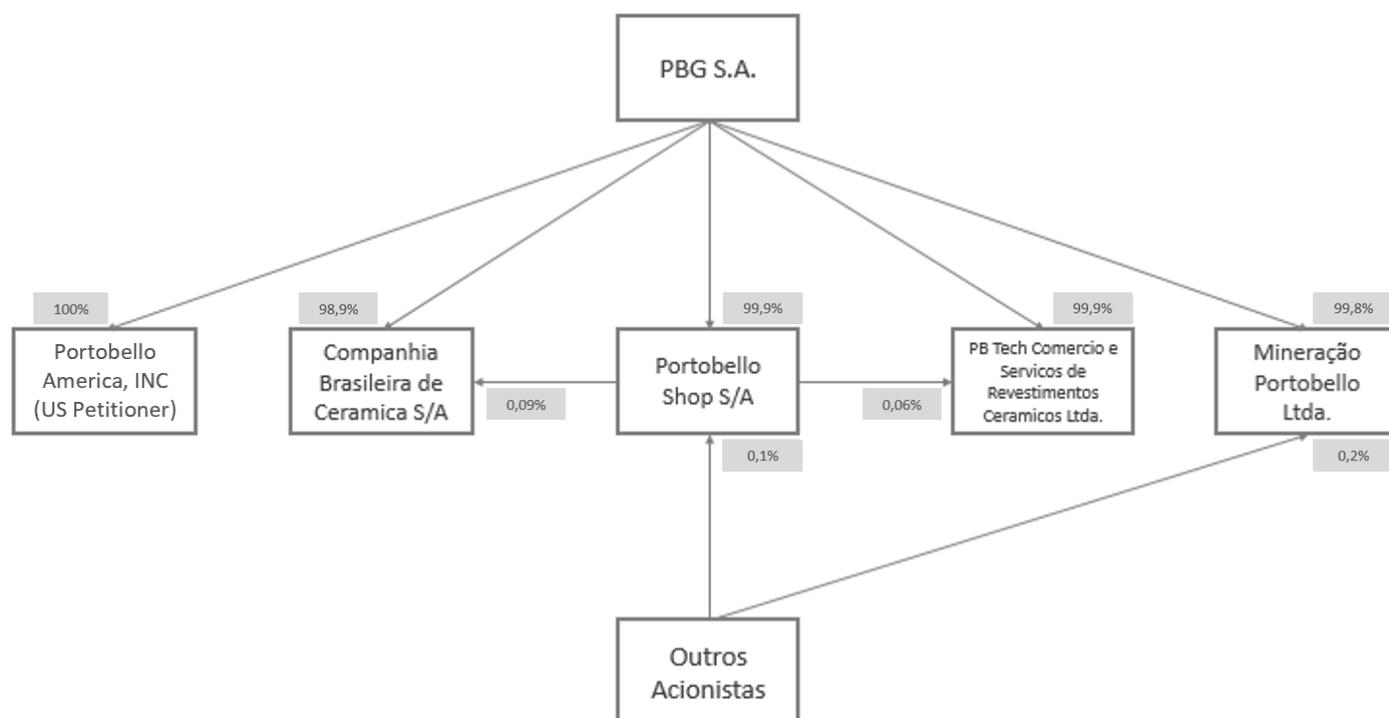
Acionista	CPF / CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Qtd Ações ordinárias	% Total de Ações
Cesar Gomes Junior	305.803.019-91	Brasileiro - SC	26.195.419	17,76%
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Brasileiro - SP	16.500.000	11,18%

b. principais controladas e coligadas do emissor

c. participações do emissor em sociedades do grupo

d. participações de sociedades do grupo no emissor

e. principais sociedades sob controle comum



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

a.Partes

O acordo de acionistas mais recente firmado pela Companhia tem a data de 18 de fevereiro de 2019. Este acordo de acionistas teve como partes integrantes os acionistas controladores, onde na data da realização do acordo, tinham a seguinte distribuição acionária:

Acionista	Qt ações vinculadas	% Participação Cap.Social	% Partic. Acordo
César Gomes Junior	24.412.019	15,80%	30,78%
Gabriela Richter Gomes	1.522.181	0,99%	1,92%
Junior Adm de Bens e Participações Societárias Ltda	408.350	0,26%	0,51%
Eleonora Ramos Gomes ¹	16.500.000	10,68%	20,81%
Eduardo Ramos Gomes	4.436.332	2,87%	5,60%
Valério Gomes Neto	2.952.744	1,91%	3,72%
Carolina Consonni Gomes	2.393.160	1,51%	3,02%
Marcelo Consonni Gomes	2.000.000	1,29%	2,52%
PBG Participação Societárias Ltda	7.281.797	4,71%	9,18%
Maria Amélia Gomes Vieira	207.800	0,13%	0,26%
Daniel Gomes Vieira ¹	400.000	0,26%	0,50%
Maria Cristina Gomes Vieira ¹	401.750	0,26%	0,51%
Lucia Gomes Vieira Dellagnelo ¹	200.000	0,13%	0,25%
Miriam Gomes Vieira de Andrade ¹	241.050	0,16%	0,30%
Carlos Eduardo Zoppello Brennand	2.703.802	1,75%	3,41%
Eduardo Czernay Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Carolina Czernay Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Gustavo Czernay Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Augusto Lopes Gomes	4.436.332	2,87%	5,59%
Beatriz Rebello Salles ¹	3.070.696	1,99%	3,87%
Lucio Rebello ¹	3.070.695	1,99%	3,87%
Cesar Gomes Neto	1.522.181	0,99%	1,92%
Total:	79.305.389	51,32%²	100%

¹Os acionistas Eleonora, Beatriz, Lucio, Maria Cristina, Lucia, Daniel e Miriam Gomes não vincularam a totalidade das ações por eles detidas.

²Esta informação refere-se a ações vinculadas, pois a empresa possui 54% das ações.

b.Data de celebração

Foi celebrado em 15 de abril de 2011, aditado em 29 de setembro de 2014 e consolidado em 09 de dezembro de 2014. O aditamento e consolidação ocorreu novamente em 17 de agosto de 2015, 04 de agosto de 2017 e 18 de fevereiro de 2019.

c.Prazo de vigência

O acordo tem um prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2019, e deverá ser renovado automaticamente por dois períodos iguais e sucessivos de 20 (vinte) anos. Este acordo poderá ser resiliado ao final do primeiro ou do segundo período de 20 (vinte) anos de sua vigência, caso entre os dias 1º de julho e 30 de setembro do ano do término do primeiro ou do segundo período de 20 (vinte) anos, os acionistas deliberem extinguir este acordo ao final do período de 20 (vinte) anos então em curso (ou 31 de dezembro do respectivo ano), em uma Reunião Prévia, representando pelo menos 90% (noventa por cento) das ações vinculadas, por meio do voto afirmativo de acionistas.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

d. Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

As cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle estão estabelecidas nos itens 4.2, 4.3 e 4.4 do Acordo de Acionistas da seguinte forma:

4.2 Exercício do Direito de Voto nas Assembleias de Acionistas da Companhia; Representação do Bloco de Controle. Os Acionistas exercerão o seu direito de voto nas assembleias de acionistas da Companhia por meio de um representante, ao qual caberá a representação do Bloco de Controle e, por conseguinte, de todos os Acionistas ("Representante do Bloco de Controle"). O Representante do Bloco de Controle fará a interlocução do Bloco de Controle com a Companhia e terá os poderes e direitos estabelecidos neste Acordo.

4.3 Representante do Bloco de Controle. O Representante do Bloco de Controle, que representará o Bloco de Controle perante a Companhia ("Representante do Bloco de Controle") será o Acionista (ou pessoa física por ela indicada) que vier a ser eleito pelos Acionistas, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser substituído a qualquer tempo. O Representante do Bloco de Controle poderá substabelecer a representação do Bloco de Controle nas assembleias de acionistas da Companhia, por meio de substabelecimento específico conferido a acionista ou administrador da Companhia ou a advogado.

4.4 Poderes do Representante do Bloco de Controle. Os Acionistas, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, delegam e outorgam ao Representante do Bloco de Controle o exercício do direito de voto das Ações Vinculadas, ficando o Representante do Bloco de Controle, eleito conforme a Cláusula 4.3, investido de amplos e plenos poderes para representar os Acionistas perante a Companhia e seus demais acionistas e para propor, deliberar, votar e impugnar, nas assembleias de acionistas da Companhia, toda e qualquer matéria, ficando ressalvado que, quanto às matérias sujeitas à aprovação da Reunião Prévia, conforme a Cláusula 7.1, o Representante do Bloco de Controle deverá votar conforme estabelecido em Reunião Prévia, ressalvado, outrossim, o disposto na Cláusula 4.5. Não havendo deliberação de Reunião Prévia que o instrua como votar, o Representante do Bloco de Controle votará no sentido de não deliberar a matéria colocada em votação. O Representante do Bloco de Controle exercerá seu próprio direito de voto da mesma forma como exercer o direito de voto do Bloco de Controle.

e. Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

A indicação de administradores será objeto de deliberação em reunião prévia dos acionistas controladores, conforme item 5.1 e 5.2, do acordo de acionistas transcritos parcialmente a seguir:

5.1 Órgãos de Administração. A Companhia será administrada pelo seu Conselho de Administração e por sua Diretoria, observadas as disposições deste acordo, do estatuto social da Companhia e da legislação aplicável. Os administradores da Companhia deverão observar o disposto neste acordo, no estatuto social da Companhia e na legislação aplicável, inclusive o Regulamento do Novo Mercado no que disser respeito à Companhia.

5.2 Composição do Conselho de Administração. Salvo se diversamente deliberado, observado o que dispuser este Acordo e o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia será composto por até 9 (nove) membros, eleitos pelos acionistas da Companhia e por eles destituíveis a qualquer tempo. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de conselheiros independentes, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado. Os acionistas, por meio do Representante do Bloco de Controle, farão com que o Bloco de controle eleja o maior número de membros do Conselho de Administração da Companhia que o Bloco de Controle tiver direito de eleger, observando algumas disposições.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

f. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

As cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las estão estabelecidas nos itens 10 e 11 do acordo de acionistas da seguinte forma:

“10. TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES VINCULADAS

10.1 Restrições à Transferência de Ações Vinculadas. Os Acionistas, neste ato, obrigam-se a não Transferir, seja a que título for, inclusive por meio de uma Transferência Indireta, qualquer de suas Ações Vinculadas, suas Ações da PBC ou Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, salvo conforme especificamente permitido de acordo com esta Cláusula 10 e demais cláusulas aplicáveis deste Acordo.

10.2 Transferências Permitidas de Ações. Somente serão admitidas Transferências de Ações Vinculadas e de Ações da PBC nos seguintes casos e desde que observado o disposto na Cláusula 10.4 e demais cláusulas aplicáveis deste Acordo:

(a) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC em virtude de sucessão mortis causa;

(b) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC (i) entre Acionistas, observado o direito de preferência previsto na Cláusula 11, (ii) entre um Acionista e seu cônjuge, (iii) entre um Acionista e qualquer ascendente ou descendente de tal Acionista, (iv) entre um Acionista pessoa física e uma sociedade Controlada e direta e integralmente detida por tal Acionista ou por seu cônjuge ou qualquer ascendente ou descendente de tal Acionista, ou (v) entre um Acionista pessoa jurídica e seu Controlador.

(c) Venda de Ações Vinculadas e de Ações da PBC a terceiro que não outro Acionista conforme previsto na Cláusula 10.3, observado o direito de preferência previsto na Cláusula 11;

(d) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC conforme exigido pela Cláusula 10.5;

(e) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC conforme permitido pela Cláusula 12;

(f) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC por meio do exercício de Opção de Venda, conforme a Cláusula 13;

(g) Transferência de Ações Vinculadas por meio do exercício do direito de venda forçada (drag along), conforme a Cláusula 14;

(h) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC por meio do exercício do direito de venda conjunta (tag along), conforme a Cláusula 15; e

(i) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC aprovada, por escrito, por todos os Acionistas. Para os fins desta letra (i), as Partes reconhecem e concordam expressamente que nenhum Acionista estará obrigado a aprovar qualquer Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC e que os Acionistas terão o direito de impor quaisquer condições à sua aprovação de uma Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC que porventura vierem a rever para os fins desta letra (i), inclusive a sujeição da Transferência ao exercício do direito de preferência previsto na Cláusula 11.

10.3 Vendas Privadas Limitadas de Ações Vinculadas. Os Acionistas que não detiverem Ações Não Vinculadas terão o direito de, a partir de 1º de janeiro de 2015 (ou, caso o Acionista em questão detenha Ações Não Vinculadas, a partir da data em que tal Acionista deixar de deter qualquer Ação Não Vinculada), Transferir a terceiro que não outro Acionista (conforme permitido pela Cláusula 10.2(b)(i)), por meio de venda privada (fora de bolsa de valores), até 10% (dez por cento) de sua Quantidade de Ações Vinculadas de que

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja**Parte**

era proprietário no dia 1º de janeiro do ano em questão, observado o disposto na Cláusula 10.4, o direito de preferência previsto na Cláusula 11 e o quanto segue:

(a) *Em conformidade com o disposto na letra (a) da Cláusula 10.4, a venda das Ações Vinculadas deverá ser acompanhada da venda de um mesmo número de Ações da PBC;*

(b) *Na eventualidade de um Acionista passar a deter Ações Não Vinculadas, em operações futuras de compra, tal Acionista ficará automaticamente impedido de exercer o direito previsto nesta Cláusula 10.3, ficando restabelecido tal direito após tal Acionista deixar de deter qualquer Ação Não Vinculada; Todavia, o mencionado Acionistas não perderá o direito já acumulado de Transferir a terceiro Ações Vinculadas, relativo ao período pretérito em que não detinha Ações Não Vinculadas; e,*

(c) *Não será considerado inadimplemento o fato de um Acionista vender parte de suas Ações Vinculadas conforme permitido por esta Cláusula 10.3 e, após tal venda, (i) adquirir qualquer Ação Não Vinculada (caso em que o Acionista terá o seu direito previsto nesta Cláusula 10.3 suspenso, conforme disposto na letra (b) acima), ou (ii) ter a sua respectiva Quantidade de Ações Vinculadas de Referência reduzida em decorrência do exercício por tal Acionista, no mesmo ano calendário, de Opção de Venda, de forma que a quantidade de Ações vendidas por tal Acionista de acordo com esta Cláusula 10.3 no ano calendário em questão passe a ser superior à quantidade de Ações que tal Acionista teria tido direito de vender com base na sua nova Quantidade de Ações Vinculadas de Referência.*

10.4 Condições para a Eficácia de Transferências Permitidas de Ações. *Toda e qualquer Transferência de Ações Vinculadas ou de Ações da PBC permitida pelo presente Acordo, conforme a Cláusula 10.2, somente poderá ser efetivada se atendidas as seguintes condições, cumulativamente:*

(a) *A Transferência de Ações Vinculadas deverá ser necessariamente acompanhada da Transferência, ao mesmo adquirente, de um número proporcional de Ações da PBC (igual ao número total de ações da PBC, multiplicado pelo número de ações vinculadas objeto da transferência e dividido pelo número total de ações vinculadas então existentes), não sendo permitida, em hipótese alguma, a Transferência de Ações Vinculadas independentemente da Transferência de Ações da PBC e vice-versa;*

(b) *A Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC entre Acionistas deverá observar o exercício do disposto na Cláusula 11, de modo a permitir um tratamento isonômico entre os demais Acionistas (“Acionistas Ofertados”);*

(c) *A Transferência de qualquer Ação Vinculada e de qualquer Ação da PBC a qualquer pessoa exigirá que o adquirente, se já não for parte deste Acordo, torne-se parte deste Acordo, por meio da celebração de um aditivo a este Acordo ou, na falta deste, de um termo de adesão na forma da minuta constante do Anexo 10.4 do presente, assumindo todos os direitos e obrigações do Acionista alienante, constituindo a adesão a este Acordo condição para a Transferência; além disso, no caso da Cláusula 10.2(b)(iv) o Acionista cedente deverá, no mesmo termo de adesão, responsabilizar-se solidariamente com a concessionária, perante os Acionistas, a Companhia e a PBC, pelo cumprimento pela cessionária de todas as obrigações decorrentes do presente Acordo;*

(d) *A Transferência de qualquer Ação Vinculada e de qualquer Ação da PBC a qualquer pessoa exigirá, outrossim, que o adquirente forneça ao Banco Depositário toda a documentação e celebre e adira a todos os contratos necessários ou convenientes para que o Banco Depositário dê cumprimento ao disposto na Cláusula 13;*

(e) *Além da obrigação de adesão prevista na letra (b) acima, o adquirente de quaisquer Ações Vinculadas e de Ações da PBC deverá cumprir quaisquer exigências previstas no Regulamento do Novo Mercado e na legislação aplicável; e*

(f) *Todas os demais requisitos exigidos por este Acordo em relação à Transferência, conforme aplicáveis (incluindo, no caso de Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC, por meio de venda privada, conforme permitido pela Cláusula 10.3, a observância do direito de preferência previsto na Cláusula 11), deverão ter sido observados, sob pena de*

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja

Parte

não viabilizar a efetiva transferência e o exercício dos direitos patrimoniais e políticos intrínsecos à titularidade das Ações Vinculadas.

10.5 Transferência Obrigatória de Ações Vinculadas por Não Residentes. *Qualquer Acionista que, no caso de pessoa natural, seja ou se torne não residente no Brasil ou cuja sede, no caso de pessoa jurídica, não esteja situada no Brasil, deverá constituir uma sociedade brasileira, com sede e administração no Brasil, para servir como Acionista em seu lugar, transferindo-lhe a totalidade de suas Ações Vinculadas e de suas Ações da PBC. A sociedade em questão deverá ser controlada e seu capital deverá ser direta e integralmente detido pelo Acionista e/ou seu cônjuge, descendentes ou ascendentes, livre e desembaraçado de Ônus. A Transferência das Ações Vinculadas e das Ações da PBC à referida sociedade deverá ser feita de acordo com a Cláusula 10.4 e as demais disposições aplicáveis deste Acordo.*

10.6 Nulidade de Transferências Não Permitidas. *Qualquer Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, ou tentativa de Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, inclusive por meio de Transferência Indireta, em violação às disposições deste Acordo será nula e ineficaz e não será reconhecida nem produzirá efeitos perante os Acionistas, a Companhia ou a PBC, ficando a Companhia, a PBC e a instituição depositária das Ações da Companhia ou das Ações da PBC, conforme o caso, proibidas de registrar a Transferência. O Acionista que houver buscado Transferir Ações Vinculadas, Ações da PBC ou Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC em violação ao disposto neste Acordo de Acionistas, será considerado inadimplente deste Acordo, ficando sujeito a todas as sanções aplicáveis.*

10.7 Descumprimento de Exigências em Caso de Transferência Mortis Causa. *No caso de a Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC se dar mortis causa, a falta de celebração, pelo adquirente, da documentação referida nos itens (b), (c) e (d) da Cláusula 10.4 constituirá inadimplemento ao presente Acordo, porém não prejudicará a continuidade do vínculo do presente Acordo sobre o adquirente e sobre as Ações Transferidas.*

10.8 Transferências de Ações Não Vinculadas. *O presente Acordo não impede a Transferência, por qualquer dos Acionistas, de quaisquer Ações Não Vinculadas, as quais não estão sujeitas a qualquer restrição para sua Transferência.*

11. DIREITO DE PREFERÊNCIA.

11.1 Direito de Preferência em Venda Privada de Ações Vinculadas. *Sem prejuízo de quaisquer outras disposições aplicáveis deste Acordo, no caso de um Acionista desejar vender privadamente a terceiro que não outro acionista ou a outro Acionista parte de suas Ações Vinculadas e Ações da PBC conforme a Cláusula 10.3, aplicar-se-á o que se segue:*

(a) *O Acionista que desejar vender suas Ações (“Acionista Alienante”) deverá obter do possível adquirente (“Proponente”) proposta firme (“Proposta”) para a compra das respectivas Ações, até a quantidade máxima passível de ser vendida de acordo com o disposto na Cláusula 10.3 (“Ações Ofertadas”), e deverá notificar, por escrito (“Aviso de Venda Privada”), os demais Acionistas (“Acionistas Ofertados”), oferecendo-lhes as Ações Vinculadas e as Ações PBC objeto da pretendida venda. O Aviso de Venda Privada deverá (i) anexar uma cópia da Proposta (incluindo, se houver, o respectivo contrato de compra e venda de ações), (ii) informar o nome e qualificação e identificar o Proponente (e, se pessoa jurídicas, os seus Controladores), (iii) especificar o preço (que deverá ser em dinheiro, sendo desconsiderada, para fins do exercício do direito de preferência aqui previsto, qualquer outra contrapartida que não dinheiro, e que deverá ser alocado entre as Ações Vinculadas e as Ações da PBC que compuserem as Ações Ofertadas de forma que o preço atribuído às Ações da PBC corresponda ao seu custo de aquisição pelo Acionista Alienante e o saldo às Ações Vinculadas), (iv) especificar as condições de pagamento e demais condições da Proposta, (v) informar se a venda enseja a aplicação do Direito de Venda Conjunta, conforme a Cláusula 15, e (vi) conter compromisso irrevogável do Proponente de observar o disposto na Cláusula 10.4 em tudo o que lhe couber e de, caso aplicável e exercido o Direito de Venda Conjunta e não exercido o direito de preferência previsto nesta Cláusula 11.1, adquirir todas as Ações Ofertadas e todas as Ações Ofertadas Adicionais.*

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(b) Os Acionistas Ofertados terão o prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento do Aviso de Venda Privada para exercer direito de preferência para adquirir todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, nos mesmos termos e condições da Proposta, na proporção de seus respectivos Percentuais de Participação no Bloco de Controle, excluídas as Ações do Acionista Alienante e as Ações dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.

(c) Os Acionistas Ofertados que desejarem exercer o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 11.1 deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima, notificar, por escrito, o Acionista Alienante, com cópia para os demais Acionistas Ofertados, informando sobre o exercício de seu direito de preferência. A falta de manifestação de um Acionista Ofertado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias previsto acima será entendida como recusa de tal Acionista Ofertado em exercer o seu direito de preferência.

(d) O(s) Acionista(s) Ofertado(s) que exercer(em) o seu direito de preferência deverá(ão) adquirir todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, na proporção de seu(s) respectivo(s) Percentual(ais) de Participação no Bloco de Controle, excluídos os Percentuais de Participação no Bloco de Controle do Acionista Alienante e dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.

(e) No caso de exercício do direito de preferência, o Acionista Alienante e os Acionistas Ofertados que tiverem exercido o seu direito de preferência deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima.

(f) Caso o Proponente seja um Acionista, conforme permitido pela Cláusula 10.2(b)(i), este Acionista será tratado como um Acionista Ofertado com direito de preferência exercido, independentemente de sua manifestação formal.

(g) No caso de não ser exercido o direito de preferência, o Acionista Alienante e o Proponente deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas e, se for o caso, das Ações Ofertadas Adicionais, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima. Caso a compra e venda não seja consumada nesse prazo, ou caso haja qualquer alteração nas condições da compra e venda constantes da Proposta, o Acionista Alienante, se ainda desejar vender as Ações Ofertadas, deverá reiniciar o procedimento previsto nesta Cláusula 11.1.

(h) Na hipótese de ser aplicável o Direito de Venda Conjunta, observar-se-á, também, o disposto na Cláusula 15."

g.Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração

O Bloco de Controle, assim como os acionistas da Companhia, garante que os representantes exerçam seus direitos de voto em reuniões dos órgãos de administração da Companhia. Em conformidade com as disposições do acordo de acionistas e em estrita observância das deliberações tomadas nas Reuniões Prévias, de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento deste acordo e de tais instruções. O presidente da assembleia de acionistas ou o presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computarão qualquer voto proferido com infração ao presente acordo.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não se aplica.

15.7 - Principais Operações Societárias

Não houve operações societárias com efeito relevante para Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia celebra, no curso normal de seus negócios, operações com partes relacionadas de acordo com as práticas e valores de mercado, sendo tais operações realizadas entre a Companhia, seus acionistas controladores, suas subsidiárias, pessoas ligadas à administração e outros. As transações com partes relacionadas da Companhia podem, de forma geral, ser divididas entre:

- (i) transações de cunho operacional; e
- (ii) transações comerciais e demais operações.

No âmbito de suas atividades operacionais, a Companhia realiza transações com suas controladas, tendo em vista sua integração de atividades na cadeia produtiva e comercial. A Companhia observa as mesmas diretrizes e procedimentos que norteiam as negociações e as condições de mercado nos requisitos de competitividade, através de cotações e conformidade, realizadas pela Companhia com partes independentes, sendo vedadas quaisquer transações de não conformidade.

O CPC 5 trata da divulgação sobre partes relacionadas bem como da sua definição. Este referido pronunciamento técnico requer a divulgação de relacionamentos com partes relacionadas, inclusive aplicado às demonstrações contábeis individuais, de transações e saldos existentes, incluindo compromissos, nas demonstrações contábeis consolidadas e separadas de controladora ou investidores em conjunto da investida ou com influência significativa sobre ela, apresentadas de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 35 – Demonstrações Separadas e CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

De acordo com a prática adotada pela Companhia, parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada, sendo elas especificadas por:

(a) Pessoa, ou um membro próximo à família, se:

- (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
- (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
- (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.

(b) Uma entidade nos casos especificados abaixo:

- (i) a entidade e a Companhia são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são interrelacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);
- (ii) a entidade é coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de outra entidade (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a outra entidade é membro);
- (iii) ambas as entidades estão sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;
- (iv) uma entidade está sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade e a outra entidade for coligada dessa terceira entidade;
- (v) a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a Companhia e a que está relacionada com a Companhia.
- (vi) a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);
- (vii) uma pessoa identificada na letra (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade);
- (viii) a entidade, ou qualquer membro de grupo do qual ela faz parte, fornece serviços de pessoal-chave da administração da Companhia ou à controladora da Companhia.

Em 2021, a Companhia não possuía políticas específicas às transações com partes relacionadas, porém a Companhia adotava a prática de submeter os contratos com partes relacionadas primeiramente a um comitê específico, denominado comitê estratégico, e caso seja aprovado neste comitê a transação é submetida à aprovação final, que fica a cargo do Conselho de Administração da Companhia.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de

Transações Com Partes Relacionadas 2022 a Política de Transações com Partes Relacionadas, com vigência para o exercício de 2022, disponível no site de Relações com Investidores.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	04/01/2016	12.800.000,00	R\$ 6.539.000,00		05 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Sra. Gabriela Richter Gomes e Sr. Cesar Gomes Neto (membro do conselho de administração da Portobello America) são sócios da Flooring Revestimentos Cerâmicos e também constam no quadro de acionista controlador da Companhia com 3.084.362 ações ordinárias, representando 1,95% do total de ações da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Franquia da Portobello Shop para 3 unidades o qual inclui: (i) Direito não exclusivo de explorar o negócio franqueado mediante a operação de unidade franqueada; (ii) Licença de uso, sem exclusividade, das Marcas, dos padrões arquitetônicos e da identidade visual e outros elementos de identificação da rede de franquias; (iii) Acesso aos fornecedores homologados da rede; (iv) fornecimento de instruções e procedimentos. Unidades: (1) Rodovia BR 101 , KM 163, 1º Pavimento, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina (2) Avenida Presidente Kennedy, nº 45, Bairro Campinas, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina (3) Terceira Avenida, 2200, Bairro Centro, cidade de Bauneário Camboriú, estado de Santa Catarina.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	O contrato será rescindido em caso de: (a) Descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato; (b) Inadimplemento à obrigação de confidencialidade; (c) Inadimplemento à obrigação de não-concorrência; (d) Comercialização de produtos alheios ao mix Portobello Shop (e) Não comercialização de produtos indicados pela franqueadora (f) Aquisição de produtos de empresas concorrentes (g) Tentativa de obtenção de vantagem indevida (h) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência (i) Declaração de insolvência dos sócios operadores (j) Morte ou incapacidade dos sócios operadores (k) Alteração do contrato social da franqueada que importe em afastamento dos sócios operadores (l) Descumprimento de lei (m) condenação por crime (n) constatação de prestação de informações falsas pela franqueada (o) cessão ou transferência dos direitos e obrigações decorrentes do contrato (p) Cessão de títulos do estabelecimento (q) Rescisão por qualquer motivo do contrato de locação.						
Natureza e razão para a operação	ontratação de franquias acessível às pessoas interessadas. A Franqueada efetua o pagamento da taxa inicial de franquia para cada uma das unidades conforme estabelecido em contrato e a partir do início das operações efetua o pagamento mensal de 30% do total bruto das notas fiscais.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Refinadora Catarinense S/A	24/07/2020	56.330.000,00	56.330.000,00	0	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Refinadora Catarinense S/A foi controladora da PBG S/A no passado e atualmente possui acionistas em comum.						
Objeto contrato	Cessão de créditos tributários, declarados judicialmente em decisão transitada em julgado, originados de benefício fiscal parcela complementar "Polo Ativo".						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato celebrado em caráter irrevogável e irretroatável. O término do contrato opera-se por ocasião da utilização integral (compensação tributária) do crédito apurado em liquidação de sentença.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A operação está ligada a transações de créditos tributários destacados na nota 4.6 a deste formulário.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	01/08/2017	11.500.000,00	R\$ 3.416.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Sra. Gabriela Richter Gomes e Sr. Cesar Gomes Neto são sócios da Flooring Revestimentos Cerâmicos e também constam no quadro de acionista controlador da Companhia com 3.084.362 ações ordinárias, representando 1,95% do total de ações da Companhia. Além disto, o Sr. Cesar Gomes Neto é membro do conselho de administração da Portobello America.						
Objeto contrato	Industrialização de produtos para a Portobello						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação	A PBG buscava um fornecedor para elaborar protótipos e industrializar os produtos para o grupo e a Flooring foi escolhida em decorrência do conhecimento acumulado. A PBG vislumbrou também um mercado com alto volume de cortes, e a Flooring foi o fornecedor que apresentou capacidade financeira de investimento para atender os padrões de qualidade exigidos pela Portobello. O fornecedor se tornou fornecedor exclusivo da Portobello e o preço é definido através do custo mais margem estabelecida, que é compatível com os produtos produzidos pela Porto bello. A PBG avalia o valor justo da Flooring atra						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Multilog Sul Armazens S/A	17/03/2020	6.058.789,42	R\$ 1.597.000,00	0	01 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A empresa Multilog S/A é controladora da empresa Elog Logística. A Elog Logística tem como sócio o acionista controlador da PBG, o Sr. Eduardo Ramos Gomes e Valério Gomes que detém 7.389.076 ações ordinárias ou 4.66% de participação na PBG.						
Objeto contrato	Prestação de serviços de recebimento, armazenagem, separação, e expedição de produtos comercializados pela PBG SA no armazém da MULTILOG em Curitiba/PR.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação	O contrato foi realizado inicialmente com ELOG Sul (que não era partes relacionadas da Companhia), foi realizado o orçamento com 3 empresas e a ELOG Sul ganhou a concorrência na época. Após isto, a ELOG Sul foi adquirida pela Multilog que assumiu todas as operações, inclusive o contrato com a PBG. O preço praticado pela Multilog se manteve o acordado com a ELOG Sul, ou seja, não houve modificações.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
AB Parking	01/12/2015	192.000,00	R\$9.000,00	0	01 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O sócio da AB Parking, Sr. Daniel Gomes Vieira configura no quadro de acionistas controladores da Portobello com 400.000 ações ordinárias ou 0,25% de participação.						
Objeto contrato	Prestação de serviço de estacionamento para os demais funcionários localizados no escritório de Florianópolis.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior, casos fortuitos ou inadimplência.						
Natureza e razão para a operação	O Ab Parking é o único estacionamento localizado no prédio em que o escritório de Florianópolis está instalado e a prestação de serviços leva em considerações valores de mercado.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Riveste Comercio Ltda	01/04/2016	559.000,00	R\$559.000	0	05 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Sra. Eleonora Ramos Gomes é sócia da Riveste Comércio Ltda. e também consta no quadro de acionista controlador da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Franquia da Portobello Shop para 1 unidades o qual inclui: (i) Direito não exclusivo de explorar o negócio franqueado mediante a operação de unidade franqueada; (ii) Licença de uso, sem exclusividade, das Marcas, dos padrões aquitetônicos e da identidade visual e outros elementos de identificação da rede de franquias; (iii) Acesso aos fornecedores homologados da rede; (iv) fornecimento de instruções e procedimentos. Unidades: (1) Avenida Pacaembu, nº 941, Bairro Pacaembu, São Paulo (2) Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 862, São Paulo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	O contrato será rescindido em caso de: (a) Descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato; (b) Inadimplemento à obrigação de confidencialidade; (c) Inadimplemento à obrigação de não-concorrência; (d) Comercialização de produtos alheios ao mix Portobello Shop (e) Não comercialização de produtos indicados pela franqueadora (f) Aquisição de produtos de empresas concorrentes (g) Tentativa de obtenção de vantagem indevida (h) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência (i) Declaração de insolvência dos sócios operadores (j) Morte ou incapacidade dos sócios operadores (k) Alteração do contrato social da franqueada que importe em afastamento dos sócios operadores (l) Descumprimento de lei (m) condenação por crime (n) constatação de prestação de informações falsas pela franqueada (o) cessão ou transferência dos direitos e obrigações decorrentes do contrato (p) Cessão de títulos do estabelecimento (q) Rescisão por qualquer motivo do contrato de locação.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Montantes de valores referente ao faturamento da PBG S.A para a Solução Cerâmica no exercício de 2021. Contratação de franquias acessível às pessoas interessadas. A Franqueada efetua o pagamento da taxa inicial de franquia para cada uma das unidades conforme estabelecido em contrato e a partir do início das operações efetua o pagamento mensal de 30% do total bruto das notas fiscais.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	01/09/2018	29.512.000,00	R\$29.512.000,00	0	05 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
A Sra. Eleonora Ramos Gomes é sócia da Solução Cerâmica e Comércio e também consta no quadro de acionista controlador da Companhia.							
Objeto contrato							
Contrato de Franquia da Portobello Shop para 2 unidades o qual inclui: (i) Direito não exclusivo de explorar o negócio franqueado mediante a operação de unidade franqueada; (ii) Licença de uso, sem exclusividade, das Marcas, dos padrões arquitetônicos e da identidade visual e outros elementos de identificação da rede de franquias; (iii) Acesso aos fornecedores homologados da rede; (iv) fornecimento de instruções e procedimentos. Unidades: (1) Avenida Pacaembu, nº 941, Bairro Pacaembu, São Paulo (2) Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 862, São Paulo							
Garantia e seguros							
Não há							
Rescisão ou extinção							
O contrato será rescindido em caso de: (a) Descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato; (b) Inadimplemento à obrigação de confidencialidade; (c) Inadimplemento à obrigação de não-concorrência; (d) Comercialização de produtos alheios ao mix Portobello Shop (e) Não comercialização de produtos indicados pela franqueadora (f) Aquisição de produtos de empresas concorrentes (g) Tentativa de obtenção de vantagem indevida (h) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência (i) Declaração de insolvência dos sócios operadores (j) Morte ou incapacidade dos sócios operadores (k) Alteração do contrato social da franqueada que importe em afastamento dos sócios operadores (l) Descumprimento de lei (m) condenação por crime (n) constatação de prestação de informações falsas pela franqueada (o) cessão ou transferência dos direitos e obrigações decorrentes do contrato (p) Cessão de títulos do estabelecimento (q) Rescisão por qualquer motivo do contrato de locação.							
Natureza e razão para a operação							
Montantes de valores referente ao faturamento da PBG S.A para a Solução Cerâmica no exercício de 2021. Contratação de franquias acessível às pessoas interessadas. A Franqueada efetua o pagamento da taxa inicial de franquia para cada uma das unidades conforme estabelecido em contrato e a partir do início das operações efetua o pagamento mensal de 30% do total bruto das notas fiscais.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	01/12/2015	29.800.000,00	R\$ 232.000,00	0	05 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
A Sra. Eleonora Ramos Gomes é sócia da Solução Cerâmica e Comércio e também consta no quadro de acionista controlador da Companhia, com 19.301.060 ações ordinárias, representando 12,18% do total de ações da Companhia.							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	<p>ontrato de Franquia da Portobello Shop para 2 unidades o qual inclui: (i) Direito não exclusivo de explorar o negócio franqueado mediante a operação de unidade franqueada; (ii) Licença de uso, sem exclusividade, das Marcas, dos padrões aquitetônicos e da identidade visual e outros elementos de identificação da rede de franquias; (iii) Acesso aos fornecedores homologados da rede; (iv) fornecimento de instruções e procedimentos.</p> <p>Unidades: (1) Avenida Pacaembu, nº 941, Bairro Pacaembu, São Paulo (2) Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 862, São Paulo.</p>						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	<p>O contrato será rescindido em caso de: (a) Descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato; (b) Inadimplemento à obrigação de confidencialidade; (c) Inadimplemento à obrigação de não-concorrência; (d) Comercialização de produtos alheios ao mix Portobello Shop (e) Não comercialização de produtos indicados pela franqueadora (f) Aquisição de produtos de empresas concorrentes (g) Tentativa de obtenção de vantagem indevida (h) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência (i) Declaração de insolvência dos sócios operadores (j) Morte ou incapacidade dos sócios operadores (k) Alteração do contrato social da franqueada que importe em afastamento dos sócios operadores (l) Descumprimento de lei (m) condenação por crime (n) constatação de prestação de informações falsas pela franqueada (o) cessão ou transferência dos direitos e obrigações decorrentes do contrato (p) Cessão de títulos do estabelecimento (q) Rescisão por qualquer motivo do contrato de locação.</p>						
Natureza e razão para a operação	<p>Contratação de franquias acessível às pessoas interessadas.</p> <p>A Franqueada efetua o pagamento da taxa inicial de franquia para cada uma das unidades conforme estabelecido em contrato e a partir do início das operações efetua o pagamento mensal de 30% do total bruto das notas fiscais.</p>						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	01/09/2018	29.800.000,00	5.000	0	05 anos.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Sra. Eleonora Ramos Gomes é sócia da Solução Cerâmica e Comércio e também consta no quadro de acionista controlador da Companhia, com 19.301.060 ações ordinárias, representando 12,18% do total de ações da Companhia.						
Objeto contrato	<p>Contrato de Franquia da Portobello Shop para 2 unidades o qual inclui: (i) Direito não exclusivo de explorar o negócio franqueado mediante a operação de unidade franqueada; (ii) Licença de uso, sem exclusividade, das Marcas, dos padrões aquitetônicos e da identidade visual e outros elementos de identificação da rede de franquias; (iii) Acesso aos fornecedores homologados da rede; (iv) fornecimento de instruções e procedimentos.</p> <p>Unidades: (1) Avenida Pacaembu, nº 941, Bairro Pacaembu, São Paulo (2) Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 862, São Paulo.</p>						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O contrato será rescindido em caso de: (a) Descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato; (b) Inadimplemento à obrigação de confidencialidade; (c) Inadimplemento à obrigação de não-concorrência; (d) Comercialização de produtos alheios ao mix Portobello Shop (e) Não comercialização de produtos indicados pela franqueadora (f) Aquisição de produtos de empresas concorrentes (g) Tentativa de obtenção de vantagem indevida (h) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência (i) Declaração de insolvência dos sócios operadores (j) Morte ou incapacidade dos sócios operadores (k) Alteração do contrato social da franqueada que importe em afastamento dos sócios operadores (l) Descumprimento de lei (m) condenação por crime (n) constatação de prestação de informações falsas pela franqueada (o) cessão ou transferência dos direitos e obrigações decorrentes do contrato (p) Cessão de títulos do estabelecimento (q) Rescisão por qualquer motivo do contrato de locação.						
Natureza e razão para a operação	Contratação de franquias acessível às pessoas interessadas. A Franqueada efetua o pagamento da taxa inicial de franquia para cada uma das unidades conforme estabelecido em contrato e a partir do início das operações efetua o pagamento mensal de 30% do total bruto das notas fiscais.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Gomes Participações Societárias Ltda	01/12/2015	685.000,00	R\$685.000,00	0	01 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Os sócios da Gomes Participações Societárias Ltda (Eleonora Ramos Gomes, Cesar Gomes Junior , Valério Gomes e Eduardo Ramos Gomes) fazem parte do grupo do controle da PBG.						
Objeto contrato	Locação do escritório corporativo do grupo e escritório comercial da Portobello Shop da Companhia localizado em Florianópolis ("Office park") e 10 vagas do estacionamento do prédio utilizadas pela Administração da Companhia. O contrato possui cláusulas de renovação automática sem aviso prévio do inquilino.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior, casos fortuitos ou inadimplência.						
Natureza e razão para a operação	O montante de valor é referente aos pagamentos feitos no exercício de 2021. A Companhia aluga de salas comerciais e vagas de estacionamento. A Companhia realizou pesquisa de mercado e identificou que os valores envolvidos são baseados nos padrões de mercado bem como o imóvel atende as necessidades da Companhia seja em relação a localização e o espaço disponível.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Multilog Sul Armazens S/A	02/07/2018	3.607.000,00	R\$3.607.000	0	01 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A empresa Multilog S/A é controladora da empresa Elog Logística. A Elog Logística tem como sócio o acionista controlador da PBG, o Sr. Eduardo Ramos Gomes e Valério Gomes que detém 7.389.076 ações ordinárias ou 4.66% de participação na PBG.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de serviços de recebimento, armazenagem, separação, e expedição de produtos comercializados pela PBG SA no armazém da MULTILOG em Curitiba/PR.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação	Montantes de valores referente aos pagamentos no exercício de 2021. O contrato foi realizado inicialmente com ELOG Sul (que não era partes relacionadas da Companhia), foi realizado o orçamento com 3 empresas e a ELOG Sul ganhou a concorrência na época. Após isto, a ELOG Sul foi adquirida pela Multilog que assumiu todas as operações, inclusive o contrato com a PBG. O preço praticado pela Multilog se manteve o acordado com a ELOG Sul, ou seja, não houve modificações.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse

Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse são aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com a Lei, conselheiros e diretores são proibidos de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros. Ainda, os acionistas da Companhia também observam os dispositivos legais relacionados a abuso de controle e conflito de interesses, como o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações.

As transações celebradas com partes relacionadas são amparadas por avaliações prévias e criteriosas de seus termos, de forma que sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado. Para verificar a comutatividade das operações com partes relacionadas, a Companhia analisa a viabilidade financeira de cada operação vis-à-vis operações semelhantes no mercado entre partes não vinculadas.

Ademais, em conformidade com a Lei de Sociedade por Ações, qualquer acionista, membro do Conselho de Administração ou Diretor da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia, reunião de conselho ou reunião de diretoria, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Tal proibição é válida também para manifestações de pessoas consideradas “chave”, com poder decisório, e que se encontrem potencialmente conflitadas em seus interesses.

A Companhia busca sempre observar as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordos ou estabelecer relações comerciais. Dessa forma, a Companhia realiza todas as suas transações com partes relacionadas em caráter estritamente comutativo com as condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado.

Ademais, conforme mencionado no item “16.1”, a Companhia aprovou, em 28 de abril de 2022, uma Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual dispõe que toda transação entre partes relacionadas ou em que tenha sido identificado potencial conflito de interesses ou envolva Pessoa com Influência Relevante deverá ser formalizada observando as diretrizes gerais desta Política, atentando-se também para os seguintes procedimentos:

- a. As transações devem ser realizadas sem conflitos de interesses e em observância às Condições de Mercado, formalizadas por contrato escrito e assinado, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, entre outras.
- b. Devem respeitar as práticas de negócios do Grupo e estarem alinhada com seu código de conduta ética.
- c. Os termos e a finalidade da transação deverão ser descritos detalhadamente;
- d. Em se tratando de transações de competência exclusiva da Diretoria Estatutária ou do Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, deverá ser solicitado parecer prévio ao Comitê de Auditoria;
- e. Sempre que identificado um potencial conflito de interesses envolvendo Pessoa com Influência Relevante, devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes;
- f. Deverão ser observadas a Política de Gestão de Terceiros e os demais procedimentos da área de Suprimentos, sempre que aplicável; e
- g. Devem ser divulgadas de forma adequada e tempestiva, observando o impacto da celebração e os possíveis riscos à reputação dos envolvidos.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Estruturas Recursivas do Grupo em condições pactadas e quando pagamento compensatório adequado

As transações celebradas com partes relacionadas deverão ser amparadas por avaliações prévias e criteriosas de seus termos, de forma que sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado. Para verificar a comutatividade das operações com partes relacionadas, a Companhia analisa a viabilidade financeira de cada operação vis-à-vis operações semelhantes no mercado entre partes não vinculadas, conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
16/03/2022	250.000.000,00		140.986.886	0	140.986.886
Tipo de capital	Capital Subscrito				
16/03/2022	250.000.000,00		140.986.886	0	140.986.886
Tipo de capital	Capital Integralizado				
16/03/2022	250.000.000,00		140.986.886	0	140.986.886
Tipo de capital	Capital Emitido				
27/04/2021	250.000.000,00		154.529.361	0	154.529.361
Tipo de capital	Capital Emitido				
27/04/2021	250.000.000,00		154.529.361	0	154.529.361
Tipo de capital	Capital Subscrito				
27/04/2021	250.000.000,00		154.529.361	0	154.529.361
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/04/2021	250.000.000,00		154.529.361	0	154.529.361
Tipo de capital	Capital Autorizado				
30/04/2018	1.000.000.000,00		1.000.000.000	0	1.000.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/04/2017	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	10.434.835,69	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/04/2018	Assembleia Geral Extraordinária	30/04/2018	10.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

02/04/2019	Assembleia Geral Extraordinária	02/04/2019	60.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

27/04/2021	Assembleia Geral Extraordinária	27/04/2021	50.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais não ocorreram desdobramentos, grupamentos ou bonificações.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais não ocorreram redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2021 foi aprovado o ajuste do valor do Capital Social da Companhia, em razão do aumento de capital e da redução da quantidade de ações ordinárias e nominais da Companhia decorrentes do cancelamento de 3.959.156 ações em tesouraria. Desta forma, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado passou para R\$ 250 milhões, dividido em 154.529.361 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social e com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. Desse modo, o capital social da Companhia é composto exclusivamente de ações ordinárias. Através de acordo de acionistas firmado em 18 de fevereiro de 2019, em seu tópico 8.1 onde estabelece que, salvo se diversamente acordado pelos acionistas, em Reunião Prévia, os acionistas e a Companhia deverão fazer com que, durante a vigência do acordo, a Companhia anualmente declare, distribua e pague dividendos (ou, em seu lugar, juros sobre o capital próprio, conforme legislação aplicável) em montante igual a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei) do exercício social em questão, observada a existência de caixa disponível na Companhia para efetuar o pagamento dos dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório acima estabelecido.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, é conferido aos titulares das ações ordinárias direito ao recebimento do capital, na proporção das ações detidas por cada um, após o cumprimento de todas as obrigações sociais.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Política de Negociações de Valores Mobiliários, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010, contém restrições à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelas pessoas e nas formas ali indicadas. Para maiores informações a respeito da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, pessoas a ela vinculadas e principais termos, ver item 20 ("Política de Negociações de Valores Mobiliários) deste Formulário de Referência.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As condições para alteração dos direitos preteritamente assegurados devem ter amparo legal e institucional.
Outras características relevantes	O Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia preveem que a alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutive de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

A regra estatutária que limita o direito de voto de acionistas significativos pode ser observada no parágrafo 4º do artigo 44 do estatuto social, sempre por meio de deliberação de assembleia de acionistas, ocasião em que este acionista não vota. De outra parte existem exposições estatutárias que obrigam a realização de oferta pública, que podem ser observadas no artigo 43 e seguintes do estatuto social da Companhia.

Artigo 43 - A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Parágrafo 1º - Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

“Acionista Adquirente” - significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente; (ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente; (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente; (iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; (v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; ou (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

“Controle” - (bem como seus termos correlatos, “Controlador”, “Controlado”, “sob Controle Comum” ou “Poder de Controle”) significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

“Controle Difuso” – Aplicável especificamente para fins do art. 51 deste Estatuto Social, significa o Poder de Controle exercido por acionista detentor de menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social. Significa, ainda, o Poder de Controle quando exercido por acionistas que, em conjunto, sejam detentores de percentual superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social e que cada acionista detenha individualmente menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social, desde que estes acionistas não sejam signatários de acordo de votos, não estejam sob controle comum e nem atuem representando um interesse comum.

“Grupo de Acionistas” - significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle Comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle Comum; ou (d) que atuem representando interesse comum. Incluem-se, sem limitação, nos exemplos de pessoa representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior 30% (trinta por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades; (e) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (f) tenham em comum a maioria de seus administradores.

“Preço Justo” - significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo 2º - Caso a aquisição do Controle também sujeite o adquirente do Controle à obrigação de realizar a oferta pública de aquisição exigida pelo artigo 44 deste Estatuto Social, o preço de Aquisição na oferta pública de aquisição será o maior entre os preços determinados em conformidade com este artigo 43 e o artigo 44, parágrafo 2º, deste Estatuto Social.

Artigo 44 - Caso qualquer Acionista Adquirente adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, inclusive quanto à necessidade ou não de registro de tal oferta pública, os regulamentos da B3 S.A. e os termos deste artigo 44, estando o Acionista Adquirente obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM com base na legislação aplicável, relativas à oferta pública de aquisição, dentro dos prazos máximos estabelecidos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º - A oferta pública de aquisição deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3 S.A.; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 1,2 (um inteiro e dois décimos) o Preço Justo apurado em laudo de avaliação; (ii) 120% (cento e vinte por cento) do maior preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição nos termos deste artigo 44 devidamente atualizado pelo IGPM/FGV até o momento do pagamento; (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da oferta pública de aquisição; (iv) 120% (cento e vinte por cento) do maior valor pago pelo acionista adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública; (v) valor apurado segundo critério específico determinado pela CVM (caso seja editada regulamentação específica pela CVM); (vi) o valor patrimonial constante do último balanço auditado.

Parágrafo 3º - A realização de oferta pública de aquisição mencionada no caput do presente artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - No caso do Acionista Adquirente não cumprir com qualquer das obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu qualquer obrigação imposta por este artigo, de acordo com os termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo 5º - O Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos relacionados com as ações de emissão da Companhia, incluindo, sem limitação, usufruto ou fideicomisso, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia estará igualmente obrigado a realizar a oferta pública de aquisição, registrada ou não na CVM, conforme regulamentação aplicável, nos termos deste artigo 44, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo 6º - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 180 (cento e oitenta) dias contados do evento que foi atingida tal participação; (ii) incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia.

Parágrafo 7º - O disposto neste artigo não se aplica aos Acionistas Adquirentes que na data de encerramento da oferta pública de ações sejam detentores de quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia e que venham a adquirir novas ações da Companhia, seja ou não no exercício do direito de preferência, desde que, após essas novas aquisições, esse Acionista Adquirente não venha a deter uma participação no capital total da Companhia superior à participação por ele detida na data de encerramento da oferta pública de ações.

Parágrafo 8º - Não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações, para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do total de ações.

Parágrafo 9º - Caso a regulamentação da CVM aplicável à oferta pública de aquisição prevista neste artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na oferta pública de aquisição que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do parágrafo 2º deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da oferta pública de aquisição prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Artigo 45 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo(s) Acionista(s) Controlador(es), Grupo de Acionistas Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Preço Justo apurado em laudo de avaliação, de acordo com o artigo 46 deste Estatuto Social.

Artigo 46 – Os laudos de avaliação previstos neste Estatuto Social deverão ser elaborados por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo dispositivo legal.

Parágrafo 1º - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Preço Justo da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, não sendo computados os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Parágrafo 2o - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 47 – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação da Companhia deverá ser efetivada pela própria Companhia, caso a mesma possua reservas legais para a aquisição de todas as ações da oferta, observado que os limites de negociação com as próprias ações serão aplicáveis caso a aceitação não atinja 2/3 das ações em circulação.

Artigo 48 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a B3 S.A. determinar que os valores mobiliários de emissão da Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 02 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no caput deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

Parágrafo 2º - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no caput e no parágrafo 1º deste artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela B3 S.A. para esse fim, o que for menor.

Artigo 49 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VIII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 50 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição prevista neste Capítulo VIII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição até que seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 51 - A partir da data em que o Controle da Companhia passe a ser qualificado como Controle Difuso, conforme definido no parágrafo 1º do artigo 43 acima, qualquer Acionista Adquirente que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, e que desejar realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a realizar cada nova aquisição na B3 S.A., vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão;

Parágrafo Único - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Artigo 52 - Não obstante o previsto nos artigos 44, 49 e 50 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas em referidos artigos.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

A partir da data em que o Controle da Companhia passe a ser qualificado como Controle Difuso, conforme definido no parágrafo 1º do artigo 43 acima, qualquer Acionista Adquirente que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, e que desejar realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a realizar cada nova aquisição na B3 S.A., vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão; Parágrafo Único - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Não obstante o previsto nos artigos 44, 49 e 50 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas em referidos artigos.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2021**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	202.854.100	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	257.180.000	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	187.440.000	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	71.871.100	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2020

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	74.298.941	5,64	2,18	R\$ por Unidade	3,19
30/06/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	95.596.541	4,64	3,28	R\$ por Unidade	4,04
30/09/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	126.274.361	5,78	4,52	R\$ por Unidade	5,28
31/12/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	226.632.134	7,46	6,53	R\$ por Unidade	6,94

Exercício social 31/12/2019

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	142.338.561	5,90	4,66	R\$ por Unidade	5,36
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	96.734.914	5,08	4,07	R\$ por Unidade	4,47
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	254.642.638	4,49	3,28	R\$ por Unidade	4,07
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	178.751.124	5,50	3,90	R\$ por Unidade	4,50

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão
Data de emissão	17/09/2021
Data de vencimento	17/09/2026
Quantidade (Unidades)	300.000
Valor total (Reais)	300.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	300.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos respectivos Investidores Profissionais, exceto pelo lote de Debêntures objeto de eventual Garantia Firme, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476, nos termos dos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial o disposto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 476. Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se "Investidor(es) Qualificado(s)" aqueles investidores referidos no artigo 12 da Resolução CVM 30.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, sendo vedado o resgate parcial, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado").
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.19 acima ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado") com 30 (trinta) dias de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo resgate, sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) que a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade das Debêntures; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso existente, que não poderá ser negativo; (iii) forma e prazo limite de manifestação, à Emissora com cópia ao Agente Fiduciário, pelo Debenturista que aceitar a adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, que deverá ser um Dia Útil; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	3

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação na B3 (Bolsa, Brasil e Balcão) e estão listadas no Novo Mercado, sob o código "PTBL3".

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Não foram realizadas ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedade coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros nos últimos três exercícios sociais, portanto o item não se aplica.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Considerando os últimos três exercícios sociais, não foram realizadas ofertas públicas de aquisição pela Companhia referentes a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**Informação complementar ao item 18.5**

A Escritura de Emissão apresenta hipóteses de vencimento antecipado, dentre as quais, destacam-se resumidamente: (i) apresentação de pedido, proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial, pela Companhia e/ou Fiadora, extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, decretação de falência ou pedido de falência formulado por terceiros não elidido por depósito judicial e/ou contestada no prazo legal contra a Companhia e/ou a fiadora; (ii) não cumprimento pela Companhia e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (iii) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas em operações bancárias e/ou no âmbito do mercado de capitais da Companhia e/ou da Fiadora; (iv) caso a Escritura de Emissão e as Garantias sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia e/ou pela Fiadora; (v) caso as Garantias não sejam devidamente constituídas, sejam anuladas, ou de qualquer outra forma, deixem de existir ou sejam rescindidas; (vi) reorganização societária da Companhia; (vii) alteração do controle da Companhia e/ou da Fiadora; (ix) cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão; (x) transformação societária da Companhia; (x) realização de qualquer pagamento de dividendos acima de 50% do valor do lucro líquido da Companhia; (xi) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; (xii) redução de capital social da Companhia e/ou da Fiadora; (xiii) se a Escritura de Emissão for declarada inválida, nula ou inexecutável; (xiv) inveracidade das caso quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Fiadora; (xv) descumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (xvi) não cumprimento de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantia; (xvii) protesto de títulos contra a Companhia e/ou contra a Fiadora, com valor igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xviii) decisão condenatória arbitral definitiva, ou judicial, que resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento pela Companhia e/ou pela Fiadora de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xix) caso a Escritura de Emissão ou as Garantias sejam objeto de questionamento judicial por terceiros; (xx) alteração ou modificação do objeto social da Companhia; (xxi) inadimplemento pela Companhia e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação de pagamento de quantia igual ou superior a R\$5.000.000,00, em qualquer acordo ou contrato de que seja parte; (xxii) se a Companhia e/ou a Fiadora alienar ou onerar quaisquer bens de seu ativo de valor correspondente a 10% do valor dos ativos da Companhia e/ou da Fiadora ou R\$10.000.000,00, o que for menor; (xxiii) sequestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia ou de qualquer Controlada, cujo valor seja igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xxiv) caso ocorra qualquer mudança adversa relevante e/ou alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Companhia e/ou da Fiadora; (xxv) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda, pela Companhia de propriedade ou posse, de bens cujo valor seja igual ou superior a 10% dos ativos imobilizados da Companhia; (xxvi) descumprimento, pela Companhia, de determinados índices financeiros.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
14/06/2021	15/06/2021 à 14/06/2022	308.000.000,00	Ordinária		6.542.817	10,000000	71.200	13,98	R\$ por Unidade	1,100000
<p>A data base para a Reserva de lucros é da Informações Financeiras do 1º trimestre de 2021.</p> <p>-Objetivo: O Programa de Recompra de Ações tem por objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas, podendo a Companhia manter as ações em tesouraria, para posterior cancelamento ou alienação, bem como utilizá-las em planos de opção de compra.</p> <p>-Ações em circulação e em tesouraria: A Companhia possui atualmente 147.529.703 ações emitidas, sendo 65.428.166 em circulação (free float).</p> <p>-Cancelamento das ações em tesouraria: Todas as ações em tesouraria já foram canceladas.</p> <p>- Forma: A aquisição será realizada em Bolsa de Valores, a preço de mercado, cabendo à Diretoria Executiva decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável.</p> <p>-Quantidade de ações que poderão ser adquiridas: Poderão ser adquiridas até 6.542.817 ações ordinárias, equivalentes, nesta data, a 4,44% das ações totais emitidas pela Companhia e a 10,0% das ações em circulação da Companhia.</p> <p>- Prazo do Programa de Recompra de Ações: O prazo máximo para aquisição das referidas ações é de 365 dias contados a partir de 15 de junho de 2021, encerrando-se em 14 de junho de 2022.</p> <p>-Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: (a) Bradesco S/A CTVM, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1309, 11º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP; (b) Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários SA, com endereço na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 24º andar, São Paulo, SP; (c) XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos E Valores Mobiliários S/A, com endereço na Av. Chedid Jafet, 75 – 30º andar – Torre Sul, Vila Olímpia, São Paulo, SP; e (d) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 14º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP.</p>										
20/01/2021	21/01/2021 à 26/03/2021	250.941.000,00	Ordinária		6.999.658	10,000000	6.999.658	8,91	R\$ por Unidade	10,000000
<p>A data base para a Reserva de lucros é da demonstração financeira de 2020.</p> <p>Foi concluído em 26 de março de 2021 o Programa de Recompra de Ações da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de janeiro de 2021, seguido de divulgação de fato relevante na mesma data.</p> <p>Por meio do referido programa, a Companhia recomprou 6.999.658 ações ordinárias, ao custo médio de R\$ 8,9124 por ação, o que totaliza o valor despendido de R\$ 62.384.451,83.</p> <p>As ações recompradas tem por objetivo a permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou cancelamento.</p>										
31/03/2020	01/04/2020 à 16/12/2020	250.941.000,00	Ordinária		3.959.156	5,000000	3.959.156	4,33	R\$ por Unidade	5,000000

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
A data base para a Reserva de lucros é da demonstração financeira de 2020.										
Foi concluído em 19 de novembro de 2020 o Programa de Recompra de Ações da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de março de 2020, seguido de divulgação de fato relevante na mesma data.										
Por meio do referido programa, a Companhia recomprou 3.959.156 ações ordinárias, ao custo médio de R\$ 4,33 por ação, representando 2,5% do seu capital social.										
As ações recompradas tem por objetivo a permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou cancelamento.										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve movimentação dos saldos de ações em tesouraria nos períodos de 2019, 2018 e 2017. Em 2020 houve a recompra de ações conforme explicado no item 19.1 deste formulário.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não aplicável.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	28/04/2022
Órgão responsável pela aprovação	Assembleia Geral Ordinaria
Cargo e/ou função	Os Diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária.

Principais características e locais de consulta

Os diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, inclusive pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia, ficam obrigados a informar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, preenchendo o Formulário: Valores Mobiliários Possuídos, de Emissão da Companhia, da sua Controladora e de Controladas, que se encontra em poder do Diretor de Relações com Investidores (DRI). Esse Formulário deverá ser atualizado até o 5º dia do mês subsequente em que ocorrerem alterações e deverá ser entregue ao DRI. O preenchimento desse Formulário se estende aos valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente. A posse dos integrantes dos Conselhos de Administração e da Diretoria também fica subordinada à apresentação desse documento. O Diretor de Relações com Investidores ficará encarregado de manter uma via do referido Formulário em pastas segregadas e de encaminhar cópia do mesmo à CVM e à Bolsa de Valores, mediante documento protocolado, podendo ser por meio eletrônico. É exigido que as pessoas mencionadas acima mantenham em seu poder, por um período superior a 90 dias da data de compra, os valores mobiliários adquiridos que sejam de emissão da Companhia, da controladora e de suas controladas.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>A própria Companhia, os acionistas controladores, os integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e empregados com acesso a informações relevantes, tanto da Companhia como da controladora e das controladas, assim como os respectivos cônjuges, salvo no caso de separação judicial, companheiras(os) e qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda, inclusive nas pessoas jurídicas em que essas pessoas possam influenciar nas decisões de negociação de forma direta ou indireta, não poderão negociar (comprar ou vender) ações da Companhia em período de tempo inferior a 15 (quinze) dias antes da entrega à CVM dos Formulários ITR – Informações Trimestrais, DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas e dos Formulários de Referência estabelecidos pela Instrução CVM no. 480/2009, e nos seguintes períodos:</p> <p>(i) No período compreendido entre a data de qualquer decisão do Conselho de Administração e a data da publicação dos respectivos editais ou anúncios, referentes à:</p> <p>*Qualquer forma de aumento de capital social, inclusive com desdobramento de ações;</p> <p>*Distribuição de dividendos, bonificações e desdobramentos.</p> <p>(ii) Em outras épocas que venham a ser especificamente determinadas pela Diretoria, através do Diretor de Relações com Investidores.</p> <p>Do momento em que tomou conhecimento e antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante. A mesma vedação aplica-se aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia. É vedado às pessoas mencionadas acima, realizar com valores mobiliários de emissão da Companhia, da controladora e das controladas, operações nas modalidades a termo, futuro e compra e venda em margem.</p> <p>A Companhia e as pessoas mencionadas acima deverão zelar para que seus contatos comerciais e aqueles com quem mantenham relação societária, comercial, profissional ou de confiança não negociem valores Mobiliários da Companhia quando tiverem acesso a informações privilegiadas. Locais onde a política pode ser consultada.</p> <p>A Política de Divulgação de Informações Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, encontra-se disponível no website da Companhia: ri.portobello.com.br no item Governança, sub-item: Códigos e Éticas.</p>
--	---

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia possui Políticas de Divulgação de Informações Relevantes, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010.

A Política de Divulgação de Informações Relevantes visa à divulgação e uso de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos

~~Relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas~~ Diretores e demais empregados da Companhia, assim como da empresa controladora e das controladas, são obrigados a guardar sigilo sobre informações relativas a atos ou fatos relevantes, ainda não divulgados.

O não cumprimento dessa política configura infração grave, sujeitando os infratores às sanções legais pertinentes.

Estas políticas se aplicam às pessoas mencionadas acima pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia.

As pessoas acima mencionadas deverão ainda zelar para que terceiros, ou seja, o público externo em geral, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, ao prestarem serviços à Companhia que envolvam informações que irão ou que poderão resultar em atos ou fatos relevantes, deem às mesmas, tratamento sigiloso devendo, para tanto, serem adotados os seguintes procedimentos:

- a) Informá-los da existência das políticas relativas ao tratamento de atos ou fatos relevantes;
- b) Incluir nos contratos com terceiros, cláusula relativa à obrigatoriedade da guarda de sigilo;
- c) Quando da inexistência desse tipo de cláusula, exigir a assinatura de Termo de Confidencialidade;
- d) Informar, mediante correspondência interna ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, a natureza dos serviços que estão sendo prestados à Companhia e as informações de natureza relevante que estão ou que poderão ser geradas, assim como a relação das pessoas envolvidas na atividade, com indicação do nome, cargo, função, endereço, telefone e número no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou de Pessoas Jurídicas;
- e) Manter a listagem acima mencionada permanentemente atualizada e remetê-la ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, o qual ficará responsável pela sua guarda por um período de cinco anos.

As pessoas mencionadas acima deverão comunicar de imediato, através de correspondência ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores (e-mail:dri@portobello.com.br) , todo e qualquer fato relevante de que tenham conhecimento, informando o evento que deu origem à informação relevante, a data da sua realização, as matérias abordadas e a listagem das pessoas que dele tomaram conhecimento. Essa comunicação torna-se desnecessária quando o Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relação com Investidores participar do evento, cabendo, então, ao mesmo, coletar essas informações.

O Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores ficará encarregado da guarda de informações e documentos sobre fatos relevantes por um período de cinco anos, a contar da data da primeira reunião que deu origem ao fato, em local com os requisitos necessários à sua segurança. As informações deverão sempre conter a data e os eventos que ocorreram em cada uma das etapas do seu desenvolvimento, assim como a relação das pessoas, internas e externas à Companhia, que foram agregando conhecimento da informação ao longo das atividades desenvolvidas.

O Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores deve comunicar de imediato à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores e determinar a divulgação via imprensa, de todo e qualquer fato relevante de que tenha conhecimento, excetuando-se aqueles que, por determinação do Conselho de Administração, devam ser por ele encaminhado somente à CVM, acompanhado de requerimento solicitando sigilo.

Os canais de comunicação utilizados para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes são:

- a) em jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia; e

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos

relativos à manutenção do sigilo sobre informações relevantes não divulgadas (Internet), <https://ri.portobello.com.br/>.

Adicionalmente, o ato ou fato relevante também poderá ser divulgado pelos seguintes meios:

- a) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção de acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- b) correio eletrônico (e-mail);
- c) teleconferência;
- d) reunião pública com investidores, analistas ou com público interessado, no país ou no exterior;
- e) comunicados à imprensa (press releases).

A divulgação por meio da publicação nos jornais poderá ser feita de forma reduzida, desde que indicados os endereços na rede mundial de computadores onde a informação completa estará disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à B3 e CVM.

O ato ou fato relevante poderá ser objeto de divulgação interna para conhecimento geral.

A Companhia não se manifestará sobre rumores existentes no mercado a seu respeito, exceto se influenciarem de modo ponderável a cotação de seus valores mobiliários.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

Cabe ao Vice-Presidente de Finanças e de Relação com Investidores, observadas as disposições da Política de Divulgação de Informações e da legislação aplicável, decidir pela divulgação ao mercado e pela comunicação dessas situações aos órgãos públicos e privados pertinentes, desde que constituam informação relevante sobre a Companhia.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.